

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
HISTÓRIA

ISABEL JOVITA RODRIGUES DA COSTA

Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos  
em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)

NITERÓI

2015

**ISABEL JOVITA RODRIGUES DA COSTA**

**OMBRO A OMBRO: FERROVIÁRIOS E CAMPONESES NA LUTA  
POR DIREITOS EM CACHOEIRAS DE MACACU (1954-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense para obtenção do Título de Mestre. Área de Concentração: História Social Contemporânea II.

**Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira**

Niterói

2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C837 Costa, Isabel Jovita Rodrigues da.  
"Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)" / Isabel Jovita Rodrigues da Costa. – 2015.  
135 f. ; il.  
Orientador: Jorge Ferreira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.  
Bibliografia: f. 124-126.  
1. Cachoeiras de Macacu (RJ). 2. Ferroviário. 3. Camponês. 4. Política. 5. Reforma agrária. I. Ferreira, Jorge. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.53

*Porque se chamavam homens  
Também se chamavam sonhos.*

Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges  
Clube da Esquina II – 1978

## **Dedicatória**

À Nely Rodrigues da Costa, minha mãe, para quem a busca pelo acesso ao conhecimento também é uma forma de resistência.

Ao meu pai, José Rodrigues da Costa.

À Aneliesse, Jorge Luís, Helenise e Josemeire, meus irmãos.

Ao Antoine, meu companheiro.

Ao Antonio, meu filho.

Aos colegas e alunos do C.E. Quintino Bocaiúva.

## **Agradecimentos**

Agradeço ao professor Jorge Ferreira, meu orientador.

Sou grata aos funcionários responsáveis pelos arquivos da Câmara de Vereadores, da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação (Cachoeiras de Macacu), D. João VI (Nova Friburgo), do APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) e do Palácio Duque de Caxias (Rio de Janeiro).

## RESUMO

Entre 1954 e 1964, na luta por direitos, ferroviários e camponeses de Cachoeiras de Macacu (RJ) interferiram na política local com a pauta "do tamanco" e com a pauta dos "pés descalços". Apesar de reivindicações específicas, uniram-se pela reforma agrária e, em 1962, foram responsáveis pela eleição de Ubirajara Muniz, o primeiro e único prefeito do PTB na história do município. Muniz governou priorizando a reforma agrária, que se traduziu no apoio aos posseiros de São José da Boa Morte e na penalização fiscal aos latifundiários. O tripé político, formado pelos ferroviários, camponeses e Prefeitura, foi desfeito pelo golpe de 1964. As forças conservadoras, vitoriosas com a ditadura, priorizaram a destruição dos "lugares de memória" ferroviária e a "invenção" de novas referências para a identidade do município de Cachoeiras de Macacu, com o aval do Exército brasileiro."

## **ABSTRACT**

Between the years of 1954 and 1964, amid a fight for rights, railroaders and landmen from Cachoeiras de Macacu/RJ, intervened in the local politics with the “high heel” and the “bare foot” speeches. Despite other specific claims, they joined for land reform and, in 1962, they were responsible for the election of Ubirajara Muniz, the first and only mayor from PTB in the history of the municipality. Muniz has governed prioritizing the land reform, which turned out to get the support from the squatters from São José da Boa Morte and fiscal sanctions to landlords. The political tripod, formed by railroaders, landmen and mayor, was undone by the 1964 coup. Conservative forces, winners with dictatorship, carried out the destruction of “memory places” related to the railways and the “invention” of new references for the identity of Cachoeiras de Macacu city, with Brazilian army’s consent.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1: As lutas políticas e sociais dos ferroviários e camponeses de Cachoeiras de Macacu</b>	
1.1. Cachoeiras de Macacu: identidade e o contexto das lutas políticas e sociais .....	4
1.2. Ferroviários: a “política de tamancos” .....	10
1.3. As greves: por nós e pelos outros .....	15
1.4. Os protestos contra a Empresa Força e Luz: 1961 e 1963 .....	19
1.5. E o campo organizou-se: a “política de pés descalços” .....	23
1.6. O “campo em armas” .....	27
1.7. Desapropriação .....	35
1.8. Os conflitos pela posse da terra em São José da Boa Morte na imprensa carioca .....	37
1.8.1. A luta pela terra em São José: o “longo caminho” .....	39
1.8.2. “A terra é da nação ou desfrutamos dela ou ela nos desfrutará” .....	56
<b>Capítulo 2: O governo trabalhista de Ubirajara Muniz</b>	
2.1. O governo do presidente João Goulart .....	66
2.3. Governo trabalhista” parte com Reforma Agrária” .....	69
2.4. Os dias do golpe .....	82
<b>Capítulo 3: Memórias silenciadas</b>	
3.1.”Prefeito apaga rastros de seu antecessor” .....	88
3.2. “Mas, era um prédio, tinha história .....	93
3.3. O “Comício de gabinete”: o silêncio da memória ferroviária e o apogeu conservador .....	101
3.4. Vinte anos depois do golpe .....	109
<b>Considerações Finais</b> .....	120
<b>Bibliografia</b> .....	124

## **LISTA DE MAPA:**

Mapa 1: Localização de Cachoeiras de Macacu no Estado do Rio de Janeiro .....5

## **LISTA DE FIGURAS:**

Figura 1: Ferrovários de Cachoeiras de Macacu .....17

Figura 2: Julgamento do grileiro Miguel de Macedo por posseiros de São José.....43

Figura 3: Passeata de lavradores no centro de Cachoeiras de Macacu.....58

Figura 4: Despejo de posseiros em São José .....64

Figura 5: Conjunto arquitetônico da Leopoldina no centro de Cachoeiras de Macacu.....94

Um conservadorismo<sup>1</sup> permanente. Inalterável em suas práticas, mas que, contraditoriamente, se renova pela abertura à adesão de novos personagens; talvez, por isso, não haja espaço para oposição. No centro de tudo, a Prefeitura de Cachoeiras de Macacu e o controle dos cargos e dos recursos públicos por grupos oligárquicos. Essa política é acompanhada por um profundo descaso com o passado, que é pouco perceptível, seja na sua configuração material, seja na desconsideração pelas memórias e pela história do município; dessa forma, na homogeneização do presente, não há lugar para a multiplicidade oferecida pelo passado. Por outro lado, os cidadãos têm pouca iniciativa de mobilização e de organização. Assim tem sido a política em Cachoeiras de Macacu nas últimas décadas.

“Ombro a Ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)” é o tema da pesquisa que, apesar de está inserida entre os anos 1954 e 1964, foi ampliada até os anos 1970 e o início dos anos 1980. Assim, a situação política vivenciada no presente e descrita acima está relacionada a duas questões: primeiro, a intervenção e participação de ferroviários e lavradores na política do município, entre a segunda metade dos anos de 1950 e início de 1960, para concretizar direitos que consideravam justos. Isso possibilitou a construção de uma cultura política comum, que determinou a derrota da UDN e a eleição de Ubirajara Muniz (PTB), em 1962. Por sua vez, a administração de Muniz limitou os privilégios e as representações relacionados à propriedade privada. Tanto a participação dos trabalhadores na política quanto a gestão de Ubirajara Muniz determinaram a reação dos conservadores, com a ocupação militar em Cachoeiras, com prisões e cassações das principais lideranças dos ferroviários, dos lavradores, do chefe do executivo e de membros do legislativo na conjuntura do golpe de 64. Segundo: a extinção da Leopoldina e a destruição dos “lugares de memória” ferroviária ao longo dos anos 1970 esteve relacionada a um projeto político conservador, vitorioso com o golpe e com a ditadura, cuja intenção foi apagar as lembranças da participação dos trabalhadores na política; ao mesmo tempo, em que criou novas referências de identidade e de memória para o município, avalizadas pelos militares.

A narrativa apresenta-se ancorada em três capítulos: o 1º. Capítulo aborda a inédita

---

<sup>1</sup> Usado no sentido em que “designa ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras.” BOBBIO, Norberto e MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco ( orgs.) – Dicionário de Política, Brasília, Editora UNB, 13ª. Edição, 2007, p. 242.

mobilização dos trabalhadores na política de Cachoeiras de Macacu entre 1954 e 1964. Os ferroviários, além de eleitores, apresentaram-se como candidatos; eleitos, defenderam uma pauta de interesses dos operários e demais trabalhadores: foi “a pauta do tamanco.” No mesmo contexto, os posseiros do distrito de São José, os “pés descalços”, sem acesso a terra, pegaram em armas para resistir aos despejos determinados por grileiros; enfrentando, ainda, dissensões entre as lideranças do movimento, ao mesmo tempo, em que criaram vários símbolos para impulsionar e dar “sentido” a luta. As interpretações e posições da imprensa carioca sobre os conflitos também são abordados.

Na sequência, o 2º Capítulo está debruçado sobre o governo do prefeito Ubirajara Muniz, eleito com amplo apoio dos ferroviários e dos lavradores em 1962; e que procurou atender em sua administração os anseios de sua base eleitoral prestando ampla solidariedade aos posseiros de São José e impondo limites a propriedade privada, entre outros. A reação conservadora desencadeou, no contexto do golpe de 1964, a ocupação do município pelo Exército e a prisão e a cassação de diversas lideranças. Por fim, no 3º. Capítulo é abordado a destruição, durante a ditadura, “dos lugares de memória” relacionados a cultura política dos trabalhadores. No início dos anos 1980, as “memórias subterrâneas” foram retomadas, especialmente, a partir da “memória privada” do ex-prefeito Ubirajara Muniz.

Ombro a Ombro”: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)” inscreve-se na História Política. História tradicionalmente reverenciada pelo prestígio dos temas que abordava. Destronada pelas novas abordagens propostas pela Escola dos Annales, pelas modificações sociais e epistemológicas a partir da década de 1930; passou, no entanto, a ter novamente lugar nas preocupações dos historiadores no início da década de 1990. Na renovação da história política, patrocinado por René Remond, o conceito de cultura política passou a ser utilizado pelos estudiosos para "compreender os fenômenos políticos" a partir da cultura.

Em “Cultura política”,<sup>2</sup> Serge Berstein apresenta o conceito como o caminho mais adequado a ser utilizado pelos historiadores para o estudo dos “comportamentos políticos.” Seus elementos constitutivos: referência filosófica transformada em vulgata, uma leitura específica do passado, do presente e do futuro que se expressam em discursos, gestos,

---

<sup>2</sup> BERSTEIN, Serge. Cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Para um história cultural. Lisboa, Editorial Estampa, 1998

palavras-chave, ritos, símbolos; deixando claro a importância das representações. Uma cultura política surge como resposta aos problemas apresentados em uma sociedade e precisa de um tempo de duas gerações para que amadureça, mas não é inerte. Os “vetores” de transmissão de uma cultura política são a família, a escola, a religião, o sindicato, o exército, os partidos políticos, as mídias, especialmente os audiovisuais.

Além de cultura política, outros conceitos utilizados na pesquisa foram: memória subterrânea, “lugares de memória” e imaginário. Em “Memória, esquecimento, silêncio”,<sup>3</sup> Michael Pollack discute as tensões entre a memória coletiva e memória subterrânea. Longe de ser mecanismo de unidade, a memória coletiva é imposta, gerando o silenciamento das minorias. A memória silenciada, subterrânea, se reduz ao ambiente privado ou ao esquecimento, mas aflora para o espaço público em momentos de crise, de rupturas. Outro texto de Pollack utilizado foi “Memória e identidade social”,<sup>4</sup> em que destaca a memória com um fenômeno individual e social. Ela apresenta um lado invariante, fixo e outro, flexível, sujeito as imposições e as transformações do momento. A memória é constituída por personagens, acontecimento e lugares, que podem ter sido vivenciados de forma concreta, por tabela, por projeção ou por transferência. Ela é, ainda, seletiva, herdada, construída e base para a identidade.

O artigo “Entre memória e história – a problemática dos lugares”, de Pierre Nora, é dividido em três seções. Mas, terceira<sup>5</sup> é a mais adequada para o que propõe a pesquisa; especialmente as “identidades dos lugares de memória”, em que ele é, ao mesmo tempo, funcional, simbólico e material. Das três identidades, é essencial o apelo simbólico, “a vontade de memória”. O “lugar de memória” fixa o tempo, “materializa o imaterial”.

Periódicos, ata de reunião do legislativo municipal - de 1954 a 1971, e do legislativo estadual - 1971, boletim informativo do Exército, ata de inauguração do Lyceu Instrutivo e Recreativo 28 de Fevereiro-1910, processos jurídicos, biografia; além de depoimento oral, foram as fontes utilizadas para fundamentar a pesquisa.

---

<sup>3</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimentos, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 315.

<sup>4</sup> POLLACK, Michael. Memória e identidade Social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p.200-212.

<sup>5</sup> NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História – Departamento de História, PUC-SP. São Paulo, 1981, p.21 - 28.

## **Capítulo I: As lutas políticas e sociais dos ferroviários e lavradores em Cachoeiras de Macacu entre 1954-1964**

### **1.1. Cachoeiras de Macacu: identidade e o contexto das lutas políticas e sociais**

Cachoeiras de Macacu é um município situado no interior do Estado do Rio de Janeiro, distante aproximadamente 96 km da capital. Possui uma extensão territorial de 953,8 Km<sup>2</sup>. Desse total, 56,3% têm cobertura de Mata Atlântica. Nele, está localizado a sede do maior parque ecológico fluminense, o Parque Estadual dos Três Picos. De acordo com o censo do IBGE de 2010, o número de habitantes é de 54.273 mil habitantes;<sup>6</sup> desse total, 86,5% vivem na área urbana; tem uma densidade demográfica de 56,9 habitantes por Km<sup>2</sup>. Registrou 0,700 no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).<sup>7</sup>

Recentemente deixou de pertencer a Região das Baixadas Litorâneas e passou a integrar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.<sup>8</sup> Com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no vizinho município de Itaboraí, outras transformações têm ocorrido em Cachoeiras de Macacu. A primeira delas, é o impacto populacional que, se ainda não é alcançado pelos números oficiais, é visto na paisagem urbana e no cotidiano da cidade. O crescimento desordenado, sem planejamento adequado, é sentido: cresce o número de assaltos a residências e ao comércio, a ocupação de encostas com moradias improvisadas, além da permanente precarização dos serviços públicos. A população passou a ter os problemas das grandes cidades, sem os benefícios culturais e educacionais que elas oferecem. Outro problema que não é "importado", que é bem específico da história política local, é a continuidade de um grupo, de uma oligarquia ou de um "modelo de administração pública" que fincou raízes desde a primeira eleição para o executivo após o fim do Estado Novo, em 1947 e que sofreu uma ruptura, ao que parece, apenas em dois momentos específicos: em 1962, com a eleição do primeiro prefeito do PTB, apoiado nos movimentos sociais e em 1970,

---

<sup>6</sup> [www.ibge.gov.br/home/estatística/população](http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população).

<sup>7</sup> [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br).

<sup>8</sup> A Lei Complementar n.º 158, de 26 de dezembro de 2013, incorporou Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Mapa.1

Mapa do Estado do Rio de Janeiro - 2014<sup>9</sup>

com a vitória de Ary Coelho de Freitas, do MDB, que impôs uma derrota contundente a ARENA. Já nas eleições municipais de 1972 ocorreu o inverso, dos 9.553 eleitores que compareceram para votar, 8.707 votaram na ARENA e apenas 294 votaram no MDB<sup>10</sup>.

O governo trabalhista de Ubirajara Muniz durou apenas 461 dias, foi soterrado pelo golpe de 1964. Ary Coelho de Freitas sofreu forte oposição da Câmara de Vereadores ao ser acusado de usar o patrimônio público para fins particulares. Neste contexto, por pressão política da ARENA e, principalmente, do Governador Raimundo Padilha (ARENA), Freitas

<sup>9</sup> [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br).

<sup>10</sup> [bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13042](http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13042).

foi obrigado a mudar de legenda e se filiar a Aliança Renovadora Nacional. Por mudança na Lei Eleitoral<sup>11</sup>, o governo de Ary Coelho de Freitas durou apenas dois anos.

Assim, com a ditadura, o modelo conservador ganhou novo fôlego, rompido momentaneamente com a eleição de Ary Coelho de Freitas. Nele, não há espaço para a renovação, a oposição não se firma e as velhas práticas políticas permanecem.

No século XVII, as terras hoje pertencentes ao município de Cachoeiras de Macacu faziam parte da Vila de Santo Antônio de Sá,<sup>12</sup> povoação formada aos fundos da Baía da Guanabara. Na primeira metade do século XIX, Santo Antônio de Sá entrou em decadência devido as "Febres de Macacu"<sup>13</sup> e pelas transformações provocadas pela inauguração da ferrovia; o tráfego do ramal ferroviário passou fora da povoação. A sede da vila foi transferida para Santana de Macacu,<sup>14</sup> que passou também a dar nome ao município.

Na segunda metade do século XIX, em abril de 1860, o Imperador D. Pedro II inaugurou a ferrovia destinada a escoar a produção de café da região de Cantagalo para o porto do Rio de Janeiro; ligando inicialmente Porto das Caixas à sede do município e a Cachoeiras<sup>15</sup>, onde já se desenvolvia uma pequena área urbana. No decorrer dos séculos XIX e XX, foram agregadas a estação ferroviária de Cachoeiras outras instituições, como a Oficina de Manutenção do Setor de Engenharia Mecânica da E. F. Leopoldina, a Escola Primária 28 de Fevereiro, inaugurada pelo presidente Nilo Peçanha, em 1910; o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), inaugurado em 1947. Ao redor da Empresa Leopoldina Railway, foi se constituindo uma identidade operária para Cachoeiras de Macacu, que passou a ser conhecida como a "Cidade dos Ferroviários." Em fins dos anos 1950, só as oficinas de Mecânica da Estrada de Ferro da Leopoldina empregavam cerca de 1.000 operários.<sup>16</sup>

Dessa forma, adquirindo cada vez mais importância, Cachoeiras passou a ser a sede do

---

<sup>11</sup> Resolução nº. 9.208, de 31 de agosto de 1972. [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br).

<sup>12</sup> Santo Antônio de Sá foi elevada categoria de vila pelo alvará de 15 de maio de 1679. Arquivo: [biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br).

<sup>13</sup> As febres de Macacu eram a malária e a febre amarela. Ver: RESNICK, Luís; GONÇALVES, Márcia de Almeida; CONDURU, Roberto e FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Patrimônio Cultural no Leste Fluminense – História e Memória de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá. Rio de Janeiro, Eduerj/BRPetrobrás, 2013, p.41.

<sup>14</sup> Decreto Provincial nº 2244, de 29 de setembro de 1877. Arquivo: [bibliotecaibge.gov.br](http://bibliotecaibge.gov.br).

<sup>15</sup> Em 1884, pela lei estadual nº. 161, foi criado o distrito de Cachoeiras, que foi anexado a Santana de Macacu. Arquivo: [biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br).

<sup>16</sup> A informação sobre o número aproximado de operários que trabalhavam nas oficinas constou em um requerimento apresentado pelos vereadores Moacyr da Conceição (PTB) e Rubem Lota (PTB), em 18 de março de 1959, à Câmara de Vereadores. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

município de Santana de Japuiba<sup>17</sup> em 1923. Vinte depois, em 1943, Cachoeiras de Macacu passou a ser a denominação do município.

A partir da década de 1930, a área rural de Santana de Japuiba sofreu intensa transformação apoiada no Plano de Saneamento da Baixada Fluminense, patrocinado pelo Governo Federal. Entre outros objetivos, o Plano destinou-se a eliminar os focos de malária, valorizar as terras da região e criar uma área "de cinturão verde" para abastecimento do Rio de Janeiro. Antecipando-se a valorização das terras que viriam com a erradicação da malária, que inviabilizavam a ocupação plena da região, o gaúcho Adalberto Correia, pessoa com relações de amizade com Getúlio Vargas, adquiriu, entre 1931 e 1943, 3.000 hectares de terras na região de São José da Boa Morte.<sup>18</sup>

Efetivando-se como uma das áreas do estado do Rio destinada a ser produtora de alimentos, o Núcleo Colonial de Papucaia foi criado em 19 de outubro de 1951 pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº. 30.077. O Núcleo acabou sendo formado por terras de Adalberto Correia, que vendeu parte delas para o Ministério da Agricultura e por terras remanescentes do espólio da Companhia Nacional de Navegação Costeira, de Henrique Lage, apropriadas pela União. Em 1953, Getúlio Vargas inaugurou pessoalmente o Núcleo, que passou a ser administrado pelo INIC (Instituto Nacional e Imigração e Colonização). Destinado a receber, inicialmente, imigrantes italianos e japoneses, o Núcleo Colonial de Papucaia passou a atrair trabalhadores rurais de todo o estado do Rio e de várias outras regiões do Brasil. O impacto populacional foi sentido. No início da década de 1950, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Cachoeiras de Macacu contava com 16.272 habitantes, sendo que 84% deles viviam e trabalhavam na zona rural. O censo anterior, de 1940, apontou uma população "de fato" de 14.069 pessoas. Entre o censo de 1940 e o censo de 1950, o crescimento registrado foi determinado pelo crescimento natural da população; mas, entre o censo de 1950 e o censo de 1960 a migração foi determinante para o aumento do número de habitantes da cidade. Assim, informou, em janeiro de 1961, o jornal *Diário Carioca*:

---

<sup>17</sup> Em 1898, pela lei estadual nº 391, Santana de Macacu passou a ser denominado de Santana de Japuiba. Em 1923, pela lei estadual nº. 1790, de 27 de dezembro de 1923, Cachoeiras passou a ser a sede do município e em 1943, decreto-lei estadual nº. 1056, de 31 de dezembro de 1943, Cachoeiras de Macacu passou a nomear o município.

<sup>18</sup> Auto de Levantamento de Dúvida. Impetrante: César Augusto de Barcelos Neto - Espólio de Adalberto Correia, Cartório do 1º. Ofício. Arquivo: antigo Fórum Desembargador Felício Panza - Cachoeiras de Macacu.

“Segundo informações de fontes dignas de crédito, a população deste município, que era em 1950 de 16 mil habitantes, cresceu em mais de 100% em apenas 10 anos. O resultado do recenseamento que se processou no fim de 1960, positivou esse acréscimo extraordinário de população, visto que foram recenseados cerca de 33 mil residentes no território cachoeirense. Nesse acréscimo verificou-se um grande índice de pessoas vindas de outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo, da Guanabara e de alguns Estados do Norte do Brasil <sup>19</sup>.”

O censo de 1960 registrou oficialmente, não os 33.000 habitantes destacados na notícia, mas uma população para o município de Cachoeiras de Macacu de 26.677 moradores. De qualquer forma, o crescimento populacional foi significativo. Os migrantes, de vários estados, como Maranhão, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e de diversos municípios do interior fluminense, trazendo em suas histórias de vida várias experiências de expropriação, deslocaram-se para um lugar distante dos de suas origens atraídos pela possibilidade de conseguir “um pedaço de chão” para plantar. As esperanças, depositadas no Núcleo Colonial de Papucaia, eram logo frustradas. A corrupção que envolvia a venda dos terrenos impossibilitou que os trabalhadores mais pauperizados conseguissem acesso a terra.

Alfredo Alves Barbosa, uma das lideranças que participou das lutas de 1963, destacou a situação que encontrou no Núcleo Colonial logo após sua inauguração:

“Vim da Paraíba. Morei no Rio, trabalhava na construção civil. Depois, fui morar em Alcântara durante 8 anos. Depois, via falar neste loteamento que Getúlio Vargas fez para o povo e eu gostei muito. Sou da roça mesmo, queria ver fartura. Eu vim pra cá entre 1952 e 1953.[...] Isso aqui era uma colônia [...]. Eu vim para pegar um lote grande, 3 hectares de terra. O governo dava, mas naquela época tinha muito ladrão no meio também, sabe? Mas você tinha que ter dinheiro para dá gruja a eles, né ? Aí ele te dava um lote, mas eu cheguei naquela época eu não tinha dinheiro para dá gruja a eles, né ?”<sup>20</sup>

Além da propina, havia denúncia de grilagem. Em 1959, os grileiros Mário Franco, Antônio Vaz da Eira, Maria Moreira Maia, Odilon Alves de Melo e Antônio Volpato,

---

<sup>19</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1961, p. 9. Arquivo Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

<sup>20</sup> Entrevista concedida à autora em fevereiro de 1996.

apresentaram falsas certidões de propriedade, foram acusados de expulsar 150 famílias de terras pertencentes ao INIC. Após a expulsão dos colonos, os lotes foram vendidos e os grileiros teriam lucrado, segundo reportagem do jornal *Última Hora*, a importância de 6 milhões de Cruzeiros. Três anos depois, “*com o mesmo ardil*”<sup>21</sup>, os mesmos grileiros tentaram expulsar as famílias restantes. Em 1963, a Agro-Brasil Empreendimentos Rurais S.A também foi acusada de se apropriar de terras pertencentes ao INIC. Assim, cada vez que as terras do Núcleo eram griladas, diminuíram sua oferta para os trabalhadores rurais. O decreto nº. 53.404, de 13 de janeiro de 1964, de desapropriação de áreas de terra contíguas ao Núcleo, assinado pelo presidente João Goulart, reconheceu que "o grave dissídio em causa envolve quinhentas (500) famílias de modestos lavradores e que, em parte, decorre do excessivo povoamento da área original do Núcleo Colonial de Papucaia.”<sup>22</sup>

Entre 1960 e o início de 1964, as disputas e os conflitos que envolveram grileiros e posseiros pelas terras da Fazendinha, de São José e de Agro-Brasil foram destaques na imprensa carioca. Vários motivos impulsionaram a luta dos “pés descalços”: a impossibilidade de acesso as terras do Núcleo Colonial, os despejos realizados pelos grileiros, o desejo de não "ter um patrão", a miséria extrema em que viviam e a exclusão de qualquer outro direito social.

O tempo da democracia, experimentada no Brasil entre 1945-64, foi marcado pela presença dos trabalhadores no campo da política. Em Cachoeiras de Macacu, não foi diferente. Entre a década de 1950 e nos anos iniciais de 1960, na conjuntura das grandes mobilizações pelas reformas de base impulsionadas no governo do presidente João Goulart, as duas faces do município, a ferroviária e a camponesa, estiveram “ombro a ombro para luta.” Ao mesmo tempo em que lutaram por objetivos comuns, ferroviários e camponeses não deixaram de reivindicar demandas próprias a cada categoria .

Ao estudar uma cultura política, alerta a historiadora Eliane Dutra, baseando-se em Daniel Cefai, é necessário estar atento aos "contextos de experiências e atividade dos atores”, que “são lugares e momentos do mundo da vida cotidiana [...], onde esses dão sentidos ao que

---

<sup>21</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961, p.8. Arquivo Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

<sup>22</sup> [www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto53.404.13.janeiro-1964-393579.pul](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto53.404.13.janeiro-1964-393579.pul).

dizem e ao que fazem”.<sup>23</sup> Que experiências foram vivenciadas pelos ferroviários e camponeses que tanto incomodavam as elites locais, sendo necessário a intervenção militar e, posteriormente, o apagamento dos “lugares de memória” política desses trabalhadores ? Que sentido essas ações tiveram para os ferroviários e lavradores ? A percepção sobre aquele momento foi exposta pelo coronel Nei Constantino Gitsio da seguinte maneira:

“Chegamos a tal estado de coisa em nosso país, prosseguiu o coronel, que aqui, por exemplo, em Cachoeiras de Macacu, os democratas, os homens tradicionalmente liberais, que sempre defenderam as franquias do nosso regime, têm medo de defender seus pontos de vista, face a crescente infiltração de propaganda esquerdista.”<sup>24</sup>

## 1.2. Ferroviários: a “política de tamancos”

As reformas do sistema eleitoral implantadas após o fim do Estado Novo favoreceram a expansão do acesso ao voto. A Lei Agamenon, decreto-lei assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 1945, regularizou as eleições daquele ano. A Lei determinou duas formas de alistamento: por iniciativa do eleitor e por ex-offício. Por ex-offício, o cadastro era realizado no diretório do partido político, no local de trabalho do candidato a eleitor, que recebia o título sem fotografia. O voto obrigatório foi estendido às mulheres que exercessem funções remuneradas. A Constituição de 1946 ratificou o voto obrigatório e a idade mínima para a garantia do direito ao voto, de 21 para 18 anos da idade.<sup>25</sup> O Código Eleitoral, de 1950, eliminou o alistamento ex-offício, exigida pela Lei Agamenon. O alistamento continuou sendo obrigatório, mas ao contrário da Constituição de 1946, determinou que fosse facultativo para os “inválidos”, para os maiores de setenta anos, para as mulheres que não exerciam funções remuneradas e para as donas de casa<sup>26</sup>. O alistamento eleitoral passou a ser realizado no cartório mediante a apresentação de uma determinada documentação. Em 1955, foi criado

---

<sup>23</sup> DUTRA, Eliane R. de Freitas. *História e culturas políticas – Definições, genealogias*, in : Revista Varia História, Belo Horizonte, Nº. 28, p.18. dezembro de 2002. CEFAL, Daniel. Experience, Culture et Politique. IN: CEFAL, Daniel (org.). Cultures Politiques. Op.cit. p.93-116.

<sup>24</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>25</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Brasileiros*, págs.68 e 69. 2ª edição revista, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

<sup>26</sup> NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil – Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2012, p.94.

um novo modelo de título de eleitor e em 1956, para obter o novo título, os eleitores foram obrigados a fazer um recadastramento.

O cientista político Jairo Nicolau aponta, além da ampliação do direito ao voto, outras características do processo político que se estendeu entre 1945 e 1964: eleições diretas e regulares para o preenchimento de cargos no executivo e no legislativo, a representação nacional dos partidos políticos e eleições com poucas denúncias de fraude; por outro lado, afirma que a democracia ficou fragilizada pela ilegalidade do PCB (Partido Comunista Brasileiro), pelas constantes intervenções dos militares na política e pela permanente exclusão dos analfabetos do direito ao voto nas três legislações citadas<sup>27</sup>.

Embora os dados sobre o número de analfabetos fossem bastante significativos - o analfabetismo da população brasileira correspondia a 56%, em 1940; a 48%, em 1950 e em 1960, a 39%<sup>28</sup>, os trabalhadores ferroviários de Cachoeiras contavam com acesso garantido ao ensino básico desde 1909, com a Escola Ferroviária 28 de Fevereiro, mantida pela Estrada de Ferro Leopoldina Railway. O analfabetismo, assim, não constituiu empecilho para que ferroviários (e familiares) estivessem plenamente envolvidos nas eleições disputadas no período. Mas, ao mesmo tempo em que começaram a participar das eleições como eleitores, os ferroviários apresentaram-se, também, como candidatos, especialmente ao legislativo municipal.

Entre os vereadores oriundos da ferrovia, porém, não havia unidade ideológica. Apesar de todos serem empregados da Leopoldina, a divisão de tarefas no interior da empresa e, principalmente, outras “experiências da vida”<sup>29</sup> fora do “mundo do trabalho” contribuíram para que não se formasse entre todos os ferroviários “um cultura política” comum. Os vereadores ferroviários, que trabalhavam nas oficinas, em sua maior parte, eram filiados ao PTB e militantes clandestinos do Partido Comunista Brasileiro. Os de posição política mais conservadora eram filiados a UDN e oriundos do SENAI e também das Oficinas de Mecânica. Eles, fazendeiros e comerciantes ajudaram a formar um consenso em torno de uma necessária intervenção militar na política e nos conflitos sociais que se intensificaram em Cachoeiras no final de década de 1950 e início dos anos de 1960.

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>29</sup> BERSNTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p. 42.

Em 1947, a Câmara de Vereadores foi formada com a eleição de dois ferroviários. No início e no decorrer da década de 1950, a presença de ferroviários na Câmara ficou mais significativa. Mas, eles foram contestados, desrespeitados e ridicularizados, especialmente os de posição política mais à esquerda. Uma nota publicada no jornal *O Nova Friburgo* dizia que “Moacyr da Conceição está ansioso ‘para entrar em exercício’ como vereador a fim de ‘mamar’ os proventos que lhe dá o cargo”.<sup>30</sup> Um episódio ocorrido em 1954, que envolveu Moacyr da Conceição, ilustrou bem o que significava para as elites do município a presença do trabalhador das oficinas na política.

“Seu presidente  
 Tu não queiras Conceição  
 Ir além dos teus tamancos..  
 Pois por certo vais ao chão  
 Sem precisar de algum tranco...  
 Distinto vereador  
 Não passarás do que és.  
 Lá em cima desse “andor”  
 Nunca mais pões os pés.”  
 De uma vez fique ciente  
 Muito embora seja crente,  
 No “poleiro” tu não tornas  
 Volta lá para as fomalhas, lá de fato tu trabalhas  
 Ao marretar as bigornas.”<sup>31</sup>

A trova, acima, narrou o desfecho de uma disputa política que envolveu o presidente da Câmara, o ferroviário Moacyr da Conceição (PTB) e o prefeito, fazendeiro e latifundiário, Nilo Ferreira Torres (UDN). Em maio de 1954, Torres sofreu um acidente automobilístico quando viajava para Niterói, a então capital do estado do Rio de Janeiro. Em sessão extraordinária da

<sup>30</sup> *O Nova Friburgo*, Nova Friburgo, 2 de novembro de 1952. Arquivo: D. João VI, Nova Friburgo (RJ).

<sup>31</sup> *O Nova Friburgo*, Nova Friburgo, 18 de junho de 1954. Arquivo: D. João VI, Nova Friburgo (RJ).

Câmara Municipal, no dia 5 de junho, foi encaminhado pelo prefeito um ofício, com um atestado médico assinado pelo Dr. Romeu Marra da Silva que afirmou a incapacidade de locomoção do acidentado. Em face dessa situação, o vereador Rubem da Silva Lota (PTB) apresentou um projeto de resolução que concedia ao prefeito “licença por prazo indeterminado para tratamento de sua saúde”.<sup>32</sup> A partir daquele momento, a sessão acabou interrompida, pois a Câmara foi invadida “por elementos estranhos, vindo à frente o senhor Fernando de Queirós Teixeira que pretendeu agredir o vereador Rubem da Silva Lota”. Em face do tumulto, o presidente da Câmara, Moacyr da Conceição (PTB), encerrou a sessão. Em 8 de junho, com a presença da polícia política para garantir a ordem, os vereadores reuniram-se para avaliar a resolução do afastamento do prefeito. A votação foi realizada e acabou dando empate. O voto de desempate, favorável ao afastamento do prefeito Nilo Torres, foi dado pelo próprio presidente da Câmara, já sem a presença dos vereadores da UDN que retiraram-se do recinto alegando a inconstitucionalidade da resolução; os demais vereadores (PSD/PTB) empossaram simbolicamente Moacyr da Conceição como prefeito, sendo a posse efetiva marcada para o dia seguinte. Moacyr da Conceição encerrou a sessão “agradecendo a colaboração prestada pela Divisão de Ordem Política e Social.”<sup>33</sup>

No dia seguinte, 9 de junho, um burburinho tomou conta da Avenida 24 de outubro; em frente a prefeitura, parte da população estava na rua para impedir a posse do prefeito operário. Uma barreira humana não deixou que o prefeito Moacyr da Conceição chegasse ao prédio da prefeitura. Ao mesmo tempo, um policial do DOPS oficializou à Conceição que o governador Amaral Peixoto deu ordens para não deixar que ele assumisse o cargo majoritário. No mesmo momento, a aproximação de um carro chamou a atenção de todos. Dele, saiu Nilo Torres que, de forma triunfal, chegava para reassumir o cargo de prefeito. Em função do aumento do tumulto e dos veementes protestos, Moacyr da Conceição, pra não ser agredido, foi obrigado a se retirar e não assumiu o cargo de prefeito.<sup>34</sup>

Não só moradores de Cachoeiras e o governador Amaral Peixoto ficaram contra a

---

<sup>32</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 5 de junho 1954. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu (RJ).

<sup>33</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 8 de junho 1954. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu (RJ).

<sup>34</sup> O episódio não ficou totalmente resolvido, pois, depois dele, houve apenas uma sessão, em 12 junho, na Câmara de Vereadores, mas sem a presença da bancada da UDN. Em agosto, para acirrar ainda mais as animosidades entre o PTB e a UDN, ocorreu o suicídio de Vargas. A Câmara só voltou a se reunir em novembro de 1954, após o pleito eleitoral daquele ano.

possibilidade de Moacyr da Conceição assumir o executivo municipal. Ele também não recebeu o apoio das principais lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro no estado do Rio. Da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Alberto Torres (UDN) classificou a aprovação da licença de Nilo Torres como o “assalto dos vereadores pessedistas e petebistas à Prefeitura”;<sup>35</sup> alegando que a medida era inconstitucional.

Mas, o que sobressaiu no episódio não foi o desrespeito a lei; o que prevaleceu, pelo menos na trova, foi o discurso da inadequação do trabalhador ao campo da política. Em sua representação sobre política, excluiu dela os que vinham do “mundo do trabalho”. A política foi posta no altar, sacralizada, só podendo fazer parte dela os que não dependiam do trabalho braçal para sobreviver. Justamente, passou a ser “poleiro” quando um operário, que marretava as bigornas sob o calor das fornalhas, que usava tamancos, desejou ser prefeito. Dessa forma, os trabalhadores dessacralizavam a política, ocupando um espaço que não era para ser frequentado por usuários de “tamancos”.

Apesar de tudo isso, contraditoriamente, para as eleições de municipais daquele mesmo ano, 1954, a UDN pensou na possibilidade de lançar o operário e delegado sindical, José de Aguiar como candidato a vice-prefeito.<sup>36</sup> Talvez a explicação para a indicação seja a descoberta do significativo potencial de voto oferecido pelos ferroviários e familiares. Naquelas eleições, de forma inédita, o PTB elegeu três vereadores ferroviários. Assim disse o cronista J. Alvim sobre os vereadores eleitos: " O que vai nos merecer a atenção e naturalmente nos fazer "gozar" - a 'trinca eucalol'? Anedir, Lota e Conceição - os três trabalhistas vereadores pelas "beiradas" e convencidos bobalhões. Vai ser gozada a nossa futura Câmara".<sup>37</sup> Outras vezes, além dos distanciamentos de classe e de cultura, prevaleceu um forte preconceito ideológico.

“Dizem que ...

- A remoção de Sr. Nedir Gonçalves, operário da Mecânica da Leopoldina nesta cidade, foi devido as suas ideologias políticas serem contrárias ao nosso regime. Que outros já estão com seus “bilhetes azuis”, em andamento.

---

<sup>35</sup> Palavras do deputado estadual Alberto Torres (UDN) proferidas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1954, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>36</sup> *O Nova Friburgo*, Nova Friburgo, 22 de agosto de 1954. Arquivo: D. João VI, Nova Friburgo (RJ).

<sup>37</sup> *O Nova Friburgo*, Nova Friburgo, 28 de novembro de 1954. Arquivo: D. João VI, Nova Friburgo (RJ).

- Enedir no dia da pega comunista, ele era trabalhista, quem pagou o pato foi o pai.”<sup>38</sup>

Empossado e eleito presidente da Câmara, em 1955, Enedir Gonçalves continuou sendo identificado como comunista. Vereadores da UDN e do próprio PTB, como Rubens Lota, cobraram dele uma posição sobre uma nota publicada em *O Nova Friburgo* em que foi denominado de “Enedir ‘Carlos Prestes’ Gonçalves;”<sup>39</sup> posteriormente, foi chamado a justificar sua suposta participação em um comício do Movimento Popular Trabalhista, considerado um evento comunista, que contou com as presenças de Roberto Morena e Irineu José de Souza, na Praça Duque de Caxias. O nome de Gonçalves constava como orador.<sup>40</sup>

Preconceitos à parte, uma “pauta do tamanco,” com a presença dos vereadores ferroviários, passou a ser discutida na Câmara. Assim, entre outros, denunciaram o estado precário das oficinas da Leopoldina, as arbitrariedades cometidas pelos jagunços do senador Coimbra Bueno; apoiaram a criação da Associação de Lavradores de Cachoeiras, lutaram pelos interesses dos comerciários e de outros assalariados, por uma melhor oferta da energia elétrica, ajudaram a tornar de utilidade pública a União Cachoeirense dos Estudantes e apoiaram os lavradores de São José da Boa Morte.

### 1.3. As greves: por nós e pelos outros

O longo apito que anunciava uma greve ou o fim dela foi ouvido muitas vezes pelos ferroviários e moradores do centro de Cachoeiras, especialmente no início dos anos 1960. Ou eram greves relacionadas ao labor ferroviário ou de solidariedade a outra categoria profissional, a um movimento social ou mesmo por motivação política.

Um balanço das greves ocorridas em 1960, apontou a ocorrência de 14 paralisações deflagradas por motivo de atraso nos salários pagos pela Leopoldina.<sup>41</sup> Nos atrasos de

---

<sup>38</sup> *O Nova Friburgo*, Nova Friburgo, 19 de dezembro de 1954. Arquivo: D. João VI, Nova Friburgo (RJ)

<sup>39</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 14 de março de 1955. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>40</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 18 de julho de 1955. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>41</sup> No ano de 1960, foram 14 greves deflagradas por atraso de pagamento. “Ferroviários a Jango: reveja política de JQ.” *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

pagamentos, os mais atingidos, que ficavam sem receber seus vencimentos por um ou até três meses, eram os aposentados e os trabalhadores da soca.<sup>42</sup>

Uma greve que marcou a classe ferroviária foi a Greve da Paridade, que uniu três categorias profissionais: marítimos, portuários e ferroviários; dirigida pelo PUA (Pacto de Unidade e Ação), ocorreu no final de 1960. Os trabalhadores reivindicaram a aprovação de uma lei na Câmara Federal que garantia paridade dos salários dessas categorias com os militares.

No dia 29 de julho de 1964, em depoimento à Aloysio Seabra Fagundes, Delegado Adjunto do DPS, Wallace da Silva Ottoni, agente da estação, afirmou: “Depois que João Goulart assumiu a presidência, Enedir, José Custódio, Antonio Porto passaram a liderar movimentos de agitação subversiva da ordem na E.F. Leopoldina. [...] Greves fúteis, inclusive de solidariedade. Os que não aderiram as greves eram ameaçados. As últimas greves de solidariedade foram dos motoristas de coletivos de Niterói, empresa de transporte marítimo Rio-Niterói, fábrica de cimento de Guaxindiba. No dia 31 de março, a Delegacia Sindical paralisou todos os serviços; se não aderissem a greve ‘o pau iria comer’.”<sup>43</sup>

Como bem pontuou o ferroviário Wallace da Silva Ottoni, além das greves relacionadas aos problemas específicos da categoria, as greves de protesto e de solidariedade marcaram o início dos anos 1960. Uma outra discussão que apareceu no decorrer do depoimento de Ottoni e de outros ferroviários ao Delegado do DPS, estava relacionada a responsabilidade pelas paralisações: se era determinada pelo Sindicato dos Ferroviários da Guanabara ou iniciativa da Delegacia Sindical de Cachoeiras. A greve geral que marcou o início da intensificação das paralisações dos trabalhadores por motivação política e ideológica foi a da “Campanha da Legalidade.” A “Campanha da Legalidade” foi liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em apoio a posse do presidente João Goulart. Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou, após 6 meses de governo e o vice-presidente João Goulart estava sendo impedido de assumir a presidência e a Constituição de 1946 sendo desrespeitada. Em função disso, diversas categorias profissionais, coordenadas pelo Comando Geral de Greve (CGG), embrião do futuro CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) paralisaram o trabalho. Na Leopoldina, a Greve dos trabalhadores como “defesa das

---

<sup>42</sup> Trabalho de manutenção da via férrea.

<sup>43</sup> Depoimento de Wallace Ottoni ao Delegado do DOPS Aloysio Seabra Fagundes, em 29 de julho de 1964. BNM-017. Arquivo: BNM Digital

liberdades democráticas e sindicais”.<sup>44</sup> No decorrer de 1962 e 1964, outras greves de caráter político que envolveram os ferroviários foram: a greve contra a posse do conservador Auro Moura Andrade para 1º.

Fig.1



Trabalhadores da Leopoldina em Cachoeiras de Macacu. s/d.<sup>45</sup>

Ministro, em julho; e a greve geral pelo plebiscito em setembro de 1962 e, por último, a greve contra o golpe, no dia 1º. de abril de 1964.

Greves de solidariedade, e também de protesto, ligadas a questões sociais específicas ao município também foram registradas, mas, geralmente, eram greves que duravam poucas horas. Em 1961 e em 1963, os ferroviários paralisaram suas atividades em protesto contra o precário fornecimento da energia elétrica pela concessionária Força e Luz. Em fins de novembro de 1961, Enedir Gonçalves ameaçou convocar uma greve de 48 horas, caso as prisões de Mariano Beser, de Francisco Assis e de outros lavradores, líderes do movimento

<sup>44</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores (1961-1964)*. Petrópolis, Editora Vozes, 1986, p.51.

<sup>45</sup> [www.facebook.com/groups/313005898729069/?fref=ts](http://www.facebook.com/groups/313005898729069/?fref=ts).

armado que tentou resistir a desocupação da Fazenda São José, não fossem revogadas.<sup>46</sup> Essa aproximação entre ferroviários e camponeses já era registrada durante a campanha eleitoral de 1960, quando foi criado o Comitê Pro-Lott e Jango dos Ferroviários e dos Camponeses.<sup>47</sup>

A solidariedade, que ia além da greve, a outros trabalhadores fazia parte da cultura ferroviária. Ao se dirigir ao colega Adino Lota (UDN), o vereador José Custódio de Souza (PTB), fez a seguinte afirmação: “o ferroviário sempre foi livre e que sempre lutarão pelo bem estar de todos”.<sup>48</sup> São as “profundas solidariedades<sup>49</sup>” entre os que reconheceram-se com uma identidade política comum.

Assim, em novembro e dezembro de 1963, a ocupação da Fazendinha e de Agro-Brasil, os despejos dos posseiros em São José promovidos por Marino Monteiro de Barros, recebeu novamente a solidariedade da Delegacia Sindical dos Ferroviários, com a visita ao local de Antonio Maria Porto<sup>50</sup> que, naquele momento, respondia pela direção do Sindicato. Em depoimento ao Delegado Aloisio Seabra Fagundes, afirmou:

“que durante o período da invasão, e primeira vez que estive nas terras invadidas, assim o fez no dia em que esta ocorreu, a pedido do Delegado Sindical Eneidy Gonçalves, no sentido de ver das possibilidades de os ferroviários emprestarem a sua irrestrita solidariedade ao movimento levado a efeito naquela região, isto é, angariar donativos espontâneos, em dinheiro, através de listas que seriam corridas nas diversas dependências da E.F. Leopoldina em Cachoeiras de Macacu, a fim de que fossem adquiridos mantimentos para serem doados aos invasores, o que posteriormente ocorreu.”<sup>51</sup>

O pedido da arrecadação de fundos para a compra de alimentos foi realizada por Anézio Dias de Freitas, presidente do Sindicato dos Lavradores e Pequenos Produtores Autônomos,

---

<sup>46</sup> *Última Hora*, Niterói, 29 de novembro de 1961, p.7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>47</sup> Ver: “Povo de Cachoeiras está com Lott e Jango”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1960, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>48</sup> Adino Lota e José Custódio eram ferroviários, mas que trabalhavam em setores diferentes. Lota era professor ferroviário, como fazia questão de afirmar, do SENAI e da Escola Primária 28 de Fevereiro. Os dois eram filiados a diferentes culturas políticas. Ata da Câmara de Vereadores, 10 de janeiro de 1964, p. 61. Arquivo da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu (RJ).

<sup>49</sup> Op.cit.p.44.

<sup>50</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>51</sup> Depoimento dado ao Delegado do DPPS Aloisio S. Fagundes, em 7 de agosto de 1964 - BNM-017. Arquivo: BNM Digital.

porque os ocupantes das fazendas não tinham com que se alimentar; por isso, também mataram e comeram gado da Fazenda Agro-Brasil.

Seja por quais motivos fossem deflagradas, segundo Josafá de Pontes dos Santos Lima, delegado de Cachoeiras, as greves eram comunicadas à Secretaria de Segurança Pública;<sup>52</sup> para ela, todas as greves eram políticas e deveriam ser controladas pela polícia.

#### 1.4. Os protestos contra a Empresa Força e Luz: 1961 e 1963

“Uma por semana  
Cachoeiras com tanta água,  
A ironia nos conduz  
A viver na eterna mágoa  
Sem ter ‘quem nos dê luz.’”<sup>53</sup>

Essa trova relatou, com ironia e humor, um problema que, naquela época, era eminentemente urbano. O serviço de energia elétrica oferecido pela concessionária Força e Luz era precário. No decorrer da segunda metade dos anos 1950 e no início dos anos 1960, a insatisfação com o serviço prestado pela Força e Luz era cada vez maior e a ira popular contra a empresa, agravada pelos aumentos abusivos na conta da energia elétrica.

Em meados de 1955, a insatisfação do povo, em geral, e dos eleitores, em particular, levou o legislativo, através da iniciativa dos vereadores da UDN, a convocar - ao que denominamos hoje - uma audiência pública. Segundo o cronista J.Alvim:

“Conforme noticiamos no número passado reuniu-se na Câmara, convocada pelos 4 vereadores udenistas para tratarem do caso da luz. Compareceram o empresário Raul Silva, Nilo Ferreira Torres, ex-prefeito e Oswaldo Marques, atual prefeito, que foram ‘para prestar declarações’. Dessas coisas só mesmo em Cachoeiras. Mas, enfim, certo, errado, asneira ou não, foram os ‘três inquiridos’ pela Câmara, sim senhor, INQUIRIDOS e DEDUZAM, como testemunhas e réu, sendo este Raul Silva, empresário que sofreu ‘cerrado’ interrogatório de todos os vereadores, defendendo-se inteligentemente.

<sup>52</sup> Depoimento dado por Josafá Pontes dos Santos Lima ao Delegado do DPPS Aloysio S. Fagundes, em 12 de agosto de 1964. BNM-017. Arquivo: BNM Digital.

<sup>53</sup> *O Nova Friburgo*, Nova Friburgo, 3 de julho de 1955. Arquivo: D João VI, Nova Friburgo (RJ).

Conclusão, não ficou nada resolvido ou esclarecido satisfatoriamente, acabando o Raul Empresário enrolando nossos gozados edis !”<sup>54</sup>

As autoridades da política e o empresário foram inquiridos e tiveram que prestar conta aos vereadores, aos eleitores e aos consumidores, enfim, sobre a responsabilidade de cada um sobre os “descaminhos” na oferta de energia elétrica da Força e Luz. Como essa ação não era comum, o exotismo de tal iniciativa, causou certa dúvida ao cronista J. Alvim.

Um mês após a audiência pública sobre a Empresa Força e Luz, o jornalista Nicomedes Arruda informava a construção de uma nova usina e o aluguel anual de um novo motor que, para ele, representava um ato de justiça “porque o povo cachoeirense precisa, de fato, ser atendido porque está cansado de sofrer, sem merecer amparo para os seus direitos.”<sup>55</sup>

Mas, depois de seis anos, os moradores da área urbana do município ainda não haviam conquistado o “amparo para os seus direitos”. O fornecimento de energia elétrica continuou precário. A autorização para a compra de um novo motor no governo de Roberto da Silveira possibilitou o aumento de 50% nas tarifas de energia elétrica, que serviu para amortizar a compra do motor. Mas, a oferta de energia elétrica não melhorou e a insatisfação cresceu. Muitos dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na produção e reparos de peças da ferrovia nas oficinas de Mecânica eram ocasionados pela baixa qualidade da energia de luz; problemas que ficaram mais evidenciados pela decisão do presidente Jânio Quadros em extinguir a Leopoldina em Cachoeiras e em outras cidades fluminenses, em 1961. Por outro lado, muitos moradores não podiam usufruir do conforto proporcionado pela expansão do consumo de bens duráveis estimulado pelo nacional-desenvolvimentismo do presidente Juscelino Kubitschek (1956/1961). Conforto, que demandou maior uso de energia elétrica. Essas questões justificaram “a moção de aplauso” dos vereadores de todos os matizes ideológicos, do PTB, da UDN e do PSD, à atuação da Comissão Pro-Melhoramento da Energia Elétrica proposto pelo vereador Ovídio Sícoli (UDN).<sup>56</sup> A entidade, criada a partir de uma demanda da sociedade, era composta somente por ferroviários. No início de 1961, a

---

<sup>54</sup> *O Nova Friburgo*, Nova Friburgo, 5 de junho de 1955. Arquivo: D João VI - Nova Friburgo (RJ).

<sup>55</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1955, p. 20. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>56</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, 13 de março de 1963. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

Comissão produziu um abaixo-assinado dirigido ao governador Celso Peçanha, e defendeu o não pagamento da conta de luz e organizou uma reunião pública para discutir o problema.

Na noite do dia 9 de agosto de 1961, um desligamento de energia no Bairro Campo do Prado, onde estava localizado o Fórum, um cinema, o posto de saúde, o hospital, o Sindicato dos Ferroviários, o Instituto Anacleto de Queirós e diversas residências, causou revolta na população e levou a uma onda de protestos que estendeu-se pela madrugada do dia 10; só terminou com a intervenção do delegado Wilson da Costa Vieira, que impediu a depredação dos escritórios da Força e Luz.<sup>57</sup>

Após os protestos, o empresário Nei Souza e Silva, filho do fazendeiro e empresário Raul Souza e Silva, prestou uma queixa-crime na delegacia local contra Enedir Gonçalves, Oswaldo Busquet, Antonio Maria Porto, Sílvio Pereira da Silva e o líder estudantil José Custódio de Souza. Todos foram acusados de sabotarem as instalações da empresa Força e Luz. Enquanto as lideranças prestavam depoimento na delegacia, uma passeata de ferroviários tomou conta das ruas. Respondendo aos protestos, Nei Souza e Silva determinou a suspensão do fornecimento de energia na cidade. Os consumidores, por sua vez, prometeram não mais pagar a conta de energia elétrica até que o governo do Estado cassasse a concessão e encampasse a Força e Luz.

Depois das detenções e dos protestos, uma comissão, composta de ferroviários e comerciantes, solicitou uma audiência ao governador Celso Peçanha; nela, explicaram as razões dos protestos e pediram a cassação da Força e Luz a quem também acusavam de desejar um quebra-quebra nas instalações da concessionária para posteriormente cobrar uma polpuda indenização ao poder público.<sup>58</sup> As manifestações de agosto de 1961 tiveram o respaldo da Comissão Pro-Melhoramento da Energia Elétrica.

Em março de 1963, o problema da energia elétrica ainda permanecia sem solução. Naquele mês, o vereador Adino Lota (UDN) apresentou requerimento à Câmara “reclamando falta de responsabilidade do concessionário do serviço de força e luz.”<sup>59</sup> Na mesma sessão, os

---

<sup>57</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1961, p.5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>58</sup> “Agrava-se a crise de energia em Cachoeiras.” *Diário Carioca*, 22 de agosto de 1961, p.5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>59</sup> Ata da sessão da Câmara de Vereadores, em 29 de março de 1963. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

vereadores reconheceram a Comissão Pro-Melhoramento da Energia Elétrica como entidade de utilidade pública.

Em pronunciamento na Câmara de Vereadores em março de 1961, o vereador Moacyr da Conceição (PTB) já alertava que só “medidas fortes para a solução do caso da luz e força.”<sup>60</sup> Pois bem, em fins de abril de 1963, novos protestos e ameaças em função das constantes interrupções da energia elétrica, “as quais paralisaram por completo a vida na cidade”,<sup>61</sup> movimentaram Cachoeiras de Macacu. No dia 2 de maio, um panfleto foi distribuído nas ruas, com o título “Cachoeiras de Macacu precisa de sua compreensão e ajuda”.<sup>62</sup> Dirigindo-se ao concessionário e aos responsáveis estaduais e federais pelo setor elétrico, em nome das autoridades municipais, da própria Comissão Pro-Melhoramento, do povo, deu um prazo de 48 horas em aguardo “na proposta de resolução dos órgãos competentes com o concessionário”. Caso não houvesse um acordo, a partir da zero hora do dia 4, as seguintes medidas seriam postas em ação:

- a) Desligamento total da luz em toda Cidade,
- b) Paralisação das Oficinas da Leopoldina,
- c) Paralisação do trânsito rodoviário pelo Município,
- d) Fechamento do Comércio e,
- e) Interrupção do fornecimento da água.”<sup>63</sup>

No *Diário Carioca*, do dia 1º. de maio, as medidas anunciadas pela Comissão foram mais incisivas: “prometiam formar barricadas, interromper o abastecimento de água para Niterói, furando os canos que passam por ali e dinamitar a estrada que liga Cachoeiras a

---

<sup>60</sup> Ata da sessão da Câmara de Vereadores em 20 de março de 1961. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

<sup>61</sup> “População promete dinamitar Cachoeiras-Rio em represália ao colapso da energia”. *Diário Carioca*, 1º. de maio de 1963, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>62</sup> O panfleto era assinado pela Comissão, sendo observado que foi impresso com a colaboração do vereador Adino Lota (UDN). Por causa desse auxílio, Adino Lota foi convocado à prestar depoimento ao Delegado de Polícia Capitão Sebastião Braga em 15 de junho de 1964. No depoimento, negou que tivesse dado consentimento e contribuído para o pagamento do panfleto que, segundo ele, teria sido feito a sua revelia; admitiu, no entanto, que não esperava que o Manifesto tivesse repercussão no futuro. Para Adino Lota, o panfleto e o comício realizados no dia 4 eram subversivos, contrários, portanto, aos seus ideais democráticos. Lota, mesmo sendo uma das principais lideranças políticas a articular e apoiar o golpe no município, acabou sendo arrolado, ironicamente, como subversivo no IPM (Inquérito Policial Militar) instaurado em agosto de 1964, juntamente com seus adversários no campo político. Arquivo: BNMI - 017. Arquivo: BNM Digital.

<sup>63</sup> Op. cit.

outras cidades”.<sup>64</sup> Em função das ameaças contidas no panfleto e no *Diário Carioca*, temendo uma “revolução civil”, o presidente da Câmara, Ayram Fernandes Ribeiro (PSD), convocou os demais vereadores para que o legislativo ficasse “em sessão permanente”; posteriormente, foi ao Palácio do Ingá para solicitar ao governador Badger da Silveira (PTB) uma intervenção na concessionária Força e Luz.

As ameaças da Comissão de responder com “medidas fortes”, caso as autoridades do setor elétrico não resolvessem a demanda, foram entendidas como possíveis de serem realmente colocadas em prática. Desta forma, no dia 7 de julho de 1963, a ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) recebeu mensagem do Governador Badger da Silveira (PTB) que solicitou autorização para comprar as ações da Empresa Força e Luz”.<sup>65</sup> Poucos dias antes do golpe, na segunda quinzena de março de 1964, já sob administração do Estado do Rio, era inaugurado pelo governador Badger da Silveira, pelo prefeito Ubirajara Muniz e por Heleno Nunes, secretário de Energia, o novo serviço de iluminação pública.

### **1.5. E o campo organizou-se: a política de “pés descalços”**

Para Marco Aurélio Santana, a aproximação entre os comunistas e os trabalhistas, no sindicalismo urbano brasileiro especialmente, entre os anos de 1955 e 1964, representou um dos “momentos luminosos”<sup>66</sup> na história dos trabalhadores brasileiros. Essa aliança entre trabalhistas e comunistas foi ampliada para além do sindicalismo urbano.<sup>67</sup> Em 1955, essa unidade entre o PTB e o PCB era afirmada em prospectos que circularam pelas ruas de Cachoeiras: “trabalhistas e comunistas estarão ombro a ombro para a luta”; e no comício do Movimento Popular Trabalhista, que contou com a presença de Roberto Morena e de Irineu

---

<sup>64</sup> População promete dinamitar Cachoeiras-Rio em represália ao colapso da energia. *Diário Carioca*, 1º. de maio de 1963, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>65</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>66</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança entre comunista- trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*, p. 262. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical – 1945-1964*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2007.

<sup>67</sup> Ainda segundo Marco Aurélio Santana, o IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954, favoreceu e estimulou a política de alianças. Idem, p. 261.

José de Souza.<sup>68</sup> Mas, no mundo rural, essa unidade entre PTB e PCB encontrou demandas bem mais complexas. Ao contrário do operariado urbano que já contava com a proteção do Estado nas garantias de seus direitos, na “roça”, “o saldo” da escravidão ainda estava presente. O poder público não garantia acesso a terra, aposentadoria, educação, saúde, liberdade de associação, liberdade de expressão e a inviolabilidade do corpo; enfim, os trabalhadores ficavam presos a vontade privada dos proprietários rurais.

Foi durante o governo do presidente João Goulart (1961-1963), devido as grandes mobilizações dos camponeses por todo Brasil, que o poder público estendeu alguns direitos ao campo, como a sindicalização (1962) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963). Foi neste contexto, a luta dos lavradores de Cachoeiras de Macacu, especialmente da localidade de São José da Boa Morte que, em sua maioria, eram trabalhadores expropriados de outras regiões do estado do Rio e do Brasil, que chegavam atraídos pelas terras do INIC, como apresentado na primeira parte do Capítulo.

A aproximação entre comunistas e trabalhistas, entre ferroviários e lavradores, ajudou a impulsionar a luta por direitos no campo cachoeirense. A presença dos comunistas na área rural do município foi observada em meados dos anos 1950. Em 1956, o jornal comunista *Voz Operária*<sup>69</sup> protestava contra a prisão de Anésio Dias de Freitas,<sup>70</sup> agente local do periódico, que havia sido detido pelo delegado Anísio Monteiro por está distribuindo a *Voz Operária* (30 exemplares) e o jornal *Terra Livre*. Encaminhado ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de Niterói, “juntamente com dois lavradores” que tiveram suas residências vasculhadas; mas em que nelas nada foi encontrado pela polícia. Na capital fluminense, sem provas que os incriminassem, foram postos logo em liberdade. O correspondente do jornal em Cachoeiras, autor da matéria, protestou contra o desrespeito a liberdade de imprensa e as garantias individuais. Na notícia, a *Voz Operária* não identificou Anésio Dias de Freitas como lavrador. Nos anos de 1940 e 1950, o PCB começou a deslocar seus militantes da cidade para o campo. Daí, talvez seja o motivo de não apresentá-lo como trabalhador do campo, era um

---

<sup>68</sup> Embora a aproximação com comunistas não fosse, pelo menos naquele momento, um consenso dentro do PTB de Cachoeiras, basta ver o posicionamento de Rubens Lota quando da acusação de que Enedir Gonçalves era comunista.

<sup>69</sup> A manchete do jornal comunista anunciou: “Violência contra a Voz Operária em Cachoeiras de Macacu”. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1956, p.10. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>70</sup> Anésio Dias de Freitas, além de ter sido preso em 1956, já havia passado pela prisão do DOPS em 1955. Esteve na Rússia e na Tchecoslováquia. Após o golpe, a casa de Freitas foi vasculhada, sendo encontrado amplo material contendo as discussões teóricas que envolveram o PCB. Ver BNM-017. Arquivo: BNM Digital.

homem com uma cultura do interior e na tradição comunista, a vanguarda revolucionária era o operariado, o homem urbano. De qualquer forma, ele foi, ao que tudo indica, a mais significativa figura para o PCB no município, sendo extremamente fiel as diretrizes partidárias.<sup>71</sup>

Em 1958, dois anos depois da prisão, no contexto do primeiro embate entre grileiros e posseiros de São José da Boa Morte, Anézio Dias de Freitas, meeiro na localidade de Boca do Mato, participou da criação da Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu, sendo escolhido presidente da agremiação. A Associação, que foi a primeira entidade representativa dos interesses dos trabalhadores do campo no município, fazia parte da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro) que, por sua vez, era filiada a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Brasil), entidade fundada em 1954 e presidida pelo alfaiate Lindolfo Silva. A ULTAB editava o jornal *Terra Livre*; o jornal que, juntamente com a *Voz Operária*, levou a detenção de Freitas.

A aproximação entre ferroviários e lavradores, comunistas e trabalhistas, ficou mais acentuada com o Projeto nº 98/59; nele, os vereadores Rubem Lota e Moacyr da Conceição (PTB) solicitaram ao legislativo que a Associação dos Lavradores fosse transformada em instituição de utilidade pública. O Projeto só foi apresentado para análise em julho de 1960. Na ocasião, o vereador Norival de Aguiar Duarte (PSB) questionou “os estatutos” e os membros da Associação; acusando de ter infiltração comunista. Embora não tendo sido registrado em ata, possivelmente, o debate ficou acalorado, pois Lota foi obrigado a recuar, o Projeto foi retirado da pauta. O vereador petebista avisou que iria comunicar à entidade que ela foi “taxada de comunista”.<sup>72</sup> Por sua vez, o presidente da Associação dos Lavradores “não escondia sua condição de comunista”.<sup>73</sup>

Mesmo sem o reconhecimento oficial, a Associação foi até 1960 a única entidade que representou os lavradores e liderou os posseiros na luta contra os despejos e nas denúncias contra as ações impiedosas dos grileiros. Além da Associação dos Lavradores, em fins dos anos 50, também o PTB, com diretório na área urbana desde 1946, começou a marcar

---

<sup>71</sup> Nas eleições de 1962, foi o único candidato que recebeu o apoio formal do PCB, embora outros membros do Partido também fossem candidatos ao legislativo cachoeirense, como Alicídio Salvador, José Laurindo e José Custódio. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1962, p. 4. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>72</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 15 de julho de 1960. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>73</sup> BNM – 017. Arquivo: BNM Digital.

presença no interior do município e a se interessar pelos problemas do “homem do campo”, fazendo intermediações entre os lavradores, as lideranças locais, como Ubirajara Muniz-candidato a prefeito em 1958 - e as lideranças regionais do Partido, como Bocaiúva Cunha e Roberto Silveira.

Mas, nem todas as mobilizações dos trabalhadores rurais na luta pela terra, por direitos sociais e nas denúncias das condições precárias em que viviam, foram conduzidas pela Associação dos Lavradores e ou pelo PTB. Momentaneamente, em 1961, a Associação dos Lavradores e o PTB perderam espaço para Mariano Beser, as Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro (a quem Beser dizia representar) e seus “repertórios de ação”.

Em novembro daquele ano - logo após o encerramento do Congresso Camponês, em Belo Horizonte, em que prevaleceu a tese da “reforma agrária na lei ou na marra” - com o apoio de 500 a 600 posseiros, Beser liderou uma reação armada contra os despejos, que foi logo desarticulada e as principais lideranças, presas. O despejo, porém, não ocorreu.

Depois da resistência armada, uma intensa campanha foi realizada contra Mariano Beser. A mobilização, em oposição a ele, contou com apoio dos principais periódicos da Guanabara, de entidades de classe e partidos políticos que desejaram ter a hegemonia sobre a luta dos posseiros.

No início de janeiro de 1962, afastados Beser e Francisco de Assis, o Círculo Operário,<sup>74</sup> liderada pelo Padre Antonio Carvalho e o Plano de Amparo e Assistência aos Lavradores, por José Nascimento, tentaram uma aproximação com os lavradores de São José, mas que não foi adiante. No decorrer daquele ano, a Associação dos Lavradores e Ubirajara Muniz, comunistas e trabalhistas, voltaram a liderar os posseiros. Em novembro e dezembro de 1963, os comunistas, representados pelo Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos (Associação de Lavradores),<sup>75</sup> com apoio dos trabalhistas, organizaram, na Fazenda São José, a resistência as novas investidas de despejos ordenadas por Marino

---

<sup>74</sup> Os Círculos Operários foram criados no Rio Grande do Sul em 1932; expandiu-se por todo território nacional durante o Estado Novo (1937-1945). Além de difundir a doutrina católica, buscaram neutralizar a influência das esquerdas nos sindicatos; na década de 1950, os Círculos operários tiveram importante papel na formação das associações camponesas. Ver GRYNSPAN, Mário e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (Orgs.). Nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 227.

<sup>75</sup> A partir de 1962, as associações de lavradores foram transformadas em sindicatos; o governo Goulart incentivou, através de “projetos, decretos e portarias” a formação de sindicatos rurais. O Ministério do Trabalho e a Supra (Superintendência para a Reforma Agrária), através do Departamento de Promoção e Organização Rural (Depror), desempenharam importante papel neste processo. Idem, p. 228.

Monteiro de Barros; ao mesmo tempo que outro grupo bem numeroso de posseiros, cerca de 2.000 a 2.400, ocupou a Fazendinha e a Fazenda Agro-Brasil. As três fazendas eram administradas pela Companhia Agro-Brasil Empreendimentos Rurais, dos irmãos Coimbra Bueno.

Para além das doutrinas partidárias das lideranças, de suas alianças e disputas, da conjuntura internacional da Guerra Fria e da Revolução Cubana, foram os posseiros que acabaram impondo a maneira como a luta pela terra deveria ser conduzida.

### 1.6. O “campo em armas”<sup>76</sup>

No decorrer do ano de 1961, a liderança e a forma de encaminhar a luta pela posse da terra exercida pela Associação dos Lavradores começou a ser posta em dúvida pelos lavradores de São José da Boa Morte. A Associação, por sua vez, agindo de forma conciliatória, pelo caminho jurídico, seguiu as orientações oferecidas pelo PCB.<sup>77</sup>

No final de 1960, uma ordem de despejo foi decretada pelo juiz José Bastos Barros em uma área de 2.000 alqueires em São José. Os jagunços de Marino Monteiro de Barros, administrador das Fazendas São José da Boa Morte e Agro-Brasil, derrubaram casas, destruíram plantações e soltaram animais nas lavouras. Mais de 60 famílias foram expulsas à tiros. Depois que foram expulsas, muitas delas desapareceram. Poucas famílias foram levadas para os 147 alqueires de terras do Plano Piloto de Reforma Agrária, do governador Roberto Silveira (PTB); outras, ficaram expostas ao relento durante vários dias sem ter para onde ir. O despejo, realizado na véspera do Natal, causou revolta na população de Cachoeiras.

Já próximo da virada do ano de 1960 para 1961, uma comissão de 16 lavradores de São José, liderados por Anézio Dias de Freitas, compareceu a sucursal do jornal *Diário Carioca*, em Niterói, dando ciência de que estavam na capital para procurar as autoridades do governo estadual para protestar contra as terras destinadas a eles pelo Plano Piloto de Ação Agrária após o despejo ocorrido na véspera do Natal. Para eles, as terras eram impróprias para o cultivo. Para a comissão, Marino Monteiro de Barros foi o responsável pelos despejos,

---

<sup>76</sup> Ver Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, de 1961. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>77</sup> O PCB, na Declaração de Março de 1958, optou pelo reformismo, pela via pacífica para o socialismo; não descartou, porém, a luta armada quando se apresentasse como necessária. Ver FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. *Revista Brasileira de História*, vol. 33, nº66, São Paulo, jul/dez., 2013.

queimando casas e as lavouras após ter permitido a presença dos lavradores na propriedade desde que destinassem à Companhia metade da produção de cada família. Anézio Dias afirmou ainda que, caso o governo não desapropriasse a fazenda, a Associação dos Lavradores entraria na Justiça contra Coimbra Bueno exigindo indenização das benfeitorias destruídas.<sup>78</sup>

Em novembro de 1961, outra ordem de despejo. Agora, os lavradores estavam preparados para resistir. Armados, fizeram emboscadas, sequestraram e realizaram um julgamento simulado dos grileiros Antonio Volpato, Miguel Ferreira de Macedo e Antonio Vaz da Eira.

A reação do poder judiciário e da polícia não demorou. Os líderes Mariano Beser, Francisco de Assis, Antônio Xavier e José Nascimento foram presos em Niterói quando se dirigiram ao Palácio do Ingá para uma audiência com o governador Celso Peçanha. Em São José, a força policial e o juiz Gastão de Alencastro Rush libertaram os grileiros presos, desmobilizaram e prenderam outros lavradores. O juiz, ao justificar a ordem de despejo dada por ele, declarou: “Reconhece o problema e o estado miserável dos lavradores que defendem as terras onde plantam. Não deixará, no entanto, de determinar despejos de lavradores [...] porque cumpre a lei em vigor é só mudará de atitude caso as leis sejam mudadas.”<sup>79</sup>

No dia 7 de dezembro de 1961, “centenas de lavradores” partiram de São José da Boa Morte para a capital fluminense. Em Niterói, o grupo se dividiu: uma comissão se dirigiu ao Palácio do Ingá para solicitar ao governador Celso Peçanha “a soltura de seu líder”.<sup>80</sup> O restante do grupo deslocou-se em passeata para a Secretaria de Segurança e para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.<sup>81</sup> No Tribunal, acomodaram-se para assistir a decisão da Câmara Criminal sobre o habeas-corpus impetrado pelo advogado José Danir Siqueira do Nascimento a favor de Mariano Beser, Francisco de Assis e Antônio Xavier, presos preventivamente na Casa de Detenção. José Nascimento já havia sido solto; posteriormente, foi acusado de traição, por Beser.

Com uma posição bem diferente da pronunciada pelo colega Gastão Matias de Alencastro Rush, o Desembargador Ferreira Pinto, relator do processo, ao pronunciar o seu voto, alertou

---

<sup>78</sup> Como já tinha convicção de que o governo não desapropriaria as terras de posse dos irmãos Coimbra Bueno, a manchete do *Diário Carioca* foi enfática: “São José: lavradores recorrerão à Justiça.” *Diário Carioca*, 30 de dezembro de 1960, p. 11. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>79</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961, p.5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>80</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1961, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>81</sup> *Última Hora*, 7 de dezembro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

aos “poderes públicos para o perigo iminente de uma revolução social de trágicas consequências.” Prosseguindo em sua avaliação sobre o campo fluminense, destacou o magistrado que “a falta de assistência ao homem do campo, a intranquilidade, as injustiças, a carestia e o desajuste social levarão o país à luta fratricida, se soluções não forem apresentadas imediatamente”. Os presos foram absolvidos por unanimidade porque as acusações feitas aos réus pelo juiz Gastão Matias de Alencastro Rusch, da Comarca de Cachoeiras, não foram provadas; o relator chamou a atenção de que se as acusações fossem provadas, os réus seriam enquadrados na Lei de Segurança Nacional e “o processo escaparia a justiça comum”. Ouvindo a sentença e as advertências do Desembargador Ferreira Pinto estavam, além dos lavradores, a noiva e os pais de Mariano Beser. Às 15 horas do mesmo dia, os presos deixaram a Casa de Detenção.<sup>82</sup> Ao tomarem conhecimento da sentença, os que estavam no Palácio do Ingá declararam: “É com grande prazer que teremos o bravo companheiro novamente ao nosso lado”.<sup>83</sup>

O líder dos lavradores de São José era o imigrante espanhol Mariano Beser, de 22 anos, que estava residindo no Brasil havia 14 anos; lavrador, ex-estudante de Agronomia na Universidade Rural, nascido em 1939 na fronteira entre a Espanha e a França. O pai, Henrique Beser, foi um famoso maquis<sup>84</sup> francês. As atividades que desenvolveu junto aos camponeses fluminenses o impediram que se formasse em Agronomia e se naturalizasse como brasileiro. Segundo ainda outras informações prestadas ao *Correio da Manhã*, ele teria sido dirigente da Falerj, inspirou-se em Francisco Julião e fundou a Liga dos Camponeses do Estado do Rio de Janeiro “através da qual travou várias lutas em favor dos lavradores, principalmente em Santa Rita, São Pedro e Piranema”. Disse que chegou a Cachoeiras de Macacu devido “à iminência de um despejo em massa dos lavradores, programada pelos grileiros para ontem.”<sup>85</sup> Afirmou, em outro periódico, que o objetivo dele e dos camponeses foi o combate aos grileiros que se apropriaram de terras públicas; sendo estes os principais responsáveis pela miséria e pelo sistema de “matagem”<sup>86</sup>, penalizando o povo a viver “com

---

<sup>82</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1961, p.5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>83</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1961, p. 7. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>84</sup> Termo usado para identificar os membros da resistência francesa durante a 2ª. Guerra.

<sup>85</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961, p. 10. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>86</sup> A matagem era a queima da mata para produção de carvão. “A matagem é frequente em toda a região junto a Estrada Rio-Friburgo, até Cachoeiras de Macacu. Cerca de 20 caminhões transportam, diariamente, carvão para os centros consumidores.” Ver *Jornal do Brasil*, 22 de novembro de 1961, p. 5. Arquivo: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

um dos mais baixos padrão de vida do mundo”. Para ele, o latifúndio apresentava pouca produtividade porque a terra era explorada de forma precária e os salários, irrisórios; chegando ao ponto de certas regiões do Estado pagarem diárias de Cr\$ 80,00 e sendo a média de 10 horas de serviço para Cr\$ 100, 00. “Somos contra qualquer forma de trabalho escravo.”<sup>87</sup> E completou:

“eles querem a ter a liberdade pregada pela democracia e que infelizmente nunca tiveram. O regime do campo continua feudal e perdura a exploração do homem pelo homem. Eles querem pelo menos a reforma agrária que valerá como uma anestesia para sua dor e terem a verdadeira liberdade que ainda não conhecem, mas sonham com ela. O que se vê em todo o Estado do Rio (Itaboraí, Caxias, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí e Xerém) tem apenas um sentido: liberdade e defesa. Liberdade que nunca tiveram e defesa das chacinhas que os grileiros fazem frequentemente<sup>88</sup>.

A análise sobre o campo fluminense feita por Beser, em parte, foi realizada de acordo com a “grade de leitura” que o PCB produziu sobre o campo brasileiro. Para o Partido, importando um dado teórico que não se adequava a história e a realidade brasileira, a agricultura apresentava “traços feudais,” identificados com as relações de parceria, com o trabalho compulsório gratuito e com o sistema de barracão;<sup>89</sup> consideradas formas atrasadas de desenvolver a agricultura. Por outro lado, Mariano Beser, ao fazer uma abordagem política, destacou o sentido dado a democracia pelos posseiros. Democracia que foi associada a liberdade. Liberdade que significava a garantia de acesso a terra e aos direitos sociais e, ao mesmo tempo, era a luta que empreendiam contra a “coisificação” que eram transformados pela brutal exploração do trabalho. Assim, para Beser, o que ação política dos “pés descalços” fazia era, na verdade, aprofundar a democracia.

Os atos ocorridos na Fazenda São José, com os lavradores armados, o sequestro dos grileiros Antonio Volpato, Miguel Macedo e Antonio Vaz da Eira e a simulação do julgamento dos grileiros e a condenação ao “parédon”, nos moldes cubanos, foram alvos de críticas acirradas das diversas entidades e lideranças que disputavam a hegemonia na

---

<sup>87</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>88</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1961, p.3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>89</sup> PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Isabel. *Corações Vermelhos – Os comunistas brasileiros no século XX*, São Paulo, Editora Cortez, 2002, p. 79 – 80.

condução da questão agrária no estado do Rio. A imprensa carioca também posicionou-se frente ao conflito; questão que será desdobrada em outro item.

Entre o final de novembro de 1963 e a primeira quinzena de dezembro, os lavradores voltaram a controlar a região de São José. Sem a liderança de Beser, desacreditado, o Sindicato dos Lavradores e Pequenos Produtores Autônomos, com Alicídio Salvador, passou novamente a conduzir a luta dos posseiros de São José. Quem também obteve um ganho político com o afastamento de Beser, e a sua forma de conduzir a luta dos posseiros, foi o trabalhista Ubirajara Muniz. O encaminhamento jurídico dos conflitos pela terra também passou a ser utilizado. Anderson Vianna Fontes, comunista e advogado da Falerj, filho de uma tradicional família de fazendeiros de Cachoeiras, começou a ter atuação em São José em 1962. No entanto, em 1963, como em 1961, armas, sequestro e confinamento também foram usados como instrumentos de luta.

Os antigos grileiros que apresentavam-se como donos das terras de São José nos conflitos anteriores, como Antonio Volpato, Miguel Macedo, Antonio Vaz da Eira, Odazil de Oliveira, Maria Maia, não foram mais destacados; especialmente, Volpato, Vaz da Eira e Oliveira, depois que sofreram ameaças de fuzilamento em 1961. Assim, dos supostos proprietários, impôs-se a Agro-Brasil Empreendimentos Rurais, de Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, com muito mais capital político e social.

Jerônimo Coimbra Bueno, “filho de Orozimbo Sousa Bueno e Umbelina Coimbra Bueno, descendentes de uma tradicional família brasileira”,<sup>90</sup> nasceu em Rio Verde (GO) em 1910, governou o estado natal entre 1947 a 1950; ocupou, ainda o cargo de senador entre 1955 e 1963.<sup>91</sup> Os cargos políticos foram exercidos pela UDN. Além de político, era pecuarista e engenheiro civil formado pela Escola Politécnica. Com seu irmão, Abelardo Coimbra Bueno, também engenheiro, fundou a empresa Coimbra Bueno e Cia, que foi responsável pela construção de Goiânia, nova capital inaugurada em 1935. Os Coimbra Bueno participaram do Programa de Saneamento da Baixada Fluminense; conheceram assim a situação jurídica das terras de São José. Jerônimo Coimbra Bueno também foi um dos articuladores responsáveis pela transferência da capital do Brasil para o Estado de Goiás, inclusive foi sugestão dele o nome da nova capital: Brasília. Era membro da Confederação Rural Brasileira.

---

<sup>90</sup> [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dhbb-Dicionário](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dhbb-Dicionário).

<sup>91</sup> [www.senado.gov.br/senadores/Senadores](http://www.senado.gov.br/senadores/Senadores).

Os novos conflitos, entre o final de novembro e o início de dezembro de 1963, foram também acompanhados pela imprensa, mas de forma menos sensacionalista do que na realizada na resistência aos despejos em 1961.<sup>92</sup> Na reportagem para *Última Hora*, efetuada por Amaro Ribeiro e Álvaro Barros, o destaque foi o fotojornalismo. Na primeira fotografia, menor do que a segunda, mas com maior intensidade, uma mulher, Elília Cob Ferreira apontava uma “arma de carregar pela boca” e trazia na cintura “uma peixeira”; uma frase identificou a foto: “Elília tem quatro filhos para fixar na terra conquistada.” Na outra fotografia, em um ângulo mais aberto, três homens entrincheirados numa igreja em ruínas - “nos nichos onde outrora repicavam os sinos” dos jesuítas, “os primeiros senhores da região” - também apontavam suas armas. Acompanhando a fotografia, uma outra frase informou: “Entrincheirados na igreja em ruínas, os camponeses defendem o direito a terra”.

Na entrada da fazenda, dois homens armados, embaixo de uma bandeira do Brasil pendurada num improvisado mastro de bambu, faziam o controle de quem entrava. Uma grande faixa recebia os visitantes com afirmação: “Luta-se pela terra livre”. Um dos homens da segurança, pediu a senha aos repórteres; a senha, fornecida pelo prefeito do PTB, Ubirajara Muniz, dava passe livre para que os jornalistas entrassem e circulassem pelo local. No interior da fazenda, transformada em quartel general dos posseiros, “outros homens, dezenas deles” estavam agachados e armados atrás de tocos de árvores. De madrugada, além de Elília Cob Ferreira, outras duas mulheres, armadas, preparavam e controlavam a alimentação dos que estavam em guarda. Homens de pés no chão, comeram, com as mãos calosas do trabalho na roça, carne seca com farinha; a água foi servida na moringa. A capixaba Elília, “disposta a lutar enquanto tiver vida”, casada com o cearense Arlindo Ferreira, contou que ela, o marido e quatro filhos foram expulsos de um sítio que cultivavam por ordem de Marino Monteiro de Barros. A história de Elília e de Arlindo era igual a de outros posseiros. Em outros episódios recentes, os jagunços de Monteiro de Barros tinham incendiado 86 casebres; construídos, de forma simples, com barro e palha pelos posseiros. Um desses jagunços, João Cândido, assim como Sebastião Erdi, foi aprisionado no curral; só ele teria sido responsabilizado por muitas expulsões e pela “queima impiedosa de barracos daqueles que se recusaram a sair.” José Ronaldo, o veterinário da Agro-Brasil e José Cabral também foram aprisionados. Cabral, um

---

<sup>92</sup> A manchete “Igreja em Ruínas é Trincheira para Rebelião de Camponeses – 500 sem-terra de Cachoeiras de Macacu em pé de guerra.” *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1963, p. 12. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

dos líderes da resistência aos despejos em 1961, estava prestando serviço para a Agro-Brasil e se preparava para construir uma subdelegacia na fazenda. No dia em que foi feito prisioneiro, havia almoçado com Marino Monteiro de Barros; no momento em que foi detido pelos posseiros armados, foi humilhado e agredido.<sup>93</sup>

O prefeito Ubirajara Muniz, em entrevista aos repórteres na Fazenda São José, fez críticas veementes a Jerônimo Coimbra Bueno. Segundo Muniz, o ex-governador e ex-senador pelo estado de Goiás, “é um dos mais desumanos aventureiros de que se tem notícia. É praticamente dono de todo Goiás e ainda domina extensões incomensuráveis aqui do Estado do Rio.” Outros poderosos fazendeiros da região não foram poupados de críticas. Continuou o prefeito:

“Também o ex-Senador Alfredo Neves e o ex-deputado federal Acúrcio Tôrres são poderosos latifundiários que pagam quantias irrisórias de impostos pelas terras que deixam ao abandono, à espera de valorização, à espera da especulação imobiliária, enquanto o lavrador não tem onde plantar.”

Várias caravanas de trabalhadores chegavam à Fazenda para prestar solidariedade. Numa delas, uma faixa dizia: “O CGT saúda os lavradores.” Ao contrário da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), presidida por Deocleciano Holanda Cavalcante, que pregava uma linha de apoio a cooperativas rurais e a resolução dos conflitos agrários pela via judicial, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) veio para apoiar a luta dos lavradores pela reforma agrária, uma das reformas de base pregadas pela entidade, especialmente a partir de abril de 1963 com a “Prontidão Civil”. O CGT unificava as greves das diversas categorias profissionais urbanas.

Enquanto isso, o juiz da Comarca, José Rodrigues Lema, determinou ao SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) que provasse que as terras de São José eram da União, caso isso não ocorresse até o dia 13 de dezembro de 1963, os lavradores seriam despejados “com auxílio de tropas emboladas”. Além do prefeito petebista Ubirajara Muniz, do CGT, os lavradores receberam apoio da Delegacia Ferroviária de Cachoeiras e do Conselho Sindical dos Ferroviários, e dos estudantes da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), através dos delegados na cidade, Pedro Correia e Luís Carlos de Oliveira.

---

<sup>93</sup> BNM 017. Arquivo: BNM Digital.

O presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, garantiu, segundo palavras de Ubirajara Muniz, que a entidade ia mover todos os esforços para cumprir o prazo dado pela Justiça. No dia 9, Neto recebeu um grupo de lavradores de Agro-Brasil que “expuseram todo drama que estão vivendo ameaçados de despejo iminente”<sup>94</sup>

Mas, no dia 14 de dezembro, na primeira página, a *Última Hora* mostrou uma fotografia de policiais cercando um grupo de “colonos que não resistiram a ordem de despejo.”<sup>95</sup> Abaixo, uma nota da SUPRA anunciou a emissão de posse para 2.000 mil lavradores de Itaguaí com a presença do presidente João Goulart e a inauguração do hospital Vicentina Goulart para atender os lavradores daquela região. A nota era assinada por João Pinheiro Neto. No interior da publicação, a notícia de que no final da tarde, posseiros de São José foram expulsos por 30 policiais armados com metralhadoras, cumprindo ordens de reintegração de posse emitida pelo juiz José Rodrigues Lema que, juntamente com o promotor Roberto Frederico Sanches, foi pessoalmente executar a ordem de despejo. Desarmados, os lavradores, com suas esposas e filhos empreenderam, “sob torrencial chuva”, uma penosa caminhada do interior da fazenda até a estrada Rio-Friburgo.

Não tendo para onde se deslocar, os trabalhadores acamparam na “principal estrada do município.” Nas conversas que fizeram entre si e com a imprensa, um assunto foi recorrente, as memórias de um outro despejo bem significativo. Afirmaram que esta foi a segunda vez em que foram despejados das terras de São José sob intensa chuva. Na última vez, há cinco anos, morreram mais de 10 crianças, pois os colonos passaram dias ao relento, sem receberem quaisquer alimentos. O posseiro “Pau-de-Arara”, nome bem significativo sobre as origens regionais de muitos desses trabalhadores, complementou a conversa e afirmou que os jagunços de Marino Monteiro de Barros expulsaram “60 famílias que tentaram se alojar nessas terras e foram tocadas a tiros”; pisou a terra fofa e afirmou que muitas famílias desapareceram após o ocorrido e poderiam está enterradas naquele local. Ao finalizar a conversa, Pau-de-Arara prometeu “vingar todos os humildes e perseguidos”.

O prefeito Muniz afirmou que partia com uma comissão para Itaguaí a fim de pedir ao presidente João Goulart a desapropriação das terras da Agro-Brasil; lamentou não ter lugar para abrigar tantas pessoas, prometeu “que se o impasse continuar, vai promover uma

---

<sup>94</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1963, p.10. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>95</sup> *Última Hora*, Niterói, 14 de dezembro de 1963. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

campanha na cidade com a finalidade de arrecadar recursos para os colonos e as suas famílias.”<sup>96</sup>

### 1.7. Desapropriação

A apreensão quanto ao cumprimento efetivo da desapropriação das Fazendas São José e Agro-Brasil prometido pelo SUPRA e por outras autoridades dos governos municipal e federal passou a ser preocupação entre os lavradores. No dia 13 de janeiro de 1964, o promotor Roberto Frederico Sanches<sup>97</sup> realizou mais um despejo na Fazenda Agro-Brasil; foi a gota d’água. Adão Clemente, Virgínia Salvador e Aquiles Rique Reis, que já haviam sido detidos no dia 13 de dezembro, foram novamente encaminhados à Delegacia de Cachoeiras para prestarem depoimento. Logo a seguir, um grupo de lavradores, entre 100 a 300 pessoas vindas de São José, ameaçou invadir a Delegacia de Polícia, como já havia feito em dezembro, para impedir que as três pessoas intimadas respondessem a inquirição do promotor Roberto Frederico Sanches. Presentes ao protesto, o prefeito Ubirajara Muniz, os líderes ferroviários Antonio Maria Porto e Enedir Gonçalves, além do vereador José Custódio de Souza. Naquele mesmo dia, uma segunda-feira, o presidente João Goulart assinou do Decreto n°. 53.404, que desapropriou as terras das Fazendas Agro-Brasil e São José e de outros proprietários.<sup>98</sup> Alegando justamente o que se viu naquele dia, afirmou o decreto:

“Considerando, finalmente que a situação tende a assumir contornos de gravíssimo conflito social e que o Poder Público, com os recursos constitucionais e legais vigentes, o indeclinável dever de condicionar seu uso ao bem estar coletivo, na forma do preceituado pelo art. 147 da Constituição Federal. [...] É declarada de urgência a desapropriação dos imóveis.”<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1963, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>97</sup> Inquérito 10/64 – Autora: Justiça Pública, Acusados: José Custódio de Souza e outros. Arquivo: Antigo Fórum Desembargador Felício Panza - Cachoeiras de Macacu (RJ).

<sup>98</sup> [www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53404-13-janeiro-1964-393579-publicacaooriginal-1-pehtml](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53404-13-janeiro-1964-393579-publicacaooriginal-1-pehtml).

<sup>99</sup> *Idem*.

Devido, assim, as circunstâncias do momento, pela ameaça de um desfecho indesejável, que poderia envolver membros do judiciário, o governo federal optou pela desapropriação das Fazendas São José e Agro-Brasil.

Em 1961, o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) respondeu um requerimento do deputado Adolfo Cunha, e reconheceu que “as terras (de São José e Agro-Brasil) não pertencem nem aos grileiros, nem aos posseiros”<sup>100</sup> e que foi adquirida pelo governo federal de Adalberto Correia, em 1952. Essa situação dá bem a medida de como era difícil para o Estado brasileiro impor limites ao poder dos proprietários de terra, mesmo em um momento político em que a reforma agrária era quase um consenso nacional; em que dois projetos encaminhados pelo presidente João Goulart ao Congresso Nacional haviam sido aprovados: a criação da SUPRA (Superintendência para a Reforma Agrária-1962) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963). Mas, por outro lado, a efetiva reforma agrária esbarrou no artigo 141, parágrafo 16, da Constituição de 1946, que previa desapropriação por interesse social, mas mediante indenização prévia em dinheiro.<sup>101</sup> O artigo e o parágrafo não eram alterados devido a composição conservadora do legislativo federal. No caso específico de São José, o impedimento não era a Constituição de 1946, o problema era desapropriar terras, reconhecidamente pertencentes a União, dos Coimbra Bueno. No entanto, pela mobilização insistente dos posseiros, a SUPRA, conforme notícia da *Última Hora*,<sup>102</sup> optou por desapropriar as terras dos Coimbra Bueno pelo valor declarado à Prefeitura de Cachoeiras. Era comum, o fazendeiro registrar a propriedade com um preço bem abaixo do real; evitando assim, pagar uma tributação maior. Dessa forma, a medida “inédita” tomada pela SUPRA causou, aparentemente, grandes prejuízos aos Coimbra Bueno e apreensão entre outros latifundiários.

Após a desapropriação assinada pelo presidente João Goulart, o título de propriedade aos posseiros só foi entregue em março de 1964. Entre a desapropriação e a posse legal das terras, isto é, entre janeiro e março, os posseiros continuaram mobilizados. Em fevereiro,

---

<sup>100</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1961, p. 10. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>101</sup> FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. 1964. O golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil, p. 163-164. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2014.

<sup>102</sup> A intenção da Supra era depositar em Juízo os 9 milhões de Cruzeiros declarados à Prefeitura como valor das terras de São José. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1961, p. 4. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

1.000 lavradores fizeram um protesto contra a “demora da emissão de posse, requerida pela Supra ao juiz da Comarca, José Rodrigues Lema,”<sup>103</sup> em frente a porteira da Fazenda Agro-Brasil, onde hastearam a bandeira nacional. Esta ação, que mostrou a insistência dos posseiros, mereceu do *Jornal do Brasil* uma manchete: “Macacu outra vez”.<sup>104</sup> Em 4 e 16 de março de 1964, apenas a *Última Hora* publicou, com pouco destaque, a notícia de que os posseiros da região receberam o título de proprietários.<sup>105</sup> A comemoração não se estendeu por muito tempo. Alguns dias depois, com o golpe, as terras de São José, já pertencendo aos lavradores de São José, foram invadidas e interditadas pelo Exército.

### **1.8. Os conflitos pela posse da terra em São José da Boa Morte na imprensa carioca: 1961 e 1963**

“Quatro séculos de sombras e marginalização do caboclo brasileiro parecem ter sido sacudidos e atirados fora [...]. O Congresso deixou clara uma dura verdade: o Jeca Tatu da fábula – amarelão, indolente e fatalista – está morto. Substituiu-o, hoje, o caboclo – descorado, ainda é certo – porém menos determinista do que nunca. Ensinar-lhe que a sua condição pode mudar e ele está disposto a tentar.”<sup>106</sup>

As observações acima foram feitas pelo jornalista Lúcio Nunes e publicadas no *Jornal do Brasil*<sup>107</sup>, de 22 de novembro de 1961. Nunes fez a cobertura do I Congresso Nacional dos Trabalhadores do Campo, realizado em Belo Horizonte e encerrado cinco dias antes. Ainda na mesma edição do *Jornal do Brasil*, o editorial destacou a necessidade de alterações na estrutura agrária brasileira em função, especialmente, do aumento e radicalização dos conflitos envolvendo grileiros e posseiros. Um desses embates foi posto em relevo:

“Posseiros

<sup>103</sup> Ver “Macacu outra vez.” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1964, p. 4. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1964, p. 2. Ver também: “Um latifúndio a menos”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1964, p.7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>106</sup> Ver “Camponeses demonstram a sua força no Congresso de Minas.” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961, p. 8. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>107</sup> O *Jornal do Brasil*, fundado no Rio de Janeiro em 1891 por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, passou por várias fases; na década 1950, inovou a imprensa nacional ao fazer uma reforma gráfica e editorial.

Aí está, ainda agora, nas páginas dos jornais, o extenso noticiário do conflito que se arma no município fluminense de Cachoeiras de Macacu, onde se chegou ao dramático de julgamentos simulados, seguindo de condenação à morte, onde se faz presente à ameaça do desacato às autoridades políticas e judiciais, deixando bem à mostra, inclusive, a presença de luta política entre contrafações de caudilhos, já a esta altura pretendendo rotular o que acontece de movimento em cadeia, onde há uniões de ligas que disputa a primazia das reivindicações com federação de associação de lavradores”.<sup>108</sup>

E na capa do jornal daquele mesmo dia, entre várias notícias, destaque para uma fotografia. Em primeiro plano, três pessoas, um homem e duas mulheres. Ao fundo, alguns homens. No conjunto, outros elementos da cultura e da natureza foram retratados: uma casa de pau-a-pique, com uma porta, sem janelas, construção que remontava a escravidão, a forma dos bantos de edificar a moradia; uma bananeira e uma árvore cortada. A localidade era São José da Boa Morte, 3º. Distrito de Cachoeiras de Macacu e o homem em destaque, o líder da “rebelião” dos posseiros: Mariano Beser. As ponderações do editorial “Posseiros” estavam justamente direcionados aos acontecimentos da Boa Morte. Dessa forma, as impressões do jornalista Lúcio Nunes sobre o Congresso Camponês, o editorial e a fotografia de capa do *Jornal do Brasil*, na edição de 22 de novembro de 1961, foram utilizados para introduzir o que se pretende desenvolver adiante.

“Os movimentos reivindicatórios” dos posseiros da Fazenda São José e, posteriormente Agro-Brasil, foram acompanhados pela imprensa da Guanabara, especialmente, entre o final de 1961 e o início de 1964. Nas notícias, nas reportagens e no fotojornalismo estavam as disputas políticas e os posicionamentos ideológicos entre as entidades que lutavam pela hegemonia na representação do campesinato, a conjuntura da política nacional e internacional, a partidarização e posicionamento da imprensa em relação a reforma agrária e, especialmente, a dificuldade inicial em lidar com um “novo ator político”<sup>109</sup> permeado por um imaginário que via camponês como incapaz de pensar e, menos ainda, de pensar de forma política.

---

<sup>108</sup> Ver editorial “Posseiros.” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <sup>108</sup> Ver “Camponeses demonstram a sua força no Congresso de Minas.” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961, p. 8. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>109</sup> Op.cit. p.231.

### 1.8.1. A luta pela terra em São José da Boa Morte: “ o longo caminho”<sup>110</sup>

Madrugada de sábado, dia 18 de novembro de 1961, com a noite ainda presente, vários lavradores da Fazenda São José já estavam despertos. Mas, ao contrário da rotina do trabalho na roça que os obrigava a acordar cedo; naquele dia, a motivação não estava na necessidade de plantar o que era necessário para que suas famílias fossem alimentadas. Também o motivo não estava relacionado ao trabalhado de matagem, atividade em que eram obrigados a entrar na mata, cortar as árvores e fazer o carvão como determinava vários supostos proprietários da Fazenda São José e arredores em troca de irrisórios pagamentos. Com foices, enxadas e outros tipos de arma que não eram usadas na rotina de trabalho, cerca de 400 a 600 trabalhadores encontraram-se próximo as ruínas da igreja velha. Lá, ouviram Francisco de Assis, presidente da Liga Camponesa da Boa Morte, José Cabral e Alicídio Salvador. Emília Ferreira também pediu a palavra. Em comum a fala de todos a necessidade de resistir aos despejos e elaborar as ações já combinadas em outras reuniões.

Todos sabiam bem do desespero que tomava conta das famílias que ficavam sem a terra, sem a moradia; o prejuízo da lavoura incendiada e de outras violências empregadas pelos jagunços dos grileiros. A fome ficava mais próxima; muitos temiam a dor pela perda de um filho por não ter tido condições de alimentá-los.

Um homem bem jovem, que já havia residido na localidade, mas que não era posseiro, com um falar diferente, “de pequena estatura, magro”<sup>111</sup> também usou a palavra. Era Mariano Beser, presidente da União das Ligas Camponesas do estado do Rio e quem “traçou os planos para o ataque, expulsão dos grileiros da Zona de Macacu.”<sup>112</sup> Após os discursos, a bandeira brasileira foi hasteada num improvisado mastro de bambu.

---

<sup>110</sup> A expressão serve como metáfora para as dificuldades vivenciados pelos posseiros na luta pela terra entre 1959 e 1964 e foi sugerido no “longo caminho” percorrido por um grupo de 300 pessoas que “organizou-se e saiu de São José da Boa Morte às 2 horas da manhã . Andaram vários quilômetros, a pé, até a estação de Macacu, onde tomaram o trem até Niterói. De lá, caminharam da estação presidente Dutra às Barcas. No Rio, andaram da Praça XV até o Palácio das Laranjeiras.” *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1963, matéria de capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>111</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961, p. 5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>112</sup> *A Noite*, vespertino fundado em 1911 por Irineu Marinho; ao longo de sua história, pertenceu a diferentes empresários. Fechou temporariamente em 1957 e em 1959. Voltou a circular em 1960 com direção de Celso Kelly. Arquivo: [hemerotecadigital.bn.br/artigos/noite](http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/noite).

Jornalistas da *Luta Democrática* e de *A Noite*<sup>113</sup> estavam presentes para fazer a cobertura do evento, ouviram os oradores e anotaram tudo que era falado; outros, com grandes máquinas fotográficas, tiravam vários retratos.

Os posseiros foram organizados em comandos. Um deles, ficou encarregado de construir barricadas na Estrada Rio-Friburgo, no Km 20 e no Km 23, e na Estrada do Ministério. Outro grupo ficou posicionado na fazenda garantindo a segurança das famílias. Dois outros partiram para sequestrar os grileiros. O primeiro sequestrado foi o grileiro Miguel Ferreira Macedo; logo depois, outro comando sequestrou Antônio Volpato e Vaz da Eira. Foi dessa forma que a “*Luta Democrática*”<sup>114</sup> descreveu o desenrolar dos acontecimentos:

#### “Julgamento

Os prisioneiros foram julgados em separado. Levados para um terreno espaçoso, de mãos para cima, sendo colocados juntos a uma barreira (o paredon). A três metros de distância, uma fila de colonos munidos de rifles e garruchas. O líder, entre a fila e os detidos, antecipava o julgamento com uma preleção. Dirigia a palavra aos colonos perguntando-lhes qual o mal que aqueles homens lhes fizeram. A seguir, o líder Mariano Beser convidava os colonos a determinarem a pena. “Al paredon” – foi a expressão uníssona de todos os colonos. A esta altura, o sr. Beser esclareceu que havia assumido um compromisso de honra com as autoridades para não usar a violência extrema. Todavia para garantir o movimento, sugeria a pena de permanecerem incomunicáveis, para serem entregues ao governador ou ao secretário de Segurança Pública. Entrementes, durante o julgamento, após as acusações o líder dava a palavra aos acusados para a defesa. Antônio Vaz da Eira esboçou sua defesa e em meio à mesma, uma mulher adiantou o passo e, em altas vozes declarou: ‘Se fosse eu homem quebrar-lhe-ia a cara, seu mentiroso! Ao término dessas palavras um colono investiu contra Val da Eira e deferiu-lhe violento bofetão. O acusado, nesse momento, renunciou à sua terra, confessando não lhe pertencer legalmente e mostrou-se simpático à causa dos colonos.’<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> Ver: “Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros”. É uma das manchetes de “*A Noite*”. Uma fotografia, em plano aberto, mostrava o grileiro Miguel Ferreira de Macedo, cercado por dois homens armados; logo atrás, um homem observa. Em outra foto menor, Macedo sendo conduzido, após o julgamento, para um “presídio”. A reportagem foi de Leal de Souza e fotografia de Alberto França. *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>114</sup> *Luta Democrática*, jornal fundado por Tenório Cavalcante e Hugo Baldessarini em 1954. No início dos anos 1960, alterou sua linha política, após apoio a UDN e a Carlos Lacerda, e passou a defender as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart.

<sup>115</sup> “Explodiu a revolta das Ligas Camponesas do Estado do Rio – Levante armado – Grileiros presos esperam fuzilamento. A capa da *Luta Democrática* – Beser com barba ao lado de outros lavradores armados e a prisão do grileiro Miguel Macedo. Reportagem de José Monteiro e fotografia de Luciano Silva. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 19 e 20 de novembro de 1961, p.2. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na capa da *Luta Democrática*, o episódio ganhou a manchete: “Explodiu a revolta das Ligas Camponesas do Estado do Rio – Levante armado – Grileiros presos esperam fuzilamento”. Conhecido por uma linha editorial sensacionalista, o jornal pertencia a Tenório Cavalcante, do PST (Partido Social Trabalhista), candidato a governador do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1962. Cavalcante havia feito dias antes da “rebelião” um comício em São José e, inclusive, muitos lavradores já faziam campanha para ele.<sup>116</sup> Além da *Luta Democrática*, só *A Noite* esteve presente na ação da madrugada do dia 18. Posteriormente, a cobertura do conflito estendeu-se a outros periódicos e a imprensa internacional.<sup>117</sup>

“As ações e princípios de Fidel Castro” chamaram a atenção sobre o município de Cachoeiras de Macacu. Somado aos protestos contra o precário fornecimento de energia elétrica realizados em agosto de 1961, que também ocuparam as páginas de alguns periódicos da Guanabara, o município passou a ser identificado como “foco de comunistas.” Talvez, por isso mesmo, o principal assunto da coluna “Jornal de Antonio Maria,” publicada no *Diário da Noite*, em 23 de novembro de 1961, fosse Cachoeiras de Macacu. Escrita pelo cronista e boêmio pernambucano Antônio Maria,<sup>118</sup> personagem amplamente identificado com a vida urbana da zona sul carioca, apresentava aos leitores de sua coluna a cidade do interior fluminense que ele já conhecia:

“Jornal de Antonio Maria

Nº. 72 – Os primeiros abacaxis: verdes. Cada um, 65 Cruzeiros – 23-11-1963

“Ide cineastas !

A caminho de Friburgo, apeia-se para comer, beber, tudo em Cachoeiras de Macacu. Uma cidade pequena que você atravessa em 40 segundos se não parar o carro. Cachoeiras é um bar, a estação da estrada de ferro, o rio Macacu (todo encachoeirado), uma ponte (que só dá

<sup>116</sup> José Cabral, um dos líderes da “agitação”, ilustrou uma fotografia do *Diário da Noite*; nela, estava almoçando, ao lado de um revólver e de um cartaz de propaganda do candidato a governador Tenório Cavalcanti; ao fundo uma bandeira do Brasil. Naquela ocasião, Tenório Cavalcante era candidato ao governo do Estado Rio apoiado pelo PCB. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1961, p.12. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>117</sup> Jornalistas das revistas norte-americanas Time e Life também fizeram a cobertura do conflito.

<sup>118</sup> Egresso da *Última Hora*, estreia no *Diário da Noite*, jornal pertencente ao grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, em agosto de 1961 com a coluna “Jornal do Antônio Maria; com as seções “Gente que a gente vê”, “falando de gente que merece notícia” e “Comer e depois ... viver” com as informações sobre os bares e restaurantes do Rio, os preços e os pratos da vida gastronômica. Em cada crônica, trazia uma pequena apresentação sobre o assunto a ser abordado. Para outras informações sobre Antônio Maria, consultar [www.dicionariompb/antonio-maria/biografia](http://www.dicionariompb/antonio-maria/biografia).

para um automóvel). Algumas ruas mal calçadas e uma meia dúzia de pessoas, sempre perguntando pelo resultado do jogo de futebol. Todo dia é domingo ou dia santo em Cachoeiras de Macacu.

Chamava-se, antigamente, Cachoeiras do Macaco. Mas, como “macaco” é uma palavra muito feia, mudaram-lhe o nome para Macacu. Questão de ponto de vista. No mais, faz calor e automóvel vindo do Rio, se não diminuir a marcha para entrar na cidade, cai nas cachoeiras.”<sup>119</sup>

A cidade, que era notícia pela mobilização dos camponeses, foi enquadrada como “cidade morta”, com seu marasmo e imobilismo; pelo domínio da natureza e pela ausência do trabalho. Uma semana depois, em 1º. dezembro, a *Última Hora*, também em manchete principal de página,<sup>120</sup> destacou a crônica de Antonio Maria “ridicularizando” Cachoeiras de Macacu, não deixando de repetir, porém, todas as adjetivações do cronista. Segundo a notícia, o vereador João José da Silva (PSD) iria solicitar a Rubem da Silva Lota (PTB), presidente da Câmara, que protestasse, em nome da população, e que considerasse Antonio Maria como “persona non grata”. Para mostrar que a indignação atingiu outros setores da sociedade, afirmou que um grupo de jovens estava disposto a agredir o jornalista e danificar o seu famoso Cadillac. Em resposta as “críticas malévolas” do “cronista mundano”, João José enumerou o que a cidade possuía:

“Dois ginásios estaduais, uma escola normal, uma escola profissional, oficina padrão da Leopoldina, diversas indústrias pequenas, quatro clubes sociais com sede própria, dez times de futebol, dois grêmios teatrais, duas bibliotecas e dois cinemas funcionando diariamente. Está à uma hora e quarenta do Rio, abastece Niterói e São Gonçalo de água e possui uma extensão territorial de 2 mil Km2.”<sup>121</sup>

O vereador João José, ao significar a área urbana, “esqueceu” o campo e, por extensão, silenciou sobre os conflitos sociais que ocorriam no 3º. Distrito. Por outro lado, em um segundo momento da crônica, Antonio Maria apontou que “o abacaxi”, ou seja, a luta pela

<sup>119</sup> Coluna Jornal de Antonio Maria. “Ide cineastas !.” *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1961, p. 8. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>120</sup> “Macacu não aceita ofensas de cronista: edil protesta.” *Última Hora*, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1961, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>121</sup> Idem.

Fig.2



O grileiro Miguel Ferreira de Macedo foi capturado e julgado pelo tribunal dos posseiros.<sup>122</sup>

terra, poderia ser transformada em um bom enredo para a ficção cinematográfica, dirigido por Lima Barreto ou por Marcel Camus.<sup>123</sup> Disse Maria:

“Luta-se pela terra, em Cachoeiras de Macacu. Os grileiros querem tomar as terras dos colonos. Eles estão desarmados, continuaram onde estavam. Mandaram dizer, aos grileiros e a Polícia, que resistiriam na mão, brigando de mão. Surgem políticos para apaziguar, visando com isso nome nos jornais e prestígio eleitoral. Estão aí um cenário e uma história para se fazer bom cinema. No Brasil vive-se a procura de uma história para “o cinema melhor” e repete-se sempre o velho e mal contado enredo dos cangaceiros.

Meus prezados cineastas (ativos), vosso argumento está em Cachoeiras de Macacu.”<sup>124</sup>

No *Jornal do Brasil*, a proximidade entre os acontecimentos de São José e a linguagem cinematográfica também foram enfatizadas na reportagem “Líder do motim de Macacu constitui mistério”; ilustrada com uma fotografia e abaixo dela a informação: “Em Cachoeiras de Macacu, o clima é de far-west: lavradores, entrincheirados aguardam grileiros para fazer fogo”. Dentre as palavras que apresentavam cada subtítulo da reportagem de página inteira, a

<sup>122</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961, capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>123</sup> Coluna Jornal de Antonio Maria. “Ide cineastas!”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1961, p. 8. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>124</sup> *Idem*.

palavra “far-west” recebeu maior destaque.<sup>125</sup> Na mesma linha de reduzir o conflito ao imaginário cinematográfico, uma reportagem, publicada na página policial do jornal *A Noite*, enfatizou a resistência dos posseiros como uma ação de justiceiros contra bandidos.<sup>126</sup> A associação entre a “agitação” dos camponeses com elementos de uma película cinematográfica não ficou restrita a imprensa; estendeu-se a política. Motivado pela disputa na liderança dos posseiros de São José, Ubirajara Muniz “declarou que as atitudes do ‘mocinho’ Mariano Beser frente a rebelião de lavradores” foi “cinematográfica”.<sup>127</sup> Nos desdobramentos da ação política dos posseiros na luta pela garantia das terras em que trabalhavam e moravam, a compreensão do conflito a partir do enquadramento cinematográfico foi deixado de lado. Nas notícias, nas reportagens e no fotojornalismo, as tentativas de entender e explicar o conflito agrário de novembro de 1961 foi pautado pelas disputas pela hegemonia sobre o campesinato e por diferentes projetos de reforma agrária em que os periódicos tomaram partido; ao mesmo tempo, em que os posseiros afirmaram-se como protagonistas da luta.

Em relação ao “Motim de Macacu”, à *Luta Democrática*, Francisco de Assis afirmou que duas entidades representavam os posseiros: a Associação dos Lavradores de São José, fundada em 1959 e a Liga Camponesa, fundada em 1960 e da qual era presidente.<sup>128</sup> Naquele mesmo ano, as diferenças entre a Associação de Lavradores, filiada a FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), ligada ao Partido Comunista e a Liga Camponesa ficaram evidente numa publicação da *Última Hora*<sup>129</sup>. O jornal foi procurado por um grupo de lavradores para desmentir uma acusação, que não ficou clara na reportagem, de Francisco de Assis a Ubirajara Muniz (PTB). Por outro lado, o tesoureiro da Liga também

---

<sup>125</sup> Coluna Jornal de Antonio Maria. “Ide cineastas!”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1961, p. 8. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>125</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1961, p. 5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>125</sup> Ver “Líder do motim de Macacu constitui mistério”. *Jornal do Brasil*, 22 de novembro de 1961, p. 5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>125</sup> *Idem*.

<sup>126</sup> Ver “Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ”. Na reportagem, os subtítulos também ofereceram esta indicação: “Ataque, Cerco, Castigo, Cárcere, Sortida”. Ainda, lembrando um saloon dos filmes de bang-bang, uma das fotografias que ilustrou a reportagem trouxe Francisco de Assis, outra liderança do movimento, em um bar, de perfil, bebendo, com uma arma na cintura. *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961, p. 10. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>127</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1961, p.5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>128</sup> *Idem*.

<sup>129</sup> O jornal *Última Hora* foi fundado em 1951, por Samuel Wainer, com amplo apoio de Getúlio Vargas. Em sua linha editorial, defendeu o trabalhismo, de Vargas e de João Goulart. Circulou até 1971 numa “trajetória popular e nacionalista”. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria/pginterna.php?jornal=uh>

acusou Assis de não prestar conta do dinheiro da entidade e de se omitir na expulsão de várias famílias da região no período do Natal. Ao mesmo tempo, o jornal destacou na notícia a oferta de terra do Plano Agrário aos posseiros.<sup>130</sup> Durante todo o conflito que vai se estender ao início de 1962, a *Última Hora* tomou para si a responsabilidade de defender os interesses trabalhistas na área.

De acordo ainda com as palavras de Assis, a “revolta” foi motivada pelo fracasso do Plano Agrário, do governo estadual. A avaliação do presidente da Liga sobre a política agrária do governador Roberto Silveira pode ser confirmada por outra notícia publicada meses antes do episódio em destaque. Em março de 1961, *Novos Rumos*, semanário do Partido Comunista, destacou as arbitrariedades da Polícia ao expulsar mais de 30 famílias em São José da Boa Morte.

“O ambiente da região é de terror, em virtude da ação da polícia estadual, que pratica violências contra os lavradores e está praticamente a serviço dos grileiros. [...]. A Associação de Lavradores de São João da Mata (sic), diante da onda de arbitrariedades cometidas contra pobres lavradores, enviou enérgico protesto ao governador Roberto Silveira e outras autoridades, exigindo providências para por fim a situação reinante no município, assim como no sentido de desapropriar as terras em litígio, motivo que deu origem a ação dos grileiros e aos despejos promovidos pela polícia.”<sup>131</sup>

Além do fracasso do Plano Agrário, certamente outro motivo que levou os lavradores a apoiar a Liga foi o fato da Associação de Lavradores optar por ações conciliatórias, jurídicas, apoiada na Declaração de Março, de 1958, do PCB. Um Manifesto aos Lavradores de dezembro 1961 afirmou: “Estamos cansados da exploração e das promessas de comunistas, de políticos demagógicos e de aventureiros.”<sup>132</sup>

“O cansaço” foi traduzido em “barricada”, “Comando Revolucionário dos Colonos” e “el paredon”, que foram expressões utilizadas pela *Última Hora* para identificar os

---

<sup>130</sup> Ver “Homens da lavoura (São José da Boa Morte) desmentem acusações – Lavradores de Cachoeiras terão terras do plano de ação agrária”. Para os lavradores, Ubirajara Muniz era um amigo porque “é sempre indicado por nós e por outros lavradores de Cachoeiras para fazer perícia e avaliação de lavoura. “*Última Hora*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1960, p.24. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>131</sup> *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 3 a 9 de março de 1961, p. 4. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>132</sup> O Manifesto aos Lavradores foi redigido por camponeses da Fazenda da Engenhoca, de Silva Jardim, que “contavam com o apoio e em ação conjugada” com lavradores e lideranças da Fazenda São José da Boa Morte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1961, p. 14. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

acontecimentos da madrugada de 18 de novembro, em São José da Boa morte.<sup>133</sup> O episódio foi chamado de “Revolta Agrária”. Francisco de Assis, presidente da Liga Camponesa de São José foi denominado chefe do “Comando Revolucionário” e Mariano Beser chamado de “líder”.<sup>134</sup> A notícia abordou a chegada da polícia ao local e a prisão de 13 lavradores, que foram posteriormente transferidos para Niterói. Na capital, Badger da Silveira, já em campanha eleitoral para o Palácio do Ingá, foi à Secretaria de Segurança onde interferiu para que os lavradores fossem soltos. Após a libertação, foram acompanhados até Cachoeiras pelo candidato a governador pelo PTB.

Em 21 de novembro, a respeito dessa reportagem, em editorial publicado no *Jornal do Brasil*:

“Ainda uns poucos dias um matutino profissionalmente sensacionalista, de grande penetração nas camadas menos afortunadas da população, aproveitava os incidentes de Cachoeiras de Macacu, a pouco mais de uma hora do Rio, para afirmar, em gigantesca manchete que um levante armado acabava de anunciar a revolução agrária no Brasil.”<sup>135</sup>

A *Última Hora*, o “matutino profissionalmente sensacionalista” segundo o *Jornal do Brasil*, nas reportagens em que fez a partir do dia 22 de novembro de 1961, em meio a outras situações envolvendo a Fazenda São José, mudou radicalmente a orientação editorial sobre o conflito. De uma certa simpatia no início, passou a publicar uma série de ataques a Mariano Beser, o líder da “Revolta Agrária”. Ataques que permaneceram mesmo após a destituição dele das Ligas Camponesas de São José, cargo que nunca ocupou, em fins de dezembro de 1961. Outros periódicos também passaram a fazer acusações contra Beser. Acusações que eram antagônicas: ou ele era considerado comunista ou agente do Ponto IV. Em comum com a *Última Hora*, em considerá-lo agente do Ponto IV, estavam o *Jornal do Brasil*<sup>136</sup>, o *Diário*

<sup>133</sup> “Paredão para os grileiros. *Última Hora*, Niterói, 20 de novembro de 1961, capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>134</sup> E no interior do jornal, “Revolta Agrária em São José da Boa Morte: Grileiros Presos, Condenados e Expulsos.” *Última Hora*, Niterói, 20 de novembro de 1961, p.2. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>135</sup> Editorial “Campo em armas”. *Jornal do Brasil*, 21 de novembro de 1961. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>136</sup> *Diário Carioca* foi fundado no Rio de Janeiro, no final de década 1920, por Macedo Soares para fazer oposição a Washington Luís. Após o fim do Estado Novo, era crítico a Getúlio Vargas e ao getulismo, em função disso, aproximou-se da UDN (União Democrática Nacional). Introduziu inovações, criando o lead e manchetes com siglas e sem verbo. Arquivo: [hemerotecadigital.bn.br/artigos/diario\\_carioca](http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/diario_carioca).

da Noite e Novos Rumos<sup>137</sup> e a Luta Democrática, posteriormente. O *Diário Carioca*, por sua vez, acusou Beser de ser comunista, ou melhor, dissidente do Partido Comunista. Além de “agente infiltrado” e “comunista”, o líder da “Revolução Camponesa” passou a ser responsabilizado por outros “delitos”.

O *Diário Carioca*, inicialmente, também publicou as denúncias que já eram feitas em outros periódicos.<sup>138</sup> No entanto, em fins de novembro, passou a defender que a rebelião camponesa “estourou antes” “dos planos do Partido Comunista, a revolução - mirim sofreu reprimenda do próprio Partido, com que não se conformaram os camponeses, o que fez o chefe para lá destacado Mariano Beser escolher entre deixar de ser líder local ou desobedecer o Partido.”<sup>139</sup>

Esta justificativa relacionada às diferenças de posicionamento dentro do campo das esquerdas sobre o encaminhamento da reforma agrária não deixa de ter alguma consistência. O conflito armado em São José estourou logo após o encerramento do Congresso Camponês da ULTAB, em Belo Horizonte, em 17 de novembro de 1961. Nele, a tese das Ligas Camponesas, de “reforma agrária na lei ou na marra” prevaleceu sobre o posicionamento do PCB, que defendia uma reforma agrária pela via jurídica. Parece que, além do PCB, a própria Liga Camponesa, ou melhor, Francisco Julião freiou a luta armada como alternativa para a reforma agrária quando ela se apresentou como realidade. “Reforma Agrária na lei ou na marra” era apenas uma tese para Julião; pelo menos, naquela momento.

Embora tenha apoiado, num primeiro instante, as ações de Mariano Beser e dos lavradores de São José, Julião logo mudou o posicionamento e considerou Beser “um desorientado.”<sup>140</sup> Reconheceu, porém, que ele esteve em sua casa por três dias, em Recife, juntamente com Manuel Ferreira, presidente da Falerj. Negou que ele fosse seu discípulo e que estivesse sido hospedado em sua residência por seis meses conforme noticiado por uma revista. Por sua vez, para Mariano Beser, militante do PCB desde o início dos anos 1950, e crítico das posições assumidas pelo Partido, “Julião era tudo aquilo. Movimento camponês

---

<sup>137</sup> *Novos Rumos*, jornal fundado pelo Partido Comunista Brasileiro em 1959; era um semanário com circulação nacional. Arquivo: [hemerotecadigital.bn.br/artigos/novos\\_rumos](http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novos_rumos).

<sup>138</sup> “Lavradores denunciam: Beser não passa de um aventureiro”. *Diário Carioca*, 23 de novembro de 1961, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>139</sup> Ver “Macacu: guerra pela terra. Comunismo fez rebelião de ingênuos”, capa. *Diário Carioca*, 26 e 27 de novembro de 1961. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>140</sup> *Última Hora*, 7 de dezembro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

aberto, livre, podendo tomar decisões sem ficar preso, sem ficar amarrado a decisões que às vezes não era nem do próprio partido daqui.”<sup>141</sup>

Apesar dos diferentes posicionamentos e das disputas políticas entre as Ligas e os comunistas da ULTAB, em relação a condução da questão agrária manifestados no Congresso Camponês, em Belo Horizonte, Julião afirmou que Manuel Ferreira, presidente da Falerj, era “o verdadeiro líder dos camponeses fluminenses”. Disse ainda Francisco Julião sobre Beser:

“Não o acredito comunista nem agente do Ponto IV. Sei que quis organizar uma espécie de Ligas Camponesas no Estado do Rio, mas embaralhou os pés pelas mãos e acabou complicando a situação dos lavradores, e a sua própria, causando-lhes mais danos que benefícios”. [...] Os métodos de Mariano foram negativos e a prova está no fato de os lavradores continuarem na mesma situação e seus líderes na prisão. Pessoalmente, contudo, julgo que Mariano ainda é recuperável.”<sup>142</sup>

No entanto, durante o Congresso Camponês, em Goiás, “os métodos de Beser” foram validados por Julião, que declarou “dispostos a promover uma revolução na raça”.<sup>143</sup> De qualquer forma, as críticas de Julião aos “métodos de Beser” e o apoio à liderança de Manuel Ferreira de Lima recebeu espaço na *Última Hora*. Os camponeses de Cachoeiras, por outro lado, conheceram Francisco Julião justamente através da Falerj.<sup>144</sup> No início de 1962, com

---

<sup>141</sup> SILVA, Luiz Rogério Oliveira. Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960-1964). Dissertação de Mestrado, UNESP, Assis, 1994.

<sup>142</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1961, p.3. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>143</sup> Na manchete, o JB ironizou: “Anunciada revolução em Goiás.” *Jornal do Brasil*, 2 de dezembro de 1962, p.3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>144</sup> O contato entre o líder das Ligas Camponesas de Pernambuco e os lavradores de Cachoeiras de Macacu foi noticiado pelo jornal *Terra Livre*: “A Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, prossegue suas atividades, tendo organizado duas sub-sedes: a de São José da Boa Morte e a do Bairro da Ribeira. No dia 13 de abril passado, foi realizada nesta última uma palestra do deputado Francisco Julião [...] com a participação de mais de 200 lavradores, do engenheiro Ubirajara Muniz e do vereador Moacir da Conceição. Julião, depois de saudado por vários lavradores, transmitiu o abraço amigo dos camponeses de Pernambuco, mostrando a necessidade dos homens do campo se unirem a fim de se fortalecerem na luta pela posse da terra.” *Jornal Terra Livre*, São Paulo, Ano XI, nº. 92, junho de 1960. Arquivo: Armazém da Memória.

Um outro documento, encontrado na União dos Portuários do Brasil pelo SNI/ARJ, relacionou aquela entidade sindical com as Ligas Camponesas; outros informes do documento, identificou as localidades e os integrantes do conselho das Ligas Camponesas e das Associações no Estado do Rio; as localidades citadas são: Papucaia, Ribeira, Socego, São José da Boa Morte; figurou entre os conselheiros, o nome de Ubirajara Muniz. Informe: 2617/SNI/ARJ (SAS/21 de julho de 1964/583). Arquivo: APERJ.

No livro “Memória Camponesa”, José Pureza, um dos dirigentes da Falerj, afirmou que a entidade nunca teve a intenção de “monopolizar o movimento camponês fluminense” e que convidou Francisco Julião para uma palestra na subsede da Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu, em Papucaia. “Convocamos os

Mariano Beser já excluído da liderança dos posseiros de São José e com ameaças de novos despejos, vários camponeses, “em companhia de Francisco Julião, estiveram com o Secretário de Segurança para pedir garantias de vida”. Na mesma reportagem, Julião informou que visitaria Cachoeiras e outros municípios fluminenses para realizar “uma pregação” que “irá politizar o lavrador para que ele possa se libertar do atual domínio.”<sup>145</sup> Desconsiderando os lavradores como capazes de elaborarem uma leitura política da realidade em que viviam e incapazes de lutar contra ela, o “pregador” da libertação do campesinato nunca foi localizado nas ocupações e nas resistências aos despejos realizados em 1961 e 1963.

Por sua vez, a Falerj, que recebeu o apoio de Francisco Julião e que vinha perdendo espaço para as Ligas Camponesas, foi a primeira entidade a acusar Beser: “Federação dos Lavradores denuncia: Mariano Beser é agente provocador”.<sup>146</sup> O *Jornal do Brasil*, também através de um outro órgão de classe, a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, no Comércio e nos Transportes), publicou uma entrevista com José Nascimento de Assis, coordenador do Plano de Amparo e Assistência aos Lavradores, que fez a mesma acusação do presidente da Falerj de que Mariano Beser fazia parte do Ponto IV; ainda mais, que teria se apropriado de dinheiro e de um jipe da entidade.<sup>147</sup> O *Jornal do Brasil* afirmou que “Organismos oficiais de investigação concluíram que Beser serve a grupos interessados em forçar a repressão policial-militar aos lavradores, aos quais procurava enganar, dizendo-se apoiados por milhares de homens em armas”.<sup>148</sup> Na edição seguinte, foi publicada em pé de página, em um pequeno espaço, uma nota à imprensa, da Embaixada Americana, negou que Beser fosse agente do Ponto IV e que tivesse cedido algum veículo a ele.<sup>149</sup>

À *Última Hora*, Mariano Beser afirmou que “é um idealista” e que tem divergência na forma de luta da Falerj e não tem ligação com o Ponto IV do qual “diverge fundamentalmente”. Informou que o movimento da Liga Camponesa se estenderia a Itaguaí e Silva Jardim. Na mesma ocasião dessa entrevista, os lavradores de São José sequestraram e

---

camponeses das redondezas e Julião falou para um público muito animado.” PUREZA, José. Memória Camponesa. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982, p.40.

<sup>145</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1962, p. 3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

<sup>146</sup> Ver *Última Hora*, Niterói, 22 de novembro de 1961, reportagem de capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>147</sup> “Dirigente da CNTI afirma que Beser é um aventureiro e deve dinheiro à entidade”. *Jornal do Brasil*, 23 de novembro de 1961, p. 4. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>148</sup> “Brasil vai expulsar falso líder.” *Jornal do Brasil*, 30 de novembro de 1961, capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>149</sup> *Jornal do Brasil*, 1º de dezembro de 1961, p. 10. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

fizeram um novo julgamento simulado: do jagunço José Rosem da Silva, o Zé do Revólver.<sup>150</sup> No dia seguinte, sem a presença de Mariano Beser, “foi a vez dos lavradores ficarem indignados com a afirmação de um vespertino, de que ele teria declarado que o movimento é obra dos comunistas.” A *Última Hora* ainda destacou a interferência das lideranças do PTB, Badger da Silveira e Ubirajara Muniz (candidato a prefeito) para intermediar uma solução para o caso junto ao presidente João Goulart, visto que as terras em litígio pertenciam ao INIC.

Pela primeira vez, com matéria assinada por Theodoro M. de Barros e com fotografia de Maurício Laje, uma reportagem sobre Mariano Beser saiu da página 2 e foi para a página 5; ao lado dela, uma seção de piadas e, no pé de página, a coluna de Adalgisa Nery<sup>151</sup>. Publicada em meados de dezembro, relatou um “plano maquiavélico da extrema-direita”, capitaneadas “pelas classes privilegiadas”, por Carlos Lacerda, pelo Movimento de Caças aos Comunistas e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) para transformar o estado do Rio em um barril de pólvora, o que facilitaria uma intervenção federal. O protagonismo da “ação direitista” foi relacionado a Mariano Beser que, na verdade, era o principal personagem da matéria; afirmou ainda que ele possuía ligações com a ORIT, com o “pelego” Deocleciano Cavalcante e com o “falso” líder cubano Samuel Power.<sup>152</sup> Para dar veracidade as acusações, uma fotografia de Beser, de cabeça baixa, sorrindo, ao lado de John Filipbun, identificado com coordenador do Ponto IV no Brasil.

Após ter dado destaque em várias edições as acusações contra Beser, no final do mês de dezembro, em um canto de página, na capa, a manchete: “Liga Camponesa de Macacu expulsou Beser: agitador.”<sup>153</sup> A notícia teve continuidade na página 2 que, também em pequena nota, abordou a expulsão de Beser da Liga Camponesa de São José, cargo que era, na

<sup>150</sup> *Última Hora*, Niterói, 23 de novembro de 1961, p. 2. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>151</sup> Uma das pioneiras no jornalismo político, assinava a coluna “Retrato sem retoque,” na *Última Hora*. Foi casada com o pintor Ismael Nery; viúva, teve uma segunda núpcias com Lourival Fontes, diretor do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) durante o Estado Novo; em função disso, aproximou-se do getulismo, do nacionalismo e Samuel Wainer – posteriormente, proprietário e editor da *Última Hora*. Os leitores da coluna “Retrato sem retoque” transformaram-se em eleitores, Nery foi eleita deputada constituinte pelo recém criado estado da Guanabara em 1960, pelo PSB (Partido Socialista Brasileira). Pertenceu a Frente Parlamentar Nacionalista e defendeu, durante o governo do presidente João Goulart, as reformas de base. Em 1969, durante a ditadura, teve os direitos políticos cassados. Morreu no Rio de Janeiro, em 1980. Ver CAMPOI, Isabela. “Adalgisa Nery e as esquerdas: uma mulher no jornalismo político.” In: REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (Orgs.). Nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

<sup>152</sup> Era manchete de capa, com fotografia de Mariano Beser e um grupo de camponeses. Ver “Extrema-direita tem plano de agitação no Estado”. *Última Hora*, Niterói, 14 de dezembro de 1961, p. 5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>153</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1961, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

verdade, exercido por Francisco de Assis, após uma assembleia com 1.000 lavradores. “Segundo vários líderes camponeses de Cachoeiras de Macacu, o primeiro passo que Mariano der naquela região poderá inclusive ser fuzilado pelos homens do campo”.

“Comunista” ou “agente do Ponto IV”, não foram, no entanto, essas acusações que desestabilizaram a liderança de Beser junto aos posseiros de São José, de Itaguaí e Silva Jardim. O que sensibilizou os posseiros foi à acusação feita também pela imprensa de que ele obtinha vantagens financeiras ao servir como atravessador na produção de gêneros alimentícios dos posseiros.

“ - Seu intuito, disseram – foi unicamente pessoal, ao mesmo tempo que beneficiava interesses estranhos aos de nossa pátria. Só depois que soubemos que Mariano tinha um jipe e fazia negócios com gêneros alimentícios usufruindo vantagens de humildes lavradores, retirando daí grandes lucros.”<sup>154</sup>

A solidariedade e a ética camponesa falaram mais alto do que questões ideológicas. Na mesma assembleia, Ubirajara Muniz (PTB)<sup>155</sup> foi eleito o novo presidente da Liga Camponesa de São José, substituindo Francisco de Assis. As decisões foram comunicadas ao Comando Geral das Ligas, em Caxias. “O município está em calma e aparentemente as Ligas sossegaram desde a saída do sr. Mariano Beser”, disse o Delegado Wilson da Costa<sup>156</sup>.

No dia 30 de dezembro, o *Diário da Noite* publicou na página policial, o pedido de prisão preventiva feita pelo delegado de Cachoeiras de Macacu contra o “apátrida”, “agitador social” e o responsável pela detenção irregular de três lavradores na Fazenda Boa Morte.”<sup>157</sup>

Na segunda quinzena de janeiro de 1962, *Última Hora* encontrou Francisco de Assis desmoralizado em São José; por uma concessão especial, “foi visitar sua mulher e filhos que já sabem que ele teve todos os direitos cassados ao pisar, novamente, a zona litigiosa.” Por acreditar que a situação vivida por ele estava relacionada às denúncias veiculadas sistematicamente pela *Última Hora*, Assis tentou agredir o jornalista Maurício Hill.<sup>158</sup>

---

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> Sobre Mariano Beser, em novembro, declarou Ubirajara Muniz: “é o legítimo líder dos camponeses, quer pela disposição sincera com que tem se empenhado nessa luta, como também pela firmeza de conduta em defesa dos colonos”. *Última Hora*, 25 de novembro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>156</sup> Op.cit.p.2.

<sup>157</sup> *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1961, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>158</sup> Ver “A Revolução dos Jeca-Tatus – (VIII).” *Última Hora*, Rio de Janeiro, 18 janeiro 1962, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na semana anterior, em 7 de janeiro de 1962, logo após a destituição de Mariano Beser e de Francisco de Assis da liderança dos posseiros, foi realizado pelo Círculo Operário e pelo Plano de Amparo e Assistência aos Lavradores (CNTI) um congresso que reuniu posseiros de várias regiões em litígio do estado do Rio; com cobertura dos jornais *Última Hora* e *A Noite*. Logo após a realização do congresso, ocorreram novas investidas dos jagunços e a resistência dos posseiros; tais conflitos ainda contou com a cobertura da *Última Hora*. Mas, entre janeiro de 1962 e dezembro de 1963, a imprensa da Guanabara não veiculou qualquer outra notícia sobre os posseiros de Boa Morte, embora fossem lembrados indiretamente quando o assunto era Mariano Beser. Em meados de 1962, o *Diário Carioca* realizou uma entrevista com ele, que abordou a ida ao Fórum de Cachoeiras para auxiliar na defesa de camponeses processados na rebelião de 1961 e a prisão dele decretada pelo juiz Rodrigues Lema. Acima da manchete, a afirmação: “um líder fabricado.”<sup>159</sup> O *Diário Carioca* prometeu iniciar uma série de reportagem sobre o assunto; mas, isso acabou não acontecendo.

Em agosto de 1963, os “métodos de Beser”<sup>160</sup> ainda eram lembrados e condenados. Um ano antes, em carta ao *Jornal do Brasil*, em face dos conflitos de Parque Capivari, em Caxias, ao falar sobre São José, afirmou Beser: “Nosso comportamento está positivado no caso de Cachoeiras de Macacu, onde os lavradores tiveram assistência moral, jurídica e material para se livrarem de grileiros que os estavam expulsando das terras que lavravam há mais de 30 anos”.<sup>161</sup>

As conquistas dos posseiros enumeradas por Mariano Beser e, principalmente, a maneira como foram efetivadas provavelmente justificou o silêncio da imprensa sobre a Fazenda São José; silêncio que só não foi completo porque *Novos Rumos* publicou uma notícia em abril de 1963 sobre ela. A reportagem foi realizada por operários navais do Mocanguê, de Niterói, que deslocaram-se à Cachoeiras para entrevistar o prefeito Ubirajara Muniz (PTB). A visita se estendeu até Boa Morte. De acordo com que se depreende da reportagem sobre a situação da Fazenda, conjugaram-se, naquele momento, as três temporalidades. As conquistas do presente

---

<sup>159</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1962, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>160</sup> “Os métodos de Beser” foi uma expressão utilizada na reportagem: “Terroristas tramam atirar tropas contra os camponeses.” *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1963. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>161</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1962, p. 5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

eram a posse da terra, as plantações que faziam e uma escola (e os bancos) construída pelos próprios lavradores “para que seus filhos não cresçam analfabetos como eles”. A escola era o local onde se reuniam para as decisões coletivas. Na nova etapa de luta, o futuro, buscariam crédito para montagem de um engenho de farinha, já que toda a produção de mandioca realizada por eles eram vendidas a fazendeiros que possuíam engenho; também estavam nos planos dos lavradores, a compra de ferramentas de trabalho, sementes e transporte para escoar a produção; para isso, contavam com auxílio do prefeito Ubirajara Muniz. A luta “de um ano atrás”, que foi apoiada pelos operários navais, foi lembrada e explicada “com o sequestro de grileiros que foram utilizados até o que a polícia deixasse em paz São José”; “estava vitoriosa a primeira parte da luta”.<sup>162</sup> Nenhuma menção a Mariano Beser.

Após a festiva recepção, foi oferecido um almoço aos trabalhadores do Mocanguê e, posteriormente, em uma assembleia, discutiram problemas comuns a operários e camponeses. Para finalizar a visita, músicas tocadas em um rádio de pilha motivaram a realização de um baile. Na reportagem publicada por *Novos Rumos*, nem operários e nem camponese foram personalizados, não tiveram seus nomes divulgados. Eram apenas representações de classe. Só o prefeito Ubirajara Muniz mereceu ser identificado como indivíduo.

Essa estabilidade na vida dos posseiros pode ser entendida, é claro, pela disposição de luta e pela capacidade de resistência, mas também pela interferência do presidente João Goulart. Após críticas do jornalista Maurício Hill ao governo federal pela omissão em relação a Fazenda São José,<sup>163</sup> em fevereiro de 1962, Goulart recebeu em audiência os líderes dos posseiros, juntamente com Ubirajara Muniz e “determinou providências visando o imediato atendimento as reivindicações dos lavradores”<sup>164</sup>. Em maio, enviou à Boa Morte um consultor do Ministério da Agricultura, o Dr. Bernardo Daim, que, ao final da visita, “faria um relatório ao presidente da República opinando pela desapropriação de grande área de terra.”<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> Na Fazenda São José da Boa Morte camponeses conquistaram a terra e trabalham como uma só família. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 26 a 30 de abril de 1963, p. 6. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>163</sup> “À luz dos direitos, há muito essa fazenda deveria está guardada pelo Governo Federal, dando proteção às 500 famílias que estão ao sabor da sanha dos grileiros. [...] Irresponsabilidade das autoridades competentes que sabem mandar à polícia a campo expulsar lavradores, mas não lhes dar a devida proteção. “A Revolta dos Jecas -Tatus - VI”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1962, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>164</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1962, p.9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>165</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1962, p. 10. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Este período de “calmaria” não mereceu cobertura da grande imprensa; como vimos, somente “*Novos Rumos*” quebrou o silêncio. Mas, no início de dezembro de 1963, os jornais da Guanabara abriram novas manchetes sobre os posseiros da Boa Morte.<sup>166</sup> Naquele momento, além de resistir aos novos despejos impetrados pelos jagunços de Marino Monteiro de Barros na Fazenda São José, outros posseiros ocuparam a Fazendinha e Agro-Brasil, também reivindicadas como propriedades dos irmãos Coimbra Bueno.

Dos primeiros dias de dezembro de 1963 até a emissão de posse em março de 1964, os jornais que fizeram a cobertura dos acontecimentos, como *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Novos Rumos*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *O Globo*, introduziram novas questões se comparadas a cobertura de 1961; e silenciaram sobre outras. *A Noite e Luta Democrática*, presentes na resistência de novembro de 1961, nada noticiaram sobre os novos conflitos. *Última Hora* fez a cobertura mais direta; abordou a utilização de armas, especialmente espingarda pica-pau, a abertura de trincheiras, o cerco armado a Fazenda São José e a entrada no local somente mediante a utilização de senha.<sup>167</sup> Por outro lado, a ocupação de Agro-Brasil (Fazendinha), assunto mais destacado pela imprensa do que a resistência aos despejos dos posseiros de São José, não abordou a forma como os posseiros conseguiram imobilizar os jagunços que faziam a segurança, nem a tentativa de sequestro de Marino Monteiro de Barros, o confinamento de todas as pessoas que se encontravam em Agro-Brasil por mais de uma semana, conforme sugestão de outras fontes, não foram noticiadas pela *Última Hora*, muito menos pela imprensa mais conservadora.

O despejo oficial liderado pelo juiz José Rodrigues Lema e pelo promotor Roberto Frederico Sanches e a tentativa de invasão da Delegacia de Cachoeiras por 500 lavradores para libertar Aquiles Reis, presidente da Federação dos Estudantes Secundaristas de Niterói e Virginia Salvador, professora do Movimento Popular de Alfabetização, presos durante o

---

<sup>166</sup> Ver “Cachoeiras de Macacu: lavradores invadiram fazenda de ex-senador.” *Última Hora*, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1963, capa e p. 2. O jornal informou que a ocupação da Fazenda foi motivada pela apropriação de 200 alqueires de terras da SUPRA pela Agro-Brasil. A intenção deles era a recuperação dessa área para expandir a lavoura. Afirmaram que sairiam da Agro-Brasil depois que fossem devolvidos os 200 alqueires. Em outra reportagem, “falam dos 1200 alqueires de terras devolutas e cobertas exclusivamente de capins que nem mesmo serve para pasto dos animais ali existentes.” *Última Hora*, 9 de dezembro de 1963, p.2. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital.

<sup>167</sup> “Prefeito promete dar tiro em presidente da Câmara.” *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1963. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

despejo, só foi noticiado pela *Última Hora*.<sup>168</sup> Da memória sobre os conflitos anteriores, somente os despejos de 1960 foram lembrados; mas, a resistência armada e a liderança de Mariano Beser foram silenciados<sup>169</sup>. Com exceção de *Novos Rumos*, os jornais também não destacaram as entidades que lideravam a resistência aos despejos e as novas ocupações, a não ser no episódio em que os posseiros acamparam no Palácio Laranjeiras, em que a Federação dos Lavradores e Pequenos Produtores Autônomos esteve presente; mas, eram os líderes, e não a instituição, que eram identificados, como Alcídio Salvador, Antônio Crisóstomo, João Severino da Silva. Lideranças qualificadas como “agitadores profissionais”, “aliciadores” e a desconfiança de que fossem de fato “verdadeiros lavradores”.

Se havia algumas omissões nas reportagens, por outro lado, ocorreu a introdução de outras questões. “A produção e a generalização de novas percepção do mundo rural”<sup>170</sup> atingiu o latifúndio e, por extensão, o latifundiário. O latifúndio passou cada vez mais a ser considerado como entrave a expansão da indústria e do mercado consumidor, ao barateamento dos alimentos e responsabilizado pelas péssimas condições de vida do trabalhador do campo. Em São José, a exposição da situação de vida dos posseiros, possivelmente, sensibilizou os leitores urbanos na condenação moral ao latifúndio, em sua “ilegitimação.”<sup>171</sup>

“Noite e dia trabalhamos nessas terras, temendo ataques dos capangas de Coimbra Bueno, lidamos com a fome, a sede, as cobras e os marimbondos para ver essas áreas de terras cobertas de lavouras e atender às necessidades de nossos filhos e dos homens da cidade, que muito dependem de nossos braços.”<sup>172</sup>

Manter qualquer associação com uma empresa acusada de grilagem, que explorava de forma brutal e desumana os lavradores, não era desejável; pelo menos, para a Companhia Brasileira de Investimentos:

---

<sup>168</sup> Despejados os lavradores de São José da Boa Morte - “Luta-se pela terra livre”. *Última Hora*, Niterói, 14 de dezembro de 1963, capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em janeiro de 1964, no mesmo dia em que presidente João Goulart desapropriou Agro-Brasil e São José, o promotor Roberto Sanches acompanhou despejos na região; prendeu quatro pessoas, entre elas, Virginia Salvador e Aquiles Rique Reis.

<sup>169</sup> Embora abra uma seção: “Histórico”, na reportagem: “Lavradores vieram pedir terras a JG”, o *Correio da Manhã* abordou apenas os despejos de 1960 e justificou a nova ocupação porque “até novembro deste ano nada houvesse sido feito por eles ou mesmo na terra que anteriormente ocupavam, voltaram.” *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1963, matéria de capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>170</sup> Op.cit,p. 215. .

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> *Última Hora*, 5 de dezembro de 1963, p. 2. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

### CBI Contesta

A propósito de uma reportagem divulgada no dia 11 em que era mencionada a Companhia Brasileira de Investimentos, esclarecemos que a nossa companhia não possui as terras e nem grileiros, objeto da reportagem. Também a CBI nunca pertenceu ao grupo Agro-Brasil, do ex-senador Coimbra Bueno.<sup>173</sup>

Ao mesmo tempo em que o latifúndio era desconsiderado por parte da opinião pública brasileira, as associações rurais reagiram e reclamaram da “difamação da figura do fazendeiro que, ao invés de receber reconhecimento pela vitória dos mais capazes, passa a ser caluniado como marginal.”<sup>174</sup> Hamilton Xavier, secretário de Estado do Interior e Justiça, organizou uma “reunião de fazendeiros, grileiros e latifundiários em Itaboraí”, vindo de vários pontos do estado, especialmente, de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Magé e Itaboraí. Eles acertaram a “criação de “grupos de resistência” com a finalidade de impedir, até mesmo à bala, a invasão de terras pelos lavradores”. Além de Hamilton Xavier, participaram do encontro, Jerônimo Coimbra Bueno e Alfredo Neves<sup>175</sup>. Por outro lado, no mesmo dia, o *Jornal do Brasil* publicava uma reportagem sobre a presença de “100 ruralistas”, de Itaboraí, Magé e Cachoeiras de Macacu, no Palácio do Ingá para denunciar o prefeito Ubirajara Muniz e o delegado Josafá Marinho (sic) que, além de não garantirem segurança aos proprietários, eram incentivadores de invasões; ameaçando “pendurá-los no poste, para servir de exemplo.”<sup>176</sup>

### 1.8.2. “A terra é da nação ou desfrutamos dela ou ela nos desfrutará”<sup>177</sup>

Entre 1961 e 1964, os posseiros do 3º. Distrito, em São José da Boa Morte, foram capas de jornais, tema de editoriais, foram entrevistados, viraram notícia. Ocuparam as ruas, as redações dos jornais, o Palácio do Ingá e o Palácio das Laranjeiras, dialogaram com diferentes autoridades, governadores, deputados e com o presidente João Goulart, com juízes e desembargadores. Organizaram-se em associação, sindicato e liga camponesa, filiaram-se a

<sup>173</sup> *Última Hora*, 14 de dezembro de 1963, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>174</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1963, p. 20. Arquivo:

<sup>175</sup> *Última Hora*, 17 de dezembro de 1963, capa, págs.2 e 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca.

<sup>176</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1963, p. 16. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>177</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

partidos políticos e apoiaram candidatos nas eleições de 1962. Também em outros lugares do Brasil, os camponeses ocuparam o espaço público e o espaço político, especialmente durante o governo do presidente João Goulart, reivindicando transformações na velha estrutura agrária brasileira. Justamente, o grau de participação política determinou as transformações semânticas na identificação do trabalhador do campo. De acordo com Mário Grynspar:

“os termos preferencialmente empregados [...] como campônio, rurícola, sertanejo, caipira, capiau, jeca-tatu, foram fortemente informados por sentidos negativos, estigmatizantes, demarcando diferença, distância, e denotando indolência ou barbarismo.[...] Já a partir dos anos 1950 e início dos 60 [...] sobrepôs-se um outro, abarcando categorias como camponês, lavrador, posseiro, trabalhador rural, marcados por um conteúdo positivo, indicando reconhecimento, identificação, e expressando maior dinamismo e capacidade de luta. Longe de resignar-se diante do que seria o seu destino, o camponês, na visão que se impôs, lutava para modifica-lo, mobilizando-se, organizando-se empreendendo ações diversas.”<sup>178</sup>

No entanto, “o dispositivo imaginário”<sup>179</sup> da imprensa carioca sobre o trabalhador do campo ainda era “interpretado” através da figura do “Jeca-Tatu.” As notícias, as reportagens e o fotojornalismo revelaram muita dificuldade, um certo incômodo mesmo em reconhecer o trabalhador do campo como “ator político.” Este estranhamento foi mais comum até o início de 1962. Na resistência aos despejos da Fazenda São José e a ocupação da Fazendinha e de Agro-Brasil, entre novembro e dezembro de 1963, não houve mais preocupação da imprensa em desqualificar politicamente o posseiro; mas, ao mesmo tempo, de forma contraditória, a adjetivação do posseiro e de sua ação política como barbárie começou a ser insinuada. Por outro lado, em 1961 e em 1963, outras imagens tradicionalmente identificadas ao Jeca-Tatu, como a preguiça, o fatalismo e o imobilismo, por razões óbvias, nunca foram associadas aos posseiros de Boa Morte.

A aproximação entre a imprensa de Niterói (na verdade, sucursais dos grandes periódicos da Guanabara) e o trabalhador do campo ocorreu no final dos anos 1950. Naquele

---

<sup>178</sup> GRYNSPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores, p. 58. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação). João Goulart entre a memória e a história. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

<sup>179</sup> BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”, p. 311. In: LEACH, Edmund et ali. Antropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

Fig.3



Janeiro de 1962, passeata de lavradores pelas ruas de Cachoeiras de Macacu durante o Congresso de Lavradores, organizado pelo Círculo Operário e pelo Plano de Amparo e Assistência ao Trabalhador Rural.<sup>180</sup>

período, a *Última Hora* já dedicava espaço em suas páginas para noticiar assuntos relacionados ao campesinato; isso porque o deputado e jornalista Bocaiúva Cunha (PTB), um dos dirigentes do jornal, mantinha uma base política no 3º Distrito de Cachoeiras. De qualquer forma, nessas pequenas notícias, o lavrador nunca era individualizado, nem sua “voz” exposta. Mas, especialmente comum ao ano 1960, foi a visita de grupos de camponeses as redações dos jornais da capital, levando demandas e reivindicações para serem ouvidos pela opinião pública e pelo poder político. Posteriormente, durante “a rebelião” de 1961, jornalistas e fotógrafos foram deslocados para Cachoeiras de Macacu a fim de fazer a cobertura dos conflitos, ouvir e dar voz aos posseiros. Algumas dessas coberturas eram nos moldes da série de artigos sobre o Nordeste brasileiro escrito pelo jornalista Antônio Callado

<sup>180</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1962. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

para o *Correio da Manhã*.<sup>181</sup> como as realizadas por Berilo Dantas, do *Diário Carioca* e Maurício Hill e Alberto Dirmas para a *Última Hora*.

O *Diário Carioca* publicou, entre 26 e 29 de novembro de 1961, a série de três reportagens de Berilo Dantas sobre os posseiros de São José. Na primeira, destacou em manchete: “Macacu: guerra pela terra - Comunismo fez a rebelião dos ingênuos”. “Sem os lances sensacionalistas anunciados por determinados órgãos” e com entrevistas com “elemento verdadeiramente camponês”, Berilo apontou o incêndio de um barraco e a “catequese” feita pelo comunista Mariano Beser como estopins da revolta. “Falando a fala rude do campo”, com “pés que não suportariam um pé de sapato”, José Cabral, um dos líderes do “motim de Macacu”,<sup>182</sup> foi entrevistado. Do depoimento de Cabral, Dantas afirmou que sintetizou em “palavras inteligíveis”. Para provar que os posseiros eram ignorantes e “ingênuos”, interrogou José Cabral, Alicídio Salvador, Francisco de Assis e João Severino da Silva sobre Francisco Julião (que só conheciam de nome), Badger da Silveira (apoiava a causa, inclusive com dinheiro), Mariano Beser (só voltaria à São José quando tivesse marcado uma audiência com o presidente João Goulart). Ao final, escreveu o jornalista: “ João Severino da Silva, um senhor de mais de sessenta anos de idade, disse ‘não admitimos políticos em nosso movimento’.”<sup>183</sup>

Ao falar também sobre José Cabral, um dos líderes do “motim de Macacu”<sup>184</sup>, um jornalista da *Última Hora* afirmou: “semianalfabeto, exemplo típico do tabaréu fluminense que sempre viveu amarrado à canga que o latifúndio lhe pendurou no pescoço.”<sup>185</sup> Mesmo fazendo uma reportagem em que posseiros responderam, contestaram a situação de opressão

---

<sup>181</sup> O *Correio da Manhã* publicou, entre 10 e 23 de setembro; 29 de novembro e 2 de dezembro de 1959, vários artigos do jornalista Antônio Callado a partir de visitas realizadas por ele aos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. Dessa série de reportagens, originou-se a expressão “indústria da seca” e foi criada a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe-civil militar de 1964*. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Coleção O Brasil republicano, v.3.

<sup>182</sup> Expressão usada pelo *Jornal do Brasil* para caracterizar a resistência armada dos lavradores a ordem de desocupação da Fazenda São José, em 1961. Ver *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>183</sup> “Macacu: guerra pela terra - Comunismo fez a rebelião dos ingênuos”. *Diário Carioca*, 26 de novembro de 1961, p. 3. A segunda foi a reportagem: “ Na guerra de Macacu - Posse legal acabará a ‘rebelião’”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1961, capa, p. 10 e 3. A última: “Na guerra de Macacu, a agitação terminou mas o problema, não.” *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1961, p. 10 e 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>184</sup> Expressão usada pelo *Jornal do Brasil* para caracterizar a resistência armada dos lavradores a ordem de desocupação da Fazenda São José, em 1961. Ver *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1961. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>185</sup> *Última Hora*, Niterói, 29 de novembro de 1961, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

em que viviam, o jornalista negou a “racionalidade política” de Cabral e a todo “típico tabaréu fluminense”.

O “tabaréu” José Cabral, com prisão preventiva decretada pelo juiz Gastão Rush, embrenhou-se pelas matas da Fazenda São José, juntamente com Alicídio Salvador; mas, antes de fugir, ao analisar, para a *Última Hora*, o desfecho da resistência armada contra os despejos, do julgamento simulado dos grileiros, da intervenção da polícia e da prisão de alguns companheiros e das principais lideranças dos lavradores, disse:

“Vencemos, ninguém tenha dúvida. Agora lutaremos pela instalação de uma cooperativa, escola pública, assistência médica e dentária. Que a nossa vitória sirva de exemplo e de estímulo para todos os lavradores explorados. Aproveito para fazer um último aviso aos grileiros que nos sugaram o sangue, que expulsaram inúmeras famílias, agora lançadas a miséria: não voltem nunca, nem a passeio à Fazenda São José da Boa Morte. A ordem de fuzilamento continua”<sup>186</sup>.

A avaliação da experiência dos posseiros em enfrentar os grileiros, a consciência da exploração a que eram submetidos, a crença de que tinham direitos; a possibilidade de escolha, de decisão, de estratégias para o futuro, afirmado por Cabral, esteve próximo a um artigo de Adalgisa Nery, publicado na coluna Retrato sem retoque, em que o protagonismo político dos trabalhadores foi destacado.” Embora ainda carregado de algum preconceito, eis o que afirmou a jornalista:

“O homem analfabeto já tem argumentos contra o burguês, contra o letrado, contra o juiz, contra o advogado e contra uma grande porção do clero. Os comodistas estão cheios de medo e de terror pela onda irreversível que se nos defronta. Medo de Julião, medo das massas camponesas, medo dos operários, medo de seus rostos cansados, de sua figura de jagunço, de seu olhar ameaçador. Mas, o tempo não é de medo, mas de coragem. Medo nós devemos ter na medida em que estamos errados, enquanto não temos soluções sócio-econômicas, educacionais e políticas para resolver a tremenda crise que nos espreita. O que constatamos no Brasil é uma mentalidade marota, que terá que ser castigada pelo cansaço do povo.”<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> *Última Hora*, 30 de novembro de 1961, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<sup>187</sup> Coluna Retrato sem retoque – Adalgisa Nery, *Última Hora*, 23 de novembro de 1963. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No entanto, a qualificação dos posseiros como ingênuos, ignorantes, continuou na série de oito reportagens publicadas na *Última Hora* entre 8 e 18 de janeiro de 1962, intitulada “A Revolta dos Jeca-Tatus.” O jornalista Maurício Hill e Alberto Dirma ofereceram a dimensão de como a permanência do imaginário do Jeca-Tatu servia de referência, até certo ponto, para identificar o trabalhador do campo. Maurício Hill, para explicar aos leitores “as raízes da rebelião”, ouviu - na localidade de São José da Boa Morte e no Congresso dos Lavradores Fluminenses, realizado no dia 7, em Cachoeiras, sob o patrocínio da Federação dos Círculos Operários e do Plano de Amparo e Assistência aos Lavradores - “mais de uma centena de depoimentos.”<sup>188</sup> Um deles, foi de Carmelo dos Anjos, da Boa Morte, “um velho lavrador” de 42 anos, que representou os demais. Uma foto foi usada para identificá-lo: agachado, cigarro e chapéu de palha, camisa aberta, segurando um pequeno pacote na mão esquerda (sementes ?), cabeça erguida; olhar direto, desafiador e seguro para a lente do fotógrafo Alberto Dirma. Para Hill, Carmelo representava o Jeca-Tatu revoltado, descalço, maltrapilho, faminto, fustigado pelos grileiros.

A *Noite* também esteve no Congresso dos Lavradores e de acordo do jornalista que fez a cobertura:

“Os lavradores, embora incultos e rudes, não querem debater fórmulas. Não lhes interessam os meios nem como serão conseguidas as soluções para os problemas. [...] em seu modo simplório, interessa tão somente a solução que venha lhes dar o direito de cultivo da terra e a tranquilidade para trabalhar e viver com suas famílias.”<sup>189</sup>

Mesmo presente em um congresso de camponeses, onde o objetivo era discutir a situação dos posseiros em várias áreas de conflitos no estado do Rio, o jornalista de *A Noite* insistiu em apontar a inadequação dos posseiros em construir soluções coletivas para os problemas que vivenciavam; havia, assim, um desencontro entre o mundo do “Jeca-Tatu” e a política. Dessa forma, os posseiros, ingênuos, simplórios, incultos e rudes, não tinham condições de debater, de formular ações e alternativas para conquistar suas demandas. Seguindo esse raciocínio, Berilo Dantas, do *Diário Carioca*, justificou a rebelião camponesa pela “catequese”

---

<sup>188</sup> “Movimentos camponeses ameaçam sacudir todo o Estado do Rio.” *Última Hora*, Niterói, 8 de janeiro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>189</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1962, p. 4. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

comunista realizada por Mariano Beser; simplificou e relacionou os motivos da revolta ao incêndio de uma casa de um colono a mando de grileiros.

O descompasso entre o posseiro e a política também foi destacado no semanário de esquerda, do PCB, *Novos Rumos*. Rui Facó, após fazer um balanço da atuação do campesinato em várias regiões do Brasil no ano de 1962, chegou ao final de sua avaliação ao estado do Rio, a São José da Boa Morte e a liderança de Mariano Beser:

“a massa que se organiza em geral repele as tentativas de aventureiros de envolvê-las em lutas que estão acima de sua consciência. Semelhantes aventureiros, ao preconizarem formas de luta mais radicais do que as que já aceita a massa camponesa, são pessoas não identificadas com ela. Mesmo quando temporariamente consegue enganá-la (a exemplo do agente do Ponto IV, Mariano Beser, no Estado do Rio), logo se desmascaram, pois invariavelmente malogram seus métodos de lutas. Porque tais aventureiros, na verdade, subestimam a massa camponesa organizada: querem apenas o seu apoio para fins imediatistas. Ou simplesmente provocativos. A fim de impedir uma efetiva arregimentação do campesinato pobre para ele lutar pela sua emancipação.”<sup>190</sup>

Para Rui Facó, o fracasso do campesinato pobre em sua luta pela posse da Fazenda Boa Morte foi justificada porque os posseiros, por serem ingênuos e desorganizados, foram ludibriados por Mariano Beser; além disso, assumiram uma ação política radical que foi além do seu entendimento. Para evitar “os aventureiros” e o fracasso de “sua emancipação”, o caminho apontado foi à efetiva organização do campesinato, sem dizer diretamente, em associação orientada pelo Partido Comunista. Assim, seguindo uma certa leitura marxista, o articulista do PCB defendeu, ao fim das contas, que os camponeses de São José não tinham consciência de classe.

No final de novembro e início de dezembro de 1963, as notícias produzidas sobre as novas “agitações” nas Fazendas São José e Agro-Brasil não destacaram mais a “irracionalidade política” dos posseiros associada a ingenuidade, ignorância ou a falta de consciência de classe; no entanto, outra qualificação começou a ser incorporado aos posseiros: a barbárie. “Declarou, ainda, o juiz Rodrigues Lema [...] que os invasores estão arriscados a responder processo por apropriação indébita e por mutilação do rebanho do gado “vacum”, se

---

<sup>190</sup> Ver “Movimento Camponês 62: fortalecimento e consolidação”. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 11 a 17 de janeiro de 1963, p.6. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

der o remédio legal a favor da propriedade.”<sup>191</sup> O mote da barbárie apontado pelo juiz José Rodrigues Lema e reproduzida pelo *Diário Carioca* foi usado, posteriormente, como base de ação condenatória pelo promotor Osiris Josephson, da 2ª. Auditoria Militar, para denunciar “29 políticos, líderes sindicais e lavradores [...] como provocadores de devastação, saque, incêndio, depredação e desordens e [...] que demonstrando perversidade, o gado que não foi sacrificado, teve os chifres e a cauda cortados, enquanto as plantações foram queimadas.”<sup>192</sup>

Apesar de toda construção negativa, a ação política dos “pés descalços”, ao final, acabou se impondo. É necessário, assim, “compreender e explicar”, a partir das “experiências” vivenciadas, como foi possível a elaboração de uma identidade política que mobilizou para a luta pela terra e “recuperar as várias maneiras de construção da inteligibilidade política<sup>193</sup>” realizadas por eles. Assim, na segunda reportagem, da série de três, “Na guerra de Macacu - Posse legal acabará a rebelião”, publicada pelo *Diário Carioca*, Berilo Dantas, para além dos estereótipos já discutidos, observou que os posseiros sempre repetiam uma frase: “A terra é da nação ou desfrutamos dela ou ela nos desfrutará”<sup>194</sup> e que isso serviu para mobilizar e unificar os posseiros na resistência contra os despejos.

Além deste slogan, e de outros ainda que serão analisados, a bandeira nacional era um outro símbolo usado pelos posseiros; naqueles dias de novembro e dezembro de 1961 guarneceu, junto “as trincheiras” e aos “soldados”, a entrada da Fazenda São José. No encontro de posseiros do estado do Rio realizado no início de janeiro de 1962, antecedendo aos debates, no sábado, uma passeata percorreu as principais ruas do centro do município e foi capa da *Última Hora* (fig.3); mostrou um camponês, possivelmente Alicídio Salvador, abrindo a passeata segurando a bandeira nacional.<sup>195</sup> Em dezembro de 1963, a bandeira brasileira continuou hasteada na entrada da Fazenda São José, cercada por trabalhadores armados. No despejo realizado em 13 de dezembro, comandado pelo juiz José Rodrigues Lema e pelo promotor Roberto Sanches, “os soldados derrubaram uma faixa com os dizeres” Luta-se pela terra livre” e uma bandeira Nacional [...] foi atirada ao chão e pisoteada”

---

<sup>191</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca.

<sup>192</sup> Ver “Denunciados ontem subversivos que agiam em Macacu”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1969, p. 11. Arquivo: APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

<sup>193</sup> Op.cit, p. 20.

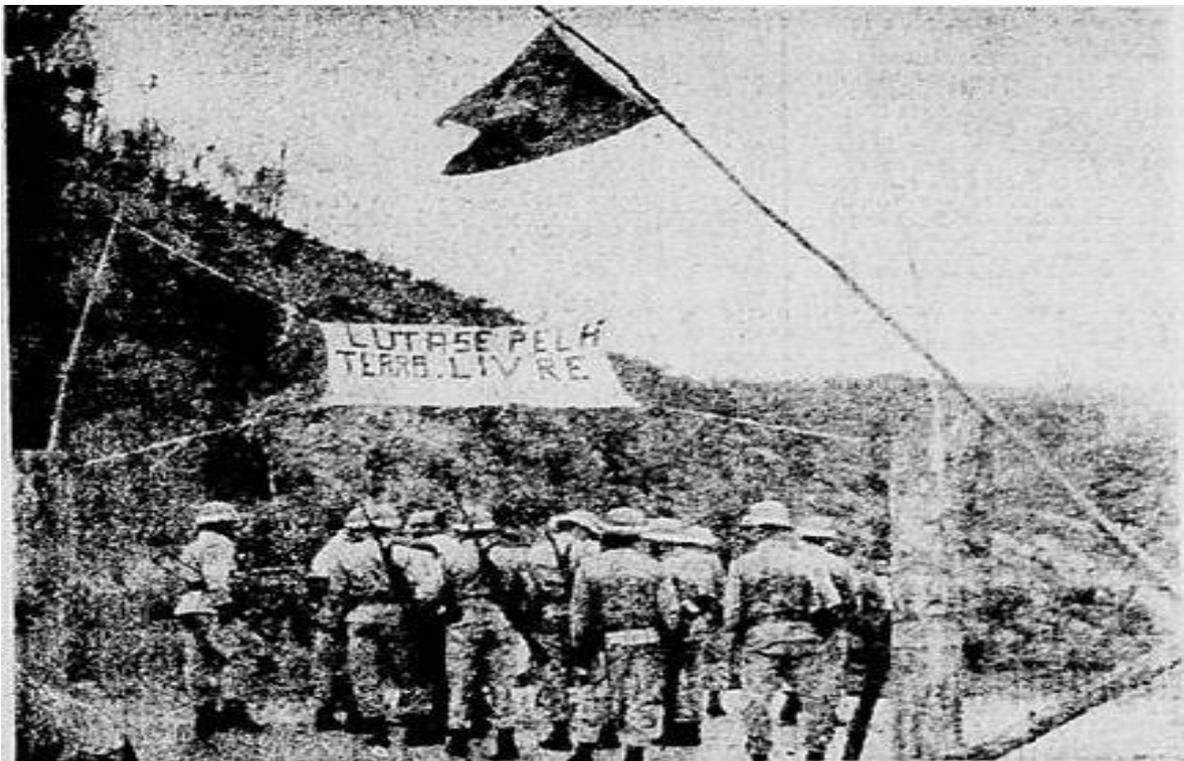
<sup>194</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1961, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>195</sup> Ver “Movimentos camponeses ameaçam sacudir todo o Estado do Rio!”. *Última Hora*, Niterói, 8 de janeiro de 1962, foto de capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

(fig.4).<sup>196</sup> Como já foi observado, no início de fevereiro de 1964, para pressionar o juiz José Rodrigues Lema a assinar emissão de posse de Agro-Brasil, 1.000 camponeses ocuparam a entrada da Fazenda e hastearam a bandeira nacional.

Na fotografia publicada pela *Última Hora*<sup>197</sup> para marcar a entrega da Fazenda Agro-Brasil e São José aos posseiros por um oficial de Justiça da Fazenda Pública, não foi identificada a presença da bandeira nacional. Apesar da ideia de que os posseiros abraçaram “lutas que estão acima de sua consciência,” é importante observar a elaboração que fizeram sobre a nação e o Estado brasileiro. No slogan em que afirmavam “a terra é da nação,” refutaram o Estado que, para eles, significava opressão, morte, despejos, fome, desespero e favorecimentos aos grileiros. A nação desejada, da qual queriam ser inseridos, era a garantia de acesso a terra e aos direitos sociais; por isso, a presença emblemática da bandeira nacional

Fig. 4



Despejo dos posseiros das terras de São José – dezembro de 1963.<sup>198</sup>

<sup>196</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1963, fotografia de capa. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>197</sup> Ver “Um latifúndio a menos”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1964, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>198</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1963. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

em todos os momentos da luta, menos no dia em que a terra foi garantida. Também essa leitura entre a possível generosidade da nação e a opressão do Estado foi percebida pelos policiais que derrubaram a bandeira e a pisotearam no momento do despejo; negando a eles a incorporação simbólica a nação. No momento em que a ela foram incorporados pela garantia final da posse

da terra por um agente do Estado, que reconheceu os direitos dos posseiros, não foi mais necessário a presença da bandeira nacional. Por sua vez, a segunda parte do slogan mostrava que não havia outra alternativa: a luta era necessária para garantir a terra; do contrário, a “terra”, representada pelos grileiros, continuaria “desfrutando” do trabalho e explorando os posseiros.

Além do slogan analisado acima, outras palavras de ordem “deram sentido” à luta. Em 1961, o slogan foi “A terra é para quem nela trabalha”, que estava escrito na parede da sede da Liga Camponesa de São José.<sup>199</sup> Outro, em 1963, ficava em uma faixa estendida na entrada da fazenda com os dizeres: “Luta-se pela terra livre”;<sup>200</sup> um slogan mais próximo ao Partido Comunista e ao seu jornal “Terra Livre”. “Os repertórios de ação” também animaram os posseiros para a luta. Passeatas, assembleias, a filiação a partidos políticos e a representações de classe, o voto, ocupação de terra, as caminhadas e o contato com as redações dos jornais foram procedimentos que também uniram e mobilizaram os posseiros.

Entre 1961 e 1963, vários homens ocuparam a liderança na luta pela terra em São José: Mariano Beser, Francisco de Assis, Antônio Xavier, José Cabral, Alicídio Salvador, Antônio Crisóstomo e João Severino da Silva. Mesmo como as constantes mudanças, a “agitação” não arrefeceu e não ocasionou grandes dissensões no movimento dos posseiros devido, certamente, a unidade construída nos slogans, na bandeira nacional e nas ações coletivas; além de uma memória comum sobre as ocupações e os despejos realizados na Fazenda São José e Agro-Brasil, entre o no final dos anos 1940 e início dos anos 1960.

## Capítulo 2: O governo trabalhista de Ubirajara Muniz (1963-1964)

---

<sup>199</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1961, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>200</sup> *Idem*.

## 2.1. O governo do presidente João Goulart

João Goulart era presidente do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) desde 1954. Por um breve período, foi Ministro do Trabalho do presidente Getúlio Vargas. Neste cargo, concedeu 100% de aumento ao salário-mínimo, aproximou-se dos sindicalistas e distanciou-se dos militares. Foi vice-Presidente da República de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e de Jânio Quadros (1961). Como vice-presidente, estava em viagem pela China quando no dia 25 de agosto de 1961, após seis meses de um polêmico governo, Jânio Quadros, eleito pelo inexpressivo PTN (Partido Trabalhista Nacional), renunciou ao cargo de presidente do Brasil. A renúncia abriu uma crise que envolveu amplos setores da sociedade. Os ministros militares de Jânio Quadros, temendo que Goulart desenvolvesse em seu governo um programa reformista e desprezando a Constituição de 1946, recusaram-se a empossar o vice-presidente João Goulart no cargo majoritário. Uma reação popular, com a Rede da Legalidade - liderada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e apoiada pelo general José Machado Lopes, do III Exército - e com greves de expressivas categorias profissionais, paralisou o país.

Sem o consenso necessário para impedir a posse de João Goulart, os militares concordaram com a “solução de compromisso”: aceitavam que João Goulart assumisse o cargo de presidente, mas, limitando seus poderes presidenciais com instituição do parlamentarismo, aprovado à toque de caixa, pelo Congresso. O Brasil tornava-se uma república parlamentarista para evitar “o caos e a guerra civil.”<sup>201</sup> No dia 7 de setembro de 1961, depois “dos dias terríveis”, João Goulart finalmente tomava posse, “sob a proteção divina”, na presidência da República com “as honras militares de estilo” e sob “ovação popular”<sup>202</sup>.

Além de contribuir para a posse do presidente João Goulart, a mobilização dos trabalhadores também foi importante em outros momentos decisivos do governo e em outras reivindicações mais de cunho classista. Em julho de 1962, uma greve geral, convocada pelo CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) exigiu que o primeiro-

---

<sup>201</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 3 e 4 de setembro de 1961, p. página. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>202</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 10 e 11 de setembro de 1961, p. página. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ministro substituto de Tancredo Neves fosse comprometido com o nacionalismo e com o reformismo. Em agosto, a percepção era de que o avanço do programa reformistas dependia do fim do regime parlamentarista. Uma nova greve geral forçou o Congresso a votar uma emenda que antecipava o plebiscito. Nele, o povo brasileiro ratificou pelo retorno do presidencialismo.

Com a vitória do presidencialismo no plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, João Goulart pode articular, ainda com muitos percalços, as reformas de base.

Das reformas de base, a reforma agrária era a mais polêmica. O principal entrave que envolvia a efetiva distribuição da propriedade esbarrava no Artigo 141, parágrafo 16, da Constituição de 1946, que vinculava a desapropriação ao pagamento em dinheiro, mas além desse limite imposto pela lei, outros “ingredientes” políticos e culturais barravam o avanço da reforma agrária. No entanto, a pressão exercida pelos lavradores, colonos, assalariados, posseiros, através de entidades como as Ligas Camponesas e a ULTAB, em todo o país, obrigava os partidos políticos, a imprensa, as associações de proprietários, os governos em diferentes níveis e a Igreja a se posicionarem. Mas, de qualquer forma, parecia haver um consenso de que o latifúndio e monopólio da terra por grupos restritos eram entraves ao desenvolvimento do país. Ao latifúndio, eram associadas as péssimas condições de vida dos trabalhadores do campo que, ao contrário do operariado urbano, não possuíam nenhum direito social garantido pela lei.

No contexto internacional, a guerra fria, a revolução cubana e as guerras de libertação nacional dos países africanos e asiáticos evidenciavam o perigo que as “estruturas atrasadas” representavam e era motivo de preocupação para os conservadores. Num editorial denominado “Campo em armas”, o *Jornal do Brasil* de 21 de novembro de 1961<sup>203</sup> denunciava a presença cada vez mais constante de armas nos conflitos rurais, não que isso fosse propriamente novidade; a novidade era que também os camponeses estavam pegando em armas para defender seus interesses.

Da impossibilidade das reformas serem efetivadas através do Congresso Nacional, em 13 de março de 1964, no Comício da Central do Brasil que reuniu cerca de 200 mil pessoas, Jango anunciou as reformas de base. No dia seguinte, em 14 de março, enviou ao Congresso a

---

<sup>203</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1961. Editorial “Campo em armas”. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

mensagem das reformas. No início de abril de 1964, o governo constitucional de João Goulart era deposto por um golpe.

Desde a década de 1950 e, especialmente, nos anos iniciais da década de 1960, a intervenção dos trabalhadores na política para reivindicar seus direitos tornaram-se mais constantes e intensas. Em função disso, a necessidade de reformas estruturais que modificassem as disparidades sociais e econômicas entre os brasileiros ficaram mais evidentes. Por outro lado, as elites reagiram à ingerência dos trabalhadores na política e as tentativas do Estado em limitar seus privilégios invocando o espectro do comunismo. Todas essas questões foram vivenciadas com mais intensidade no governo do presidente João Goulart (1961-1964). Esses conflitos políticos, porém, não se limitaram as grandes cidades brasileiras, também foram vivenciados nas pequenas cidades interioranas. Em Cachoeiras de Macacu, o governo do prefeito petebista Ubirajara Muniz (1963-1964) representou, em menor escala, os avanços pretendidos pelos trabalhadores. Governou com o programa do Partido Trabalhista Brasileiro, incorporou em sua administração os princípios e diretrizes defendidos pelo trabalhismo e por outros segmentos das esquerdas no início da década 1960.

O debate sobre as reformas de base, que mobilizou o governo do presidente João Goulart (1961-1964) e o Congresso Nacional, determinou posicionamentos dos principais partidos, dos sindicatos e das “frentes” de esquerda e das organizações de direita. Das reformas de base ao alcance da administração municipal, a reforma agrária concentrou a atenção do governo trabalhista, mesmo como todas as limitações legais impostas pela Constituição de 1946. Acusado de querer implantar o anarquismo no município, o governo do prefeito Ubirajara Muniz durou apenas 461 dias; foi deposto pela Câmara Municipal no turbilhão do golpe de 1964.

Com o fim da ditadura, Ubirajara Muniz regressou ao município de Cachoeiras de Macacu disposto a ocupar novamente o cargo de prefeito. No entanto, encontrou em parcela significativa da sociedade certa animosidade contra as memórias que despertava. Por outro lado, também havia os que o reverenciavam justamente pelo que lembravam dele. Por hora, esta questão ficará em suspenso e será retomada apenas no terceiro capítulo.

A narrativa a seguir apresenta dois momentos específicos: inicialmente, acompanha a administração trabalhista de Ubirajara Muniz e, no segundo, o desfecho dela com o golpe de 64.

## 2.2. Governo trabalhista de Ubirajara Muniz “parte com Reforma Agrária”

Historiadores e cientistas políticos apontam, geralmente, uma composição social e territorial já bem definidas nas origens dos partidos formados ao fim do Estado Novo.

“A forte inserção estadual e muitas vezes municipal do PSD, vinculava-se por sua vez à extração social dos pessedistas, que era majoritariamente de base oligárquica-rural. Pode-se inferir que o PTB era um partido prioritariamente de base urbana (referimo-nos às cidades de médio e grande porte) e o PSD de base regional, com importantes raízes nas pequenas localidades dos mais diferentes estados da federação.”<sup>204</sup>

A composição social dos partidos políticos de Cachoeiras mostrava-se bem diversificada. Assim, proprietários rurais, comerciantes e ferroviários estavam filiados a UDN, enquanto o PSD era composto por famílias tradicionais ligadas ao comércio, por funcionários públicos, profissionais liberais e proprietários rurais. O PTB, por sua vez, era formado por ferroviários e funcionários públicos e, no início dos anos de 1960, por trabalhadores rurais.

Em 1947, A UDN apresentou-se como partido hegemônico na primeira eleição municipal. Nas eleições realizadas em 28 de setembro daquele ano, Elpídio de Castro Maia foi eleito com 995 votos e fez seis, das nove cadeiras na Câmara de Vereadores. O PSD ficou na segunda colocação com o candidato Oswaldo Marques, que obteve 842 votos,<sup>205</sup> mesmo com todo apoio do senador Alfredo Neves e do ex-deputado Acúrcio Torres, figuras de destaque na política estadual e proprietários, no município, das Fazendas dos Ipés e da Fazenda Santa Luzia, respectivamente. Os udenistas venceram com folga na zona rural

Angela de Castro Gomes, ao abordar a expansão eleitoral e partidária na primeira metade dos anos de 1950, afirma que "embora o peso do eleitorado urbano não determinasse ainda o resultado do pleito, crescia cada vez mais de importância, sobretudo porque tanto o PTB como a UDN avançava sobre as áreas rurais, até então monopolizadas pelo PSD."<sup>206</sup>No

<sup>204</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves, op.cit ,p.257.

<sup>205</sup> *O Nova Friburgo*, 12 de outubro de 1947. Arquivo: D. João VI, Nova Friburgo (RJ).

<sup>206</sup> GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. p.71. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Coleção As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

entanto, em Cachoeiras, era a UDN que dominava o eleitorado rural desde a sua criação; entre 1946 e 1947, o Partido possuía diretórios na zona rural do município, no 2º. Distrito e no 3º. A UDN nasceu, assim, associada e respondeu aos interesses rurais. O PTB, com um subdiretório, só chegaria ao 3º. Distrito em 1958.

Nos primeiros tempos, a UDN era liderada por Humberto de Moraes, chefe político de Nova Friburgo e de Santana de Japuíba. Deputado estadual até a implantação do Estado Novo; após o fechamento do legislativo por ordem de Getúlio Vargas, foi nomeado prefeito de Santana de Japuíba pelo interventor estadual Amaral Peixoto, em 1937. Com o fim do Estado Novo, esteve entre os liberais de última hora que fizeram críticas contundentes a ditadura varguista. Entre 1947 e 1951, a UDN elegeu os prefeitos Elpídio de Castro Maia e Nilo Torres. A primeira quebra da tradição udenista no município esteve situada no contexto do suicídio do presidente Vargas. Observou o cronista J. Alvim:

“De há muito que a política municipal de Cachoeiras, sempre sob o comando do sr. Humberto de Moraes, vinha ocupando os postos chaves da Prefeitura e vinha se revezando entre os Sr. Humberto de Moraes, Nilo e Elpídio, numa sequência que parecia invencível. Com a mudança do cenário nacional, Cachoeiras sentiu os efeitos e sendo uma cidade essencialmente proletária, o eleitorado acompanhou os acontecimentos políticos.”<sup>207</sup>

Nas eleições municipais de 1954, a aliança PSD/PTB venceu a UDN com o candidato Oswaldo Marques, coletor federal, do PSD; sendo do PTB, o vice-prefeito, Domingos Brune, “funcionário graduado da Leopoldina.” Passada a crise política com a morte do presidente Vargas, a UDN fez novamente o prefeito nas eleições de 1958. Nilo Torres voltou ao executivo derrotando o PTB (Ubirajara Muniz) e o PSD (Silvio Martins). Naquela eleição, o PTB e o PSD caminharam separados. Apesar de possuir na área central da cidade, uma significativa população operária e está organizado desde 1946, foi apenas nos anos 1950 que o PTB começou a conquistar um espaço maior na política local, elegendo mais de dois vereadores e presidindo o legislativo. Em seus primeiros anos, no entanto, o PTB, presidido por Antonio Leandro Diniz, operário responsável pelo almoxarifado das oficinas da Leopoldina, sofreu forte ingerência do Senador Alfredo Neves (PSD).

---

<sup>207</sup> A manchete dizia: “Eleições em Cachoeiras – após longos anos de supremacia, a UDN perdeu as eleições”. *O Nova Friburgo*, Nova Friburgo, Coluna "Cachoeiras em Sete Dias", J. Alvim, 17/10/1954, p. 5. Arquivo D. João VI, Nova Friburgo (RJ).

O resultado da eleição municipal de 7 de outubro 1962 em Cachoeiras de Macacu, mostrou a crescente força do PTB ao direcionar sua atenção para os problemas do campo. Pela primeira vez, o Partido conseguiu formar uma bancada com quatro vereadores e, de forma inédita também, elegeu o chefe do executivo. Por outro lado, o PSD foi Partido que fez menos vereadores, apenas dois; no entanto, teve o vereador mais votado, Ayram Ribeiro Fernandes e, o vice-prefeito José Miguens, mais votos do que o candidato a prefeito Ubirajara Muniz. A UDN também elegeu 4 vereadores e o PTN, elegeu 1 vereador. Com a vitória do PTB, a UDN, "o partido majoritário de Cachoeiras", ia perdendo força em uma sociedade cada vez complexa e mais politizada, que exigia novos posicionamentos dos partidos políticos e do poder público.

Após “campanha memorável”, segundo afirmou Ubirajara Muniz, em que enfrentou a força do poder econômico, como, aliás, também ocorreu em outros lugares do Brasil, a UDN acabou sendo derrotada com o candidato Elpídio de Castro Maia (UDN). Ubirajara Muniz obteve 2.353 votos e “não perdeu em nenhuma urna.” Declarou o prefeito eleito: “minha eleição para a Prefeitura não foi uma vitória minha, mas uma vitória dos operários e principalmente dos camponeses de Cachoeiras de Macacu.”<sup>208</sup>

Em 31 de janeiro de 1963, um funcionário zeloso já havia preparado a ata de transmissão de posse com a presença do prefeito Nilo Torres. A cerimônia estava marcada para às 18 horas. Antes, no meio do dia, no restaurante de Naby Callif, "ponto de reuniões de políticos", um almoço de confraternização reuniu o prefeito e os vereadores eleitos. À noite, para a transmissão do cargo, o prefeito Nilo Torres (UDN), não aceitou a derrota da UDN, resolveu não comparecer à cerimônia. Uma outra ata foi providenciada e a transmissão de cargo ficou para o vice-prefeito José Teixeira da Rosa. Após a posse, a população já estava convidada para uma importante concentração na Praça Duque de Caxias, às 19 horas, em que iam discursar o prefeito e os vereadores. Mas, ainda durante a cerimônia de posse:

“o snr. Presidente convidou o prefeito eleito Ubirajara Muniz e o vice-prefeito José Miguens de Cachoeiras de Macacu para lerem o termo de compromisso perante a Câmara e tomarem posse no cargo de prefeito municipal e vice-prefeito municipal de Cachoeiras de Macacu. Nesta ocasião uma comissão de ferroviários da Leopoldina, representada pelo senhor Renato Raposo de Medeiros, Milton Garcia, Odir Ribeiro entregou ao prefeito e ao vice-prefeito em nome dos ferroviários duas canetas Parker 51, fez uso da palavra o sr.

---

<sup>208</sup> Ver “Prefeito eleito de Macacu: Vou revolucionar a cidade.” *Última Hora*, 20 de outubro de 1962, p.2. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Renato Raposo de Medeiros. A seguir, uma comissão de senhoras da localidade de São José da Boa Morte, ofereceu uma corbélia a esposa do Exmo. Snr. Prefeito. Logo após o snr presidente franqueou a palavra usou a palavra o prefeito Ubirajara Muniz que em belo discurso anunciou para o povo sua plataforma de governo, disse que ia governar com as portas da Prefeitura abertas para o povo, agradeceu os ferroviários da Leopoldina a roupa que lhe foi ofertada para a posse, agradeceu ao povo pela sua votação, e pediu ajuda de todos dizendo que a política tinha terminado no dia 07 de outubro.”<sup>209</sup>

Decisivos na eleição do primeiro prefeito petebista de Cachoeiras de Macacu, ferroviários e trabalhadores rurais ocuparam lugar de destaque na cerimônia de posse de Ubirajara Muniz. Dessa maneira, ficou para trás uma observação feita em 1948 por Nilo Torres (UDN), presidente da Câmara de Vereadores, em meio a discussão sobre um requerimento de apoio a um grupo de ferroviários que, mesmo não tendo participado da greve de 1947, estavam sendo intimados a comparecer na Delegacia de Divisão Política e Social, em Niterói. Declarou o presidente do legislativo: “trata-se de chefes de família, modestos operários que não se imiscuem em questões políticas, a não ser as de sua classe.”<sup>210</sup>

Outros aspectos relacionados a cerimônia de posse podem ser observados, os presentes doados ao prefeito, a esposa e ao vice-prefeito: canetas, flores e roupa encaixam-se na “lógica da dádiva: dar, receber, retribuir”; em que consiste na necessidade de agradar autoridades que controlam recursos públicos.<sup>211</sup> Este caso, porém, não foi pautado por uma relação clientelista, tão tradicional na cultura política brasileira; não se pretendeu obter, ferroviários e trabalhadores do campo, vantagens individuais, mas ganhos de classe. A retribuição das corbélías pelas camponesas ocorreu pelo apoio de Ubirajara Muniz à reforma agrária; o comprometimento moral do prefeito a causa foi repactuado na cerimônia de posse.<sup>212</sup>

Logo após o resultado das urnas ter confirmado a vitória do trabalhista e, antes mesmo da cerimônia de posse, em fins de outubro de 1962, Ubirajara Muniz concedeu uma entrevista ao *Diário Carioca*. “Prefeito de C.M parte com reforma agrária”<sup>213</sup> era o título da reportagem.

---

<sup>209</sup> Ata da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu, 31 de janeiro de 1963. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

<sup>210</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 9 de março de 1948. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

<sup>211</sup> KUSCHINIR, Karina. Antropologia e Política. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.22, nº 64, p. 164-165.

<sup>212</sup> Sobre a relação entre rituais e política, ver KUSCHINIR, Karina. Antropologia da Política. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2007, p.38-48.

<sup>213</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1962, p.7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na entrevista, Muniz afirmou que a reforma agrária era a prioridade de seu governo, reconheceu que dentro dos parâmetros constitucionais havia pouco recursos para viabilizá-la. Mas, garantiu que usaria a cobrança de impostos para penalizar o latifúndio improdutivo e iria isentar o pequeno lavrador, "na medida do possível;" assinalou que foi eleito com o apoio das Ligas Camponesas e dos ferroviários. Recordou a campanha eleitoral, falou dos adversários que, segundo ele, eram os "escroques de uma comunidade," reclamou das calúnias de que foi vítima e do peso do poder econômico na disputa eleitoral. Afirmou contar com ajuda de técnicos especializados, chefiados pelo engenheiro Vicente Bezerra, que estavam elaborando um planejamento para a "educação, estrada e saúde."<sup>214</sup>

Desde o início até o final de sua administração, o empenho do prefeito Ubirajara Muniz foi ajudar a efetivar, no município, a reforma agrária; que acabou colocando em questão os significados que a propriedade representava na sociedade local e, por extensão, na sociedade brasileira. Durante a campanha eleitoral, e mesmo antes dela, a reforma agrária era a sua principal bandeira. Em novembro de 1961, já fazia intermediação entre os posseiros de São José da Boa Morte e as instâncias superiores do PTB, como o ministro Badger da Silveira e o presidente João Goulart. A defesa da Reforma Agrária não era um discurso isolado de Ubirajara Muniz, refletiu a importância que o tema estava adquirindo para o PTB no decorrer dos anos de 1950 e, principalmente, durante o governo do presidente João Goulart, a partir de setembro de 1962.

A iniciativa do prefeito em colocar em ação seus projetos de governo dependia da Câmara Municipal, composta por quatro vereadores udenistas, quatro petebistas, dois pessedistas e um do PTN. Assim como no plano federal, também em Cachoeiras de Macacu, o PSD era o fiador da estabilidade.<sup>215</sup> Durante o curto período de administração petebista, o relacionamento entre o legislativo e o executivo apresentou vários momentos de tensão. Além da bancada da UDN, o executivo contou com a oposição crescente do "fiador da estabilidade" e presidente da Câmara, Ayram Ribeiro Fernandes (PSD).

De acordo com Lúcia Hipólito, o "Manual do bom pessedismo"<sup>216</sup> tinha alguns

---

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> Ver HIPÓLITO, Lúcia. De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). 2ª. edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, p.60.

<sup>216</sup> Além do bom desempenho nas urnas, os outros fundamentos faziam parte do manual do bom pessedismo: a linha ideológica de centro, a conciliação; a firmeza, tanto nas decisões quanto nas ações, a socialização na política a partir das "lides municipais" e, finalmente, um bom pessedista era também um bom administrador. Idem, p.50-55.

princípios, dentre eles, a força eleitoral, representada pelo número de votos obtidos. Por isso, pela força eleitoral, Ayram Ribeiro Fernandes foi escolhido para ser o presidente da Câmara Municipal. Foi eleito vereador "com amplo apoio dos ferroviários locais", editava, desde junho de 1960, o semanário "*Imprensa Cachoeirense*," com farto material de interesse local; a publicação foi interrompida momentaneamente, mas voltou a circular em 15 de maio de 1961, data de fundação do município. Com o golpe de 1964, o semanário foi apreendido pelos militares e proibido de circular.

O jovem Ayram Ribeiro Fernandes pertencia a uma tradicional família de comerciantes; família que participou da fundação do PSD no município. Em 1960, funcionário do porto, participou da "Greve da Paridade," que reuniu ferroviários, portuários e marítimos. A Greve da Paridade e o jornal *Imprensa Cachoeirense* explicavam a expressiva votação que obteve.

“Ayran R. Fernandes agradecendo seus amigos pela sua eleição, disse que não pertencia nem a direita nem a esquerda, que continuava no centro, agradeceu aos vereadores do Partido Trabalhista Brasileiro pela sua eleição a presidência da Câmara, hipotecou solidariedade ao prefeito Ubirajara Muniz<sup>217</sup>.”

Como político do “centro”, durante a campanha eleitoral, distribuiu "santinhos" com sua propaganda e a de João Batista da Costa, candidato a vice-governador do Estado do Rio de Janeiro e presidente da UDN fluminense; em fins do ano de 1963, em oposição a Ubirajara Muniz, aproximou-se de Carlos Lacerda. Mas, em agosto de 1963, defendeu princípios de esquerda no 1º. Congresso da Frente Renovadora Independente, realizada em Nova Friburgo: o voto do analfabeto, a sindicalização do Homem do Campo e imunidade parlamentar<sup>218</sup>.

Em meados de abril, o pessedista destacou que todas as mensagens enviadas pelo prefeito foram aprovadas sem nenhuma emenda "numa prova de que o prefeito tem apoio integral das bancadas do PSD e do PTB"; alertava que esse apoio só ocorreria até o "Sr. Ubirajara Muniz corresponder a confiança do povo, mas deste o momento que isto não acontecesse, todos os vereadores ficariam contra ele. “A soberania do Legislativo tem que ser

---

<sup>217</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 31 de janeiro de 1963. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>218</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1963, p.9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

respeitada, concluiu"<sup>219</sup>.

No mesmo mês de abril, na tribuna da Câmara, o vereador José Laurindo (PTB), observou que havia matéria do interesse da Prefeitura que ainda não havia sido votada pela Câmara, entre eles, a extensão do perímetro urbano, o imposto territorial rural e imposto inter-vivo. Justamente, a cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural), um dos artifícios que seria usado por Ubirajara Muniz para “penalizar” o latifúndio. A cobrança do imposto estava baseada na Emenda Constitucional nº. 05, de 21 de novembro de 1961 que passou para o município a responsabilidade pela cobrança do ITR. Ao invés de limitar o poder dos latifundiários, a lei acabou favorecendo os proprietários porque grande parte dos municípios brasileiros eram governados pelo PSD, partido integrado por muitos proprietários rurais. Em Cachoeiras de Macacu, até 1963, o Imposto Imposto Territorial Rural ainda não havia sido regularizado; não havendo interesse para que a lei fosse aplicada, pois mesmo não sendo administrado pelo PSD, o município era governado pelo udenista Nilo Torres, latifundiário e presidente da Associação Rural e membro da FARERJ (Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro).

Em meados de 1963, instaurou-se uma crise entre o presidente da Câmara Ayram Fernandes, cada vez menos “fiador da estabilidade”, e o prefeito. A Câmara de Vereadores não estava se reunindo, “amarrando”, assim, a administração petebista. Para impedir as sessões da Câmara foi acusado de “carregar consigo livro de atas, requerimentos, etc.”<sup>220</sup> Entre os projetos que não eram votados, estavam o ITR e o aumento do funcionalismo público. O PSD discutiu a possibilidade de romper com o PTB, devido as ameaças de morte que estaria sofrendo o presidente da Câmara de Vereadores por parte do prefeito Ubirajara Muniz. Mas, a iniciativa coube ao diretório do PTB que, de forma unânime, decidiu pelo rompimento da aliança com o PSD. De acordo com Ubirajara Muniz:

“Os pessedistas honrados e dignos sabem o quando padeci nas mãos dos dois vereadores. Para salvar a maioria e obter meios para trabalhar, cheguei a sacrificar amigos sinceros, que compreenderam a razão de minha atitude e não se milindraram. Tudo, porém, tem um limite. A Prefeitura não é Departamento de Concessões. Não quero dizer com isto que não deva ajudar os amigos. Entretanto, não fui eleito para satisfazer caprichos de ninguém.

---

<sup>219</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1963, p.7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>220</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1963. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Creio que não preciso ser mais claro.”<sup>221</sup>

Para “obter meios para trabalhar,”<sup>222</sup> o prefeito Ubirajara Muniz e o líder do PTB na Câmara, o vereador Alexandre de Souza Moreira, tentaram uma aproximação com a UDN e com o PTN. Esta aliança entre a UDN e o PTB não era, porém, aprovada “por elementos extremados”<sup>223</sup> de ambos os lados.

No final de novembro e no início de dezembro, uma outra crise foi instaurada quando camponeses ocuparam a Fazendinha e Agro-Brasil, ao mesmo tempo em que resistiram aos despejos na Fazenda São José. Ao *Diário Carioca*, o presidente Ayram Fernandes (PSD), refletiu o ponto de vista dos proprietários e afirmou que o prefeito Ubirajara Muniz era “culpado pelas invasões de terras no município” porque “em constantes pronunciamentos o chefe do Executivo Municipal exorta os lavradores a movimentos contra a propriedade privada.”<sup>224</sup>

Como principal oponente da administração trabalhista, embora a UDN também fizesse forte oposição ao prefeito, Ayram Ribeiro Fernandes manteve diálogo com Carlos Lacerda (UDN) quando este visitou o município,<sup>225</sup> justamente no contexto da ocupação da Fazendinha, de Agro-Brasil e da resistência aos despejos de Fazenda São José. Já em 1964, dois meses após a visita de Carlos Lacerda à Cachoeiras de Macacu, Ubirajara Muniz anunciou a instalação nas terras da Fazenda Agro-Brasil, desapropriada pelo presidente João Goulart em janeiro daquele ano, de 120 famílias de “favelados do Borel” que estavam sendo expulsas por Carlos Lacerda<sup>226</sup> na Guanabara. Por essa iniciativa, Ubirajara Muniz recebeu uma crítica das lideranças dos trabalhadores rurais do município. Mas, a aproximação com os “favelados”, ao mesmo tempo em que marcava um contraponto na política de Carlos Lacerda, angariava simpatia deste outro setor marginalizado da sociedade brasileira. Naquele

---

<sup>221</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1963, p. 12. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>222</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1963, p. 12. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>223</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>224</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>225</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>226</sup> Ver “Da favela ao campo.” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1964, p. 4. O assunto também foi matéria no *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1964, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

momento, Muniz se autodenominava o “Arraes fluminense”<sup>227</sup> e pretendia ser candidato a deputado estadual nas eleições de 1965.

A posição de Ayram Fernandes Ribeiro e do PSD sobre a administração do prefeito Ubirajara Muniz mudou radicalmente no início de março de 1964; assim como do PTB e do chefe do executivo em relação ao PSD e ao Ribeiro. Na eleição para a escolha do novo presidente da Câmara de Vereadores, o PTB e Ubirajara Muniz indicaram o nome de Sílvio Martins (PSD). Mesmo sem ajuda de sua bancada, mas com o apoio da UDN, Charles Netto da Costa (PTB) foi eleito presidente do legislativo. A UDN ficou com a vice presidência, e com a 1ª e 2ª secretaria; tanto para a vice presidência quanto para as secretarias, o PTB não indicou nenhum nome. Para Charles Netto da Costa, foi “uma atitude que eu considero um grande erro do Partido quando se tratava de um assunto de grande relevância política e administrativa.”<sup>228</sup> De fato, ter alcançado a vice presidência e conquistado a 1ª e 2ª secretaria facilitou muito a UDN na execução das cassações efetuadas em 5 de abril de 1964. Quanto a Ayram Fernandes Ribeiro, após ter participado do X Congresso Nacional do PSD, entre os dias 19 e 20 de março de 1964, em que foi decidido o rompimento do Partido com o governo de João Goulart e com o PTB<sup>229</sup>, mesmo sendo do município, da base conservadora do PSD, ele declarou, no entanto, que “seu Partido marcha com o PTB dando todo apoio ao prefeito.”

No centro de todos os conflitos enfrentados pela administração de Ubirajara Muniz estava a propriedade privada. De acordo com Giuliano Martignetti, embora não haja transformação essencial no conceito, propriedade é um termo que está preso há um tempo e uma sociedade<sup>230</sup>. Para os “portadores” da propriedade privada em Cachoeiras de Macacu, os valores “imutáveis” relacionados a ela estavam sendo alterados pela administração do petebista Ubirajara Muniz que, deslocou conceitos e desfez “imaginários” até então intrínsecos a propriedade, como poder, mandonismo, privilégio, hierarquia e prestígio .

Alterar a força política dos proprietários da região, que reunia pessoas como o ex-senador Alfredo Neves, o ex-deputado Acúrcio Torres e o ex-senador Coimbra Bueno, implicava não só a desapropriação das Fazendas São José e Agro-Brasil e de outros latifúndios no

---

<sup>227</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1964, p.7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>228</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 3 de março de 1964. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>229</sup> Op.cit., 296,297.

<sup>230</sup> MARTIGNETTI, Giuliano. Propriedade. In: BOBBIO, Norberto e MATETUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política, p.1021.

município, mas também a revisão e a efetiva cobrança do ITR; o que significava, ao final, a imposição da lei aos fazendeiros.

José Blanco, advogado do DNER, jornalista de *O Fluminense* e da *Última Hora* e diretor da Divisão de Fazenda,<sup>231</sup> órgão da administração municipal criada por Ubirajara Muniz, providenciou mudança no lançamento dos impostos predial e territorial<sup>232</sup>; o aumento destes e dos demais impostos em 40%. Aprovado pela Câmara de Vereadores, o aumento serviu para cobrir o aumento de 100% a 120% concedido ao funcionalismo público.<sup>233</sup> Em agosto, muitos contribuintes ainda não haviam acertado o débito com a Prefeitura e o diretor alertou para a execução da dívida ativa por meio judicial.<sup>234</sup>

Em depoimento prestado ao Delegado Aloysio Seabra Fagundes, em agosto de 1964, no Departamento de Polícia Social, José Blanco afirmou que, em função da dívida ativa de Cr\$ 9 milhões, ele - certamente com total respaldo do prefeito - providenciou a execução dos devedores. Um “fato inédito no Município,” embora a ameaça de execução de devedores já tivesse sido proposita no governo de Nilo Torres (1959/1963). A execução da dívida ocorreu entre os meses de agosto e setembro e “fez com que o declarante caísse na antipatia, não só dos que faziam oposição ao prefeito, como também os elementos da situação política, que por negligência não pagavam impostos”.<sup>235</sup> José Blanco disse ainda que, com a arrecadação de Cr\$ 5 milhões, proporcionada pela cobrança, apoiada pelo juiz e pelo promotor da Comarca, foi o suficiente para que a Prefeitura pagasse o 13º do funcionalismo público; embora em ata da Câmara constasse um possível empréstimo bancário para pagar este direito recente conquistado pelos servidores públicos (e demais trabalhadores) ou talvez para que se evitasse um empréstimo, optou-se, com todos os desgastes possíveis com a elite da cidade, pela execução da dívida.

Além da execução da dívida, que atingiu todos os contribuintes, outra lei que retirava privilégios dos proprietários rurais foi colocada na ordem do dia. Era a cobrança e a revisão do ITR (Imposto Territorial Rural). Está submetido a lei e a isonomia que ela proporcionava

---

<sup>231</sup> A Divisão de Fazenda foi criada pela Deliberação nº. 235, de 25 de março de 1963. Arquivo: Prefeitura de Cachoeiras de Macacu.

<sup>232</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>233</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>234</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>235</sup> Depoimento prestado por José Blanco ao Delegado Aloysio Seabra Fagundes, do Departamento de Polícia política e Social, em 17 de agosto de 1964, BNM 017. Arquivo: BNM Digital.

não fazia parte da constituição das classes proprietárias brasileiras. Porém, havia exceção. O coronel Edmundo da Silva Neves, filho do ex-senador Alfredo Neves, procurou o diretor de Fazenda para declarar que apoiava a revisão do ITR. A Fazenda dos Ipês, da família Neves, por exemplo, pagava 24 mil de ITR, mas com a revisão, o imposto chegou a cifra de 300 mil Cruzeiros.<sup>236</sup>

No final de dezembro de 1963, uma reportagem da *Última Hora* associou o latifúndio ao privilégio fiscal; afirmou que a Câmara de Vereadores de Cachoeiras iria apreciar nos próximos dias o veto do prefeito Ubirajara Muniz ao substitutivo que regulamentava a cobrança do ITR. “A opinião pública cachoeirense já está voltada para a Câmara, onde trabalhadores de todas as categorias deverão se concentrar.” Ainda na mesma reportagem, a *Última Hora* pontuou várias fazendas do município que pagavam impostos irrisórios.<sup>237</sup>

Em um contexto de críticas acirradas ao latifúndio e aos vários outros problemas envolvendo o campo, como as grilagens, as expulsões, a resistência armada dos posseiros e as violências costumeiras, os médios e grandes proprietários do município organizaram em 1962, a 1ª Exposição Agropecuária de Cachoeiras de Macacu. A exposição foi organizada pela ACAR-RJ (Associação de Crédito Agrícola do Rio de Janeiro) e pela FARERJ (Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro); contou com o apoio do prefeito Nilo Torres, ele mesmo proprietário de várias fazendas no município e associado a instituição. A organização do evento ficou a cargo do secretário do prefeito, Adino Lota, e foi realizada entre maio e junho. Para prestigiar os fazendeiros, compareceram várias autoridades estaduais, o bispo de Nova Friburgo, Dom Cemente Isnard e o juiz José Rodrigues Lema, que sempre dava sentenças desfavoráveis aos posseiros de São José da Boa Morte. Dos concursos agropecuários realizados entre os “ruralistas”, entre os vencedores, estava, ironicamente, muitos imigrantes japoneses, da colônia de Japuíba e do Núcleo Colonial de Papucaia.

Em meados de 1963, o prefeito Ubirajara Muniz promoveu, em três dias e com criadores de todo estado, a II Exposição Agropecuária e Industrial de Cachoeiras de Macacu. O evento, com uma organização mais profissional, foi realizada pelos agrônomos Raimundo Mendes

---

<sup>236</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1963, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>237</sup> Ver “Prefeito de Cachoeiras luta conta proteção ao latifúndio.” *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1963, p. 3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Sobral e José Novais dos Santos e pela extensionista Francisca Sales de Almeida. Contou novamente com a presença de várias autoridades estaduais e “caravanas de estudantes da Guanabara.”

A Exposição Agropecuária era o momento para marcar o prestígio social dos fazendeiros e mostrar a dinâmica da produção rural, em meio a tantas críticas a inoperância e ao atraso do campo representado pelo latifúndio, como já pontuado. Mas, foi também momento para desmascarar o latifúndio, o privilégio fiscal e a reforma agrária, como obra de comunista. Participante da Exposição, José Blanco, o diretor do Departamento de Fazenda, aproveitou a ocasião para desmontar os argumentos usados pelos fazendeiros para desqualificar a reforma agrária e a cobrança do ITR. Em sua coluna semanal na *Última Hora*, escreveu sobre um jovem casal de agrônomos norte-americanos que fazia estágio no Brasil e que prestigiou o evento:

“A propósito, ouvidos pelo correspondente do UH, declararam-se maravilhados com os produtos expostos. Sobre a reforma agrária, foram unânimes em afirmar que nos EUA não existem latifúndios como aqui, proprietários de terras imensas entregues ao mais completo abandono. Finalmente inteirados sobre o imposto territorial rural que incide sobre as propriedades agrícolas em Cachoeiras ter média de 200 cruzeiros por anos acharam ridículo, alegando que, em seu país, os tributos são pesados e não adianta protelar, pois conforto e progresso custam muito dinheiro.”<sup>238</sup>

As afirmações dos agrônomos desmistificavam a propriedade como entidade que estava acima do Estado e da lei. Nos Estados Unidos, principal país capitalista, a propriedade era limitada, não havia latifúndio e a tributação para os proprietários era alta, pesada. Aplicar a equidade fiscal, restringir o latifúndio e poder dos proprietários eram as medidas que Ubirajara Muniz tentou implementar em sua administração.

Outro episódio que ocorreu seis meses depois da II Exposição mostrou um grande proprietário sendo submetido aos limites da lei; o poder imperial dos proprietários era posto à prova. No dia 1º de dezembro de 1963, Abelardo Coimbra Bueno, frequentador da alta sociedade carioca, do iate clube e da coluna social de Jacintho de Tormes, compareceu à Delegacia de Cachoeiras de Macacu, intimado pelo delegado Josafá de Pontes dos Santos

---

<sup>238</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 1º de julho de 1963, p. 12. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Lima, após abertura de inquérito determinado pelo promotor Roberto Sanches, para prestar depoimento no processo aberto<sup>239</sup> para apurar os encarceramentos ocorridos durante a ocupação da Fazenda Agro-Brasil. Estava naquele local, nunca frequentado pelas elites agrárias, provavelmente muito constrangimento, respondendo as inquirições do delegado Santos Lima devido a pressão política de “tabaréus fluminenses.” Quinze dias depois, um manifesto<sup>240</sup> foi lançado por “proprietários rurais” de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Rio Bonito e Magé. Nele, reconheceram a baixa produção do “cinturão agrícola” fluminense, que produzia apenas 5% do que era consumido por grandes áreas urbanas constituída por 5 milhões de pessoas. A solução que apresentavam não era a reforma agrária, mas o aumento da produtividade e a “criação de escolas e postos de saúde”, o “que elevaria o nível de vida da região ora em nível de ruína.” Responsabilizaram ainda a Abolição, “de inspiração sublime”, mas de desastrosa aplicação” pela decadência da agricultura fluminense, que havia sido o “celeiro do Brasil”. Por outro lado, a possibilidade de acesso a terra pelos lavradores, via reforma agrária, aprofundava a Abolição e modificava “os resultados da “lei sublime”<sup>241</sup>. “Os resultados” da Abolição mais visíveis eram a exploração do lavrador e o poder irrestrito dos fazendeiros, “os mais capazes.”<sup>242</sup>

Além de executar a cobrança de impostos, de apoiar as ocupações de terra e a desapropriação da Fazendas São José e Agro-Brasil, uma outra propriedade expressiva no município foi interdita pelo Estado, como apoio de Ubirajara Muniz. A Empresa Força e Luz, de propriedade de Raul Souza e Silva, assim como outras empresas de energia de outros municípios do estado do Rio, foi encampada gradativamente pelo governador Badger da Silveira (PTB) ao mesmo tempo em que construía a subestação, linhas e redes de distribuição no decorrer do ano de 1963; foi assim, enviabilizando a Empresa Força e Luz. Dessa forma, os prejuízos obtidos com a encampação criou mais um proprietário insatisfeito com os rumos que política do governo trabalhista dava a propriedade. O gerente Nei Souza e Silva, filho do proprietário da Força e Luz, Raul de Souza e Silva, em depoimento à Auditoria Militar declarou que fez parte de “uma comissão que combatia os subversivos de Cachoeiras de

---

<sup>239</sup><sup>239</sup> Delegacia de Polícia de Cachoeiras de Macacu - Inquérito Policial. Réus: Alicídio Salvador e outros. Vítima: José Cabral e outros, 1º de dezembro de 1963. BNM-017. Arquivo: BNM Digital.

<sup>240</sup> O Manifesto foi entregue ao governador Badger da Silveira. Entre os fazendeiros que lideravam a reunião, estavam Alfredo Neves e Coimbra Bueno. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1963, p. 20. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> Idem.

Macacu.<sup>243</sup>

No início de março de 1964, foram inauguradas as novas instalações para o fornecimento de luz elétrica, que custaram ao estado CR\$ 150 milhões; com a presença do governador Badger da Silveira, do Secretário de Energia Heleno Nunes e do prefeito Ubirajara Muniz que, em discurso,“ recordou o fato de que a precariedade do serviço de energia elétrica neste município redundou, inclusive numa revolta popular.”<sup>244</sup>

Passados 4 dias do Comício da Central do Brasil, Ubirajara Muniz anunciou que na manhã seguinte iria, juntamente com dirigentes do Sindicato dos Lavradores e Pequenos produtores Autônomos, solicitar à SUPRA a desapropriação de mais três fazendas que estavam enquadradas “no espírito do decreto do assinado na sexta-feira pelo presidente.” As três fazendas eram consideradas “os últimos latifúndios” de Cachoeiras e pertenciam a Arturo Vechhi, a Homero Borges e ao Curtume Carioca.

Além de impor limites ao poder dos proprietários rurais, Ubirajara Muniz respeitou os direitos do funcionalismo público e inovou na gestão pública. Talvez com um pouco de ingenuidade para o momento, ao tomar posse como chefe do executivo, em sessão secreta, em meio a presença do 3º Regimento de Infantaria na cidade e após a cassação do prefeito Muniz, José Miguens (PSD) declarou: “era um excelente administrador.”<sup>245</sup>

### 2.3. Os dias do golpe

A crise instaurada no país entre o final de março e início de abril de 1964 com a intervenção das Forças Armadas e a deposição do presidente João Goulart, significou no município fluminense de Cachoeiras de Macacu um “*ponto final*” ao governo trabalhista de Ubirajara Muniz, destituído do cargo pela Câmara de Vereadores no dia 5 de abril.

Como em outros lugares do Brasil, na cidade, de 31 de março a 5 de abril, os dias foram tensos. Ainda no dia 30, o interventor da Estrada de Ferro Leopoldina, Héber Maranhão

---

<sup>243</sup> Departamento da Auditoria Militar da Justiça. Ato de Inquirição de Testemunha, em 30/03/1970. BNM – 017. Arquivo: BNM Digital.

<sup>244</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1964, p.9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional .

<sup>245</sup> Livro de Termo de Posse e Compromisso - 1954 a 1967. Ata de posse do prefeito José Miguens, em 5 de abril de 1964. Arquivo: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu.

Rodrigues, em telegrama para a Delegacia Sindical de Cachoeiras, alertou:

“Interventor a todo pessoal

Após o memorável comício dia 13 forças retrógradas arregimenta-se para impedir que o Presidente continue marcha pelas reforma de base.

Todos os trabalhadores do Brasil através de seus órgãos sindicais devem tomar posição para que a libertação nacional seja alcançada de imediato.”<sup>246</sup>

No decorrer do dia 31, “tomando posição”, conforme orientação do Interventor da Leopoldina, uma greve dos ferroviários paralisou os trens. Naquele mesmo dia, em meio a agitação que ocorria, um manifesto era distribuído de mão em mão.

“Manifesto ao povo

Os lavradores, os ferroviários, os nacionalistas e o prefeito Municipal de Cachoeiras de Macacu conclama o povo do município à unir-se em torno do presidente João Goulart, na defesa da legalidade contra os gorilas golpistas que há muito vinham tentando dividir nossos patrícios e hoje mostram-se impatrioticamente ao lado dos grupos econômicos e estrangeiros, latifundiários e grileiros.

Confiem nas forças revolucionárias legalistas que nesta hora assumem o controle deste município, pois lutaremos até o fim pela legalidade de nossa pátria.

Cachoeiras de Macacu, 31 de março de 1964

As. Ubirajara Muniz – prefeito”<sup>247</sup>

As “forças revolucionárias legalistas” eram o campo de apoio do governo trabalhista: lavradores e ferroviários. E, naquele momento de apreensão, o prefeito Ubirajara Muniz dividiu com eles o poder municipal. Este posicionamento, em delegar poderes a ferroviários e a lavradores, provavelmente, deve ter tido um forte impacto na sociedade local, especialmente entre os políticos udenistas e a classe proprietária.

Após o Manifesto em que afirmou a disposição de defender a legalidade, o prefeito Ubirajara Muniz solicitou ao Delegado (ferroviário) Albertino José Fernandes que protegesse os principais prédios públicos. À noite, já com a presença dos posseiros do distrito de São José da Boa Morte, um comício, na Praça Duque de Caxias, prestava solidariedade ao

<sup>246</sup> BNM 017. Arquivo: BNM Digital.

<sup>247</sup> Ibidem.

governo de João Goulart e indicava uma tentativa de resistência a qualquer quebra da ordem constitucional; após o comício, o grupo de lavradores de São José foi levado para suas casas por transporte oferecido pela Prefeitura; a localidade da Boa Morte fica 17 quilômetros do centro cidade. A sessão da Câmara Vereadores convocada pelo presidente Charles Netto (PTB) não teve quórum necessário, só a ela compareceram dois vereadores.

No Sindicato dos Ferroviários, vários homens estavam encarcerados. Sebastião Erdi era um deles. Funcionário, provavelmente jagunço, da Empresa Agro-Brasil fora detido em São José com outros empregados dois dias antes do golpe, tendo sido transferido para um barracão, situado atrás do Sindicato. Em meio ao tumulto e ao nervosismo reinante na cidade, foi levado do Sindicato dos Ferroviários para a sede da Prefeitura. Apesar de já ter sido desapropriada desde janeiro daquele ano pelo Governo Federal e o título de propriedade ter sido entregue aos camponeses pela Fazenda Pública, a Empresa Agro-Brasil Empreendimentos Rurais conseguiu na Justiça liminar que dava a ela um prazo para que se retirasse em definitivo da fazenda; o que explicava a presença de vários jagunços na propriedade. A prisão e a transferência desses “seguranças” para o centro da cidade pode ser justificada como precaução para que eles não realizassem, em meio à crise que se anunciava, qualquer tipo de reação e cometessem qualquer ato de violência contra os lavradores.

No dia 1º de abril, a mobilização continuou. Uma estação transmissora foi instalada no gabinete do prefeito; os locutores, provavelmente, leram o “Manifesto ao Povo” e pediram apoio as reformas de base, a permanências das conquistas já realizadas, como a desapropriação das terras das Fazendas São José e Agro-Brasil e o apoio às novas desapropriações já encaminhadas ao SUPRA. Solicitaram a solidariedade da população ao governo constitucional do presidente João Goulart. No decorrer do dia, a tensão, a agitação, o nervosismo, só aumentaram. À tarde, uma passeata saiu do Sindicato dos Ferroviários, com Ubirajara Muniz, José Blanco, “membros do Sindicato dos Ferroviários e das Ligas Camponesas” que cruzaram toda Avenida Roberto Silveira, alcançaram a Rua Getúlio Vargas, atravessaram a Avenida Floriano Peixoto e se dirigiram à Praça Duque de Caxias, onde outro comício foi realizado.

Sobre este dia, contou em depoimento o ferroviário Osmar Pinto:

“que o declarante acompanhou a passeata que saiu da delegacia Sindical dos ferroviários com destino à Praça Duque de Caxias, nela participando dezenas de lavradores, bem como o prefeito Ubirajara Muniz, todos os membros da Delegacia Sindical e do Conselho fiscal,

não se recordando se Anézio participou da passeata, que tal passeata foi realizada na parte da tarde; que Ubirajara subiu ao coreto da Praça e falou aos presentes, defendendo o então presidente João Goulart e censurando o movimento revolucionário, que Ubirajara Muniz concitava aos presentes a defenderem. Ubirajara foi o único a se pronunciar na ocasião.”<sup>248</sup>

À noite, de prontidão, na sede da prefeitura, homens do mesmo campo político do prefeito Ubirajara Muniz, esperavam um ataque armado dos fazendeiros, grupo social que mais se sentiu incomodado e prejudicado com a administração trabalhista. O grupo dos “descontentes” havia organizado “uma comissão que combatia as atividades subversivas de Cachoeiras de Macacu -”<sup>249</sup> como já foi abordado - e que incluía, além dos fazendeiros, comerciantes e um coronel do Exército.

Em depoimento ao Delegado Adjunto do Departamento de Polícia Social, Aloysio Seabra Fagundes, em 11 de agosto de 1964, a testemunha Sebastião Erdi afirmou:

“que teve oportunidade de ver, quando ainda detido na sede do Sindicato uma grande quantidade de armas; que o declarante pode presenciar, por volta das vinte horas do dia primeiro de abril do ano em curso, quando o ex-prefeito Ubirajara Muniz se dirigiu a Anézio Dias de Freitas, certificando-o que a revolução estava perdida e que tropas do Exército iria invadir este município e que ele providenciasse sua fuga com os demais companheiros.”<sup>250</sup>

De acordo com Erdi, parte das armas que estavam no Sindicato foi levada na ambulância da Prefeitura com o grupo que liderou as ocupações de São José, seguindo orientação de Ubirajara Muniz. Fuga da qual foi obrigado a compartilhar. Mas, no decorrer do depoimento, rico em detalhes, trocou a forma como as armas foram transportadas; no início do depoimento afirmou que foi a ambulância da Prefeitura que teria levado as armas; posteriormente, disse que foi uma caminhonete. De qualquer forma, a existência de armas no município motivou denúncias em vários momentos. Um dos argumentos usados pela Câmara para efetivar a cassação do prefeito foi à reunião de “camponeses para uma concentração na

---

<sup>248</sup> Depoimento do ferroviário Osmar Pinto, membro da Delegacia Sindical dos Ferroviários, ao Delegado Adjunto do DPPS, Aloysio Seabra Fagundes em 7 de agosto de 1964. BNM – 017. Arquivo: BNM Digital .

<sup>249</sup> Depoimento de Nei Souza e Silva à Auditoria de Justiça Militar. Auto de Inquirição de Testemunha, em 30 de março de 1970. BNM – 017. Arquivo: BNM Digital.

<sup>250</sup> Depoimento de Sebastião Erdi à Aloysio Seabra Fagundes, Delegado Adjunto do DPPS, em 11 de agosto de 1964. Arquivo: APERJ.

Praça Duque de Caxias no dia 31 último para armados tomarem parte da revolução do Dr. João Goulart.”<sup>251</sup>

No fim dia 1º. de abril e o início da madrugada do dia 2 de abril, acompanhando a Rádio Nacional, o prefeito e correligionários souberam da "fuga do presidente João Goulart"; souberam também que tropas do Exército estavam se deslocando para Cachoeiras e "que a revolução estava perdida". A seguir, deixaram seus postos e saíram da sede da Prefeitura "inconsoláveis" pela derrota que tiveram na tentativa de construir "um Brasil melhor.”<sup>252</sup>

No decorrer do dia, uma quinta-feira, às 14 horas, a Câmara de Vereadores entrou em sessão permanente; aproveitando a turbulência vivenciada pelo Brasil afora e em Cachoeiras, em especial, os conservadores articularam-se para destituir do cargo o prefeito Ubirajara Muniz e por fim a experiência petebista na administração municipal e, ao mesmo tempo, impor uma derrota as forças de esquerda que vinham construindo, através da política, uma agenda de direitos que desagradava e incomodava as elites locais.

Foi desta forma que o *Jornal do Brasil* registrou este momento:

“Em Macacu

Em Cachoeiras de Macacu, as últimas informações davam conta de que a situação de caráter subversivo, implantado pelo prefeito Ubirajara Muniz, preso pelo DOPS, está voltando a normalidade. Os lavradores da região de Papucaia já retornaram ao trabalho e o comércio reabriu. A Câmara de Vereadores ainda não decidiu pela votação do impeachment do Prefeito que liderava a subversão no município e nem posse ao sucessor legal, provocando com isso, o recesso de todas as atividades do município.”<sup>253</sup>

A “indecisão” da Câmara de Vereadores, que pode ser traduzida em articulação para dar quórum para deliberação das cassações, terminou três dias depois, no dia 5 de abril, em pleno domingo, às 18 h e 25 min., “em sessão secreta” em que os vereadores decidiram, respaldados pelo dispositivo de segurança do 3º. Batalhão de Infantaria que já estava ocupando o município, interromper os mandatos dos vereadores José Custódio de Souza (PTB) e Ayram Ribeiro Fernandes (PSD) e do prefeito Ubirajara Muniz (PTB). Entre os vereadores que

<sup>251</sup> Ata da Câmara de Vereadores, 5 de abril de 1964. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

<sup>252</sup> Depoimento prestado por Ubirajara Muniz ao delegado Mauro Fernandes Magalhães, do DPPS, no dia 26 de junho de 1964. Boletim de preso - Secretaria de Segurança Pública, Ubirajara Muniz, 27 de maio de 1964. Arquivo: APERJ.

<sup>253</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964, p. 5. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ratificaram as cassações, dois eram do PTB, Alexandre Moreira, líder do governo na Câmara, e Nicomedes Arruda, secretário do prefeito; além, é claro, de todos os vereadores da UDN, de um do PTN e outro do PSD. Num tempo imediato as cassações, foi empossado como chefe do executivo o vice-prefeito José Miguens (PSD).

“É de todos conhecidos o momento em que o Brasil passa por uma fase de extirpação da influência de elementos comunistas nos meios trabalhadores, políticos, civis e militares [...].

Em Cachoeiras, o prefeito Ubirajara Muniz, mobilizando Ligas Camponesas e elementos reconhecidamente ligados e a serviço da Doutrina de Moscou e Cuba, defenderam a tese da Reforma na Lei ou na Marra, morram os fazendeiros e gorilas, cunhado não é parente, Brizola para presidente; tendo ainda reunido camponeses para invasões e para concentração na Praça Duque de Caxias no último dia 31, para armados tomarem parte na Revolução do Dr. João Goulart, incitando o povo a uma guerra civil.”<sup>254</sup>

Posteriormente, perderam os mandatos o presidente da Câmara Charles Netto da Costa (PTB) e os suplentes Alicídio Salvador, José Laurindo e Anésio Dias de Freitas, todos os três eram camponeses, filiados ao PTB, mas que, na verdade, pertenciam aos quadros do PCB. As cassações foram justificadas com um discurso anticomunista<sup>255</sup> que rechaçava as mudanças sociais e políticas que as reformas de base poderiam trazer.

Em 1964, a democracia, que vinha sendo ampliada pela participação e intervenção dos

---

<sup>254</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 5 de abril de 1964. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>255</sup> Entre 1961-1964, as mobilizações contra o comunismo ficaram mais intensas. Aliada a uma tradição já existente no Brasil de combate ao “credo vermelho”, a Revolução Cubana, a atuação das esquerdas nas questões sociais e a posse do presidente João Goulart fomentaram a preocupação daqueles que viam nesses acontecimentos uma relação próxima ao comunismo, considerado uma ameaça aos valores cristãos e a democracia. Para análise detalhada da construção do discurso anticomunista no Brasil, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002. Em Cachoeiras, a reação armada dos posseiros de São José e os protestos na cidade contra o precário fornecimento da energia elétrica, em 1961-1963, levou o município ser identificado como “foco de comunistas”. Num noite de agosto de 1962, telespectadores locais do programa de Flávio Cavalcante, exibido pela TV-Rio, ficaram incomodados com a afirmação feita pelo apresentador “de que o município é o maior foco de comunistas do Brasil.” Tal afirmação mereceu um posicionamento da Câmara de Vereadores, que “enviou um protesto à direção da TV-Rio.” Os edis até admitiram a existência de comunistas no município, mas condenaram a generalização e afirmaram que “as agitações envolvendo posseiros e grileiros” não “tinham inspiração comunista”. Ver *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1962. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Passados alguns meses, a cidade como fama de ser “a Cubinha do estado do Rio de Janeiro”, recebeu um congresso com três mil jovens da Igreja Batista de todo o estado que reuniram-se entre 11 e 14 de abril de 1963. O encontro destinou-se a debater, não os assuntos relacionados à religião, mas “o perigo que representa o comunismo no Estado do Rio.” Ver: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1963, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

camponeses e ferroviários no “campo político,” era interdita pela força das armas e do conservadorismo. No entanto, o ano de 1964 veio marcado pela esperança de que fosse efetivamente levado adiante as reformas de base; este foi o espírito da mensagem de final de ano, na virada de 1963 para 1964, que o prefeito Ubirajara Muniz publicou na *Última Hora*:

“Ao ensejo do início de 1964, desejo ao povo fluminense, em especial a população de Cachoeiras de Macacu, um ano repleto de venturas.

Que os 365 dias do ano futuro decorram em um clima de tranquilidade dentro do qual se tornem realidade as reformas estruturais reclamadas por todos os brasileiros e reacenda em cada coração a chama do civismo, sem os quais difíceis se tornam as grandes conquistas democráticas.

Prefeito Ubirajara Muniz – prefeito de Cachoeiras de Macacu”<sup>256</sup>

## Capítulo 3 – Memórias silenciadas

### 3.1. “Prefeito apaga rastros de seu antecessor”<sup>257</sup>

Após o revés político imposto pelo golpe, o mês de abril, e os subsequentes, continuaram tensos. Em meados daquele mês, a tropa do major Rui Werneck de Castro, do 3º. Regimento de Infantaria, continuava aquartelada no centro da cidade. Outras tropas do Exército também estavam presentes no município, todas elas sob o comando do coronel Nei Constantino Gitsio. As terras da Fazenda São José e Agro-Brasil, principais focos das tensões sociais vividas no município, que já haviam sido desapropriadas pelo presidente João Goulart e das quais os posseiros receberam da fazenda Pública o reconhecimento de proprietários, foram ocupadas e interditas pelo Exército:

“Os soldados do Exército, com a colaboração de policiais do Estado e voluntários, vasculham diuturnamente, as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes Antônio Maria Porto, Enedir Gonçalves, Anésio Dias de Freitas, Alicídio Salvador e Antônio Jorge Xavier, além de outros líderes políticos considerados

<sup>256</sup> *Última Hora*, Niterói, 31 de dezembro de 1963, p. 2. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>257</sup> *Diário Carioca*, 30 de abril de 1964, pág. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

comunistas..”<sup>258</sup>

Apesar da detenção do ex-prefeito Ubirajara Muniz, de muitos ferroviários e lavradores, que foram conduzidos para a prisão do Estádio Caio Martins, em Niterói, a preocupação em localizar armas continuou presente e serviria, naquele momento, como uma prova efetiva do caráter subversivo da administração do prefeito Muniz e das ocupações das Fazendas São José e Agro-Brasil. No dia 15 de abril, um Auto de Busca e Apreensão determinado pelo Comando Geral do Exército foi realizado na residência do ex-chefe do poder executivo. Na diligência, estiveram o delegado José da Silva Franco e José Miguens, “em pleno exercício das funções de prefeito municipal”. A busca dava prioridade “a todo e qualquer material que fosse reconhecidamente subversivo utilizado por ele”. Segundo o documento, “foram apreendidos 65 balas de revólver intactas, sendo 57 de calibre 45 e 8 de calibre 44.”<sup>259</sup>

Mesmo tendo assumido as “funções de prefeito” da nova ordem política, a insegurança e a tensão também atingiu o executivo municipal. José Miguens (PSD) era pressionado pela UDN, pelas elites locais e pelos militares, a quem temia desagradar. A qualquer deslize, também poderia ser cassado pela Câmara. Intenção não faltou.<sup>260</sup> Por isso, em certo momento, afirmou que: “Tudo fará para se integrar cada vez mais na restauração da democracia desta pátria.”<sup>261</sup> Além da diligência policial, outras medidas foram tomadas por Miguens para se “integrar na restauração da democracia.” Uma das preocupações dele e da oposição udenista era apagar da memória da cidade as marcas deixadas pela administração do prefeito Ubirajara Muniz; mas, também banir as que iam muito além dela. Dessa forma, a interdição na cultura política que ia sendo construída pelos ferroviários e lavradores em Cachoeiras entre os anos 1950 e início dos anos 1960 não ocorreu somente através das cassações, prisões e torturas.

Uma das manchetes publicadas no dia 30 de abril de 1964 no *Diário Carioca* afirmou:

---

<sup>258</sup> Ver “Exército interdita terras em Cachoeiras”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1964, pág. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>259</sup> Auto de busca e apreensão. Delegacia de Polícia de Cachoeiras de Macacu. Arquivo: APERJ.

<sup>260</sup> Ver “Vereadores querem afastamento do prefeito José Miguens”, a acusação era de que “o mesmo tem sido um continuador político do ex-prefeito Ubirajara Muniz.” Para substituir José Miguens, indicavam o fazendeiro Arídio Torres, sobrinho do general Paulo Francisco Torres, governador do Estado do Rio de Janeiro; ou o coronel Nei Constantino Gitsio. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1964, p.9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>261</sup> Ata de reunião da Câmara Municipal, em 15 de maio de 1964. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

“Prefeito apaga rastros do seu antecessor: C.M.”<sup>262</sup> A pequena nota destacou os elogios feitos pela “população e por ferrenhos opositores” com a atitude tomada pelo prefeito José Miguens. O prefeito pessedista havia determinado a retirada de todas as propagandas políticas do seu “antecessor” dos prédios públicos, dos bancos e dos muros da cidade. As faixas também foram retiradas. O correspondente do *Diário Carioca* no município imiscuído na notícia, corroborou com o silêncio pretendido “por todos”, também não citou o nome do antecessor do prefeito José Miguens. Como já se sabe, o “antecessor” que não deveria ser lembrado era Ubirajara Muniz, cassado em ação “extra revolucionária” pela Câmara de Vereadores no início daquele mês de abril<sup>263</sup> em meio aos desdobramentos do golpe e a ocupação, “por ordem superior”, do município pelo 3º. Regimento de Infantaria do Exército, tropa composta por 40 militares comandada pelo major Ruy Alves Werneck.<sup>264</sup>

Durante o período em que Miguens foi prefeito, entre abril de 1964 e janeiro de 1966, foram construídas novas identidades para Cachoeiras e, concomitantemente, o “apagamento” de certas memórias e determinadas representações sobre o município que desagradavam a muitos. Sobre a relação entre cultura política e memória, Eliane Dutra “em consonância com o projeto analítico de (Serge) Berstein”, diz:

“Colocadas na encruzilhada das representações coletivas do passado, do presente e do futuro, as culturas políticas são também codificadas e transmitidas pela memória. Assim, a invenção dos lugares de memória; políticas de conservação do patrimônio; as culturas do museu e suas estratégias de utilidade; os ritos de comemoração e de inauguração, os jubileus; aos monumentos; as representações do passado na historiografia, na literatura e no cinema colocam-se, no nosso entender, no centro das problemáticas da criação, consolidação, difusão e cristalização das culturas políticas”<sup>265</sup>

A intervenção nos “lugares” de “difusão e cristalização” de uma determinada forma de entender o mundo e as memórias das lutas políticas conduzidas pelos trabalhadores e pelas esquerdas também era uma preocupação dos que foram vitoriosos com o golpe. Algumas iniciativas tomadas ora pelo prefeito José Miguens, ora pela Câmara de Vereadores, foram de

---

<sup>262</sup> Ibidem.

<sup>263</sup> Ata de cassação do prefeito Ubirajara Muniz.

<sup>264</sup> Boletim Interno, nº. 92, 25 de abril de 1964, 3º Regimento de Infantaria. Arquivo Histórico do Exército.

<sup>265</sup> Op. Cit. Págs. 25e 26.

encontro a necessidade de criar outras referências para uma nova identidade para Cachoeiras de Macacu que se pretendeu construir.

Dos “rituais de passagem” de uma situação política a outra, dois acontecimentos vivenciados naquela conjuntura foram emblemáticos: primeiro, a tentativa de mudar o nome do município; segundo, a posse do suplente Moacyr da Conceição (PTB) na Câmara de Vereadores. Conceição foi personagem símbolo da participação dos operários da Mecânica na política institucional.

Em 1960, um movimento liderado pelo médico Edmundo Rodrigues de Lima, que chegou a ser apreciado pela Câmara, reivindicou a mudança do nome do município de Cachoeiras de Macacu para Cascatas.<sup>266</sup> Com o intuito de “limpar<sup>267</sup>” um nome que envergonhava os “democratas”, nada melhor que a troca de denominação do município. Em requerimento, protocolado com o número 68, de 23 de setembro de 1964, o vereador Nicomedes Arruda (PTB) solicitou ao legislativo a alteração do nome do município de Cachoeiras de Macacu para Cascatas. A votação acabou empatada, o presidente da Câmara, Judismar Antunes de Castro (PSD), em voto de minerva, rejeitou o requerimento de Arruda. Ao justificar o voto contrário, disse o vereador Alexandre Moreira “que tem a honra de ser cachoeirense e agora não gostaria de ver mudado o nome de Cachoeiras de Macacu.”<sup>268</sup> Alguns meses antes, nas comemorações do 15 de maio, data de fundação do município, em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores, Moreira afirmou “que se sentia muito triste quando entrava em repartições do Rio ou em Niterói, e havia (sic): Cachoeiras de Macacu é a Cuba do Estado do Rio”.

“Agora”, com a intervenção militar nos conflitos sociais e políticos e a prisão dos “subversivos”, não foi nem mais necessário modificar o nome do município. Alexandre Moreira (PTB), “agora”, juntou-se aos udenistas e pessedistas na condenação a luta dos ferroviários e dos posseiros por mais participação política e na crítica ao governo do prefeito Ubirajara Muniz, do qual foi o líder na Câmara.

---

<sup>266</sup> Ver “Cachoeiras vai mudar para Cascatas”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1960, p.3. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>267</sup> “Apelando para a Câmara limpar o nome do município para a felicidade de todos e que não pode continuar com esta fama que infelizmente tem”. Declaração do ex-vereador udenista Sílvio Pereira da Silva em sessão da Câmara que escolheu, de forma indireta, Elpídio de Castro Maia para vice-prefeito de Cachoeiras. Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 22 de março de 1965. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>268</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 5 de outubro de 1964. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

A “metamorfose” política de Alexandre Moreira estendeu-se a Nicomedes Arruda (PTB), secretário de Muniz e ao suplente Moacyr da Conceição (PTB). Conceição foi eleito vereador em 1950 (suplente pelo PSD, depois ingressou no trabalhismo), 1954, 1958 e 1962 (suplente). Em 1954, exercendo o cargo de presidente da Câmara, protagonizou um episódio significativo já analisado no 1º. Capítulo, que mostrou a crescente participação dos trabalhadores no “campo da política”. Em 1964, após as cassações de José Laurindo, Alicídio Salvador e Anésio Dias de Freitas, suplentes do PTB, Moacyr da Conceição solicitou à Câmara a posse no cargo de vereador. Para assumir a vaga, foi exigido dele que apresentasse um atestado ideológico fornecido pelo DOPS. Aprovado no “teste” determinado pela polícia política, certamente mostrando fidelidade aos ideais “democráticos” da “Revolução” de 1964, foi integrado ao legislativo. Em uma das sessões logo após a posse, sobre a democracia, declarou que “a Revolução foi feita para consertar seus erros.”<sup>269</sup>

A destruição dos “rastros” da administração do ex-prefeito Ubirajara Muniz por José Miguens, a identificação do golpe como um “ritual de passagem”, contou, ainda, com as comemorações do 31 de março e do 15 de maio. Eventos que envolveram a Prefeitura e a Câmara de Vereadores. Nessas duas datas eram reafirmados os ideais da “Revolução Democrática” de 1964. O primeiro “15 de maio de 1964”, comemorado em sessão solene na Câmara de Vereadores, contou com a presença de José Miguens, do promotor Roberto Frederico Sanches, adversário ferrenho dos posseiros de São José, do ferroviário udenista Silvio Pereira da Silva, entre outros. Na ocasião, o vereador Adino Lota (UDN) declarou: “É comum darmos um presente a Cachoeiras e o presente, é salvaguardar a ordem e a democracia.”

Para personagens que encarnavam “a ordem e a democracia,” foram outorgados o título de “cidadão cachoeirense”, cerimônia que era realizada tradicionalmente em meio as comemorações da Semana da Pátria, mas que, com o golpe, passou a ser realizada também em 15 de Maio. O primeiro a receber a honraria, em 1965, foi o General Paulo Francisco Torres, governador do Estado do Rio.<sup>270</sup> No ano seguinte, em meio a decisão do governo federal em cessar o ramal que ligava Porto das Caixas a Cachoeiras, o título foi ofertado ao Coronel

---

<sup>269</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 9 de outubro de 1964. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

<sup>270</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 15 de maio de 1965. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

Paulo Nunes Leal, administrador da Estrada de Ferro da Leopoldina, entre outros.<sup>271</sup>

Em 31 de março de 1965, no primeiro aniversário da “Revolução Democrática,” por sugestão do Dr. Albino José da Silva, o prefeito José Miguens decretou feriado municipal. A comemoração continuou à noite, em sessão solene na Câmara, que foi interrompida, ironicamente, por falta de energia elétrica.<sup>272</sup> O segundo aniversário do golpe, contou apenas com uma breve sessão do legislativo.<sup>273</sup>

A cultura política, construída pelos trabalhadores em Cachoeiras de Macacu ao longo da década 1950 e no início dos anos 1960, sofreu um sistemático desmonte com a ditadura e com o governo Miguens, que promoveu a destruição dos “lugares de memória” relacionados a administração do prefeito Ubirajara Muniz. Essa política do “esquecimento” contou ainda com a apropriação e construção de um novo imaginário, que rompeu com o passado “de antagonismos”; afirmou, por outro lado, um presente e um futuro baseados “na ordem” e na “democracia”.

### **3.2. “Mas, era um prédio, tinha história”**

A iniciativa do prefeito José Miguez em tentar silenciar a memória do “antecessor” destruindo “os lugares de memória” do governo de Ubirajara Muniz foi desdobrada, posteriormente, nos governos do prefeito Rui Coelho Gomes (ARENA - 1967/1973) em outras estratégias mais contundentes, como a extinção da ferrovia, o “expurgo” dos ferroviários do município e com demolição do conjunto arquitetônico da Leopoldina. Tais medidas foram facilitadas pela situação política autoritária vivenciada pelo Brasil naquele momento. A possibilidade de desmonte da ferrovia não era, no entanto, novidade. Em 1961, o presidente Jânio Quadros acenou com a intenção de extinguir diversos trechos da ferrovia no

---

<sup>271</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 15 de maio de 1966. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

<sup>272</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 31 de março de 1965. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>273</sup> Ata de reunião da Câmara Vereadores, em 31 de março de 1966. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

Fig.5



Conjunto arquitetônico da Leopoldina no centro da cidade – Cachoeiras de Macacu.s/d.<sup>274</sup>

estado do Rio de Janeiro, mas a reação contrária, no caso de Cachoeiras, de toda a sociedade, a renúncia de J.Q e a posse do vice João Goulart na presidência da República, com amplo apoio dos ferroviários na Greve da Legalidade, engavetou a proposta. Os debates e repercussões sobre a extinção da ferrovia naquele momento serão discutidos mais adiante.

Em 1966, o governo federal retomou ao projeto de desativação de diversos ramais ferroviários no interior fluminense.<sup>275</sup> Naquele mesmo ano, em capa do *Correio da Manhã*, no canto de página, uma notícia declarou:

“Extinção

O sr. Geremias Fontes<sup>276</sup> encontrará hoje com o Ministro da Viação, Marechal Juarez Távora, e segunda-feira com o presidente da República para coordenar a extinção do ramal ferroviário da Leopoldina entre Niterói e Cachoeiras de Macacu, anunciada para 31 de dezembro, o que poderá acarretar um colapso na vida do município, desempregando 300

<sup>274</sup> [www.facebook.com/groups/313005898729069/?fref=ts](http://www.facebook.com/groups/313005898729069/?fref=ts).

<sup>275</sup> Decreto nº 58341, de 3 de maio de 1966. Arquivo: [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br).

<sup>276</sup> Geremias Fontes<sup>276</sup> foi governador do estado do Rio, indicado pelos militares, entre 1966/1971 (ARENA). Ver [WWW.alerj.rj.gov.br/memoria/historiagov88975/geremias-fontes.html](http://WWW.alerj.rj.gov.br/memoria/historiagov88975/geremias-fontes.html).

chefes de família e impossibilitando o escoamento da produção agrícola.”<sup>277</sup>

O fim do ramal da Leopoldina entre Niterói e Cachoeiras, de acordo com a reportagem, mobilizou o presidente da República, o governador do estado Rio e o ministro da Viação, deixando entender que as reuniões forma motivadas apenas pelas consequências econômicas da desativação da ferrovia no município; justamente, o principal argumento usado pelo governo federal para afirmar o desmonte dos ramais da Estrada de Ferro Leopoldina eram os prejuízos financeiros que eles acarretavam à RFFSA. Mas, de qualquer forma, as decisões, mesmo motivadas pela economia, são, em última instância, decisões políticas.

A ferrovia acabou não sendo desativada em 1966, o processo, no entanto, estendeu-se até 1971, não sem contar com a resistência de muitos ferroviários e de alguns vereadores; custou um sofrimento intenso a inúmeras famílias. Em 20 de outubro de 1971, o vereador Hugo Pinto Garcia (MDB) “dá crédito de confiança ao governador Raimundo Padilha em relação aos problemas das famílias ferroviárias e que o governador mandou à Cachoeiras, duas assistentes sociais, para em caráter urgente, fazer sindicância do assunto em questão.”<sup>278</sup> Alguns meses antes, em 15 de maio de 1971, o mesmo vereador já alertava sobre “a situação que o município vai enfrentar com a extinção do ramal ferroviário e das oficinas, inclusive com a transferência da família ferroviária, o município será levado a um verdadeiro caos social.”<sup>279</sup>

Mas, não foi suficiente desativar o ramal e extinguir a classe ferroviária em Cachoeiras, foram além: demoliram todos os prédios relacionados ao cotidiano ferroviário localizados na área central da cidade; os escombros ficaram expostos por vários anos. Por vários anos, nada foi construído no local. Talvez, todo esse processo seja explicado pela “coordenação da extinção do ramal ferroviário” ter sido realizada por três importantes autoridades políticas da ditadura brasileira.

A extinção da classe ferroviária em Cachoeiras acabou atingindo a sede do Sindicato, localizado em outro extremo da cidade, que foi vendida e demolida; colocou um ponto final ao registro material da presença ferroviária no centro do município.

---

<sup>277</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1966. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>278</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 20 de outubro de 1971. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

<sup>279</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 15 de maio de 1971. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeiras de Macacu.

Assim, as recordações e memórias relacionadas aos ferroviários não se expressaram mais no espaço público; não houve mais lugar para a “ancoragem” das memórias ferroviárias, que acabaram confinadas e expressas apenas no âmbito privado, familiar. As “memórias” transformaram-se em “subterrâneas” não pela imposição de uma outra memória oficial ou de uma maioria sobre “grupos minoritários,”<sup>280</sup> mas pelo esquecimento público construído pela destruição dos “lugares de memória” dos ferroviários.

Em depoimento recente, o advogado Manuel da Silva, ex-vereador e ex-prefeito eleito pela ARENA, que governou o município entre 1977 e 1983, ao abordar a extinção do ramal ferroviário e a demolição dos prédios da Leopoldina em Cachoeiras de Macacu, afirmou:

“Tem lugar no Brasil que o ramal estava deficitário e aqui também o ramal devia está deficitário. Alguma coisa poderia ser preservada, né isso ? Mas, não fizeram isso não. Foi muita coisa preservada, que aqui também podia ter preservado, pelo menos o Liceu, ele estava meio fora de esquadro naquele centro ali, mas era um prédio, tinha uma história. A estação podia ter preservado porque tudo aquilo me pareceu a mim, isso é minha opinião, hein ? Não sei se tem. Mas, oh, na minha opinião, aquilo foi mais uma perseguição em cima dos sindicalistas, aquela coisa aí, né ? De ferroviários que eram revoltosos.”<sup>281</sup>

O ex-prefeito Manoel da Silva não fez nenhuma observação crítica a respeito do fim do ramal ferroviário, nem teceu nenhum comentário sobre o intenso sofrimento causado ao povo de Cachoeiras pelo fim da ferrovia. Mas apresentou duas justificativas para extinção do tráfego ferroviário e para a demolição dos prédios da Leopoldina: o déficit econômico do ramal e a perseguição aos ferroviários, que “eram sindicalistas e revoltosos”. No decorrer do depoimento, no entanto, Manoel da Silva justificou de outra forma a extinção do ramal ferroviário: “Até onde era Leopoldina, era da fazenda, a fazenda fez um contrato ali”. “Com Martinez ?” ( Perguntou um dos entrevistadores, Alcelino Souza e Silva).

E Manoel da Silva continuou:

“É, antes do Martinez mesmo; o dono da fazenda anterior fez um contrato e cedeu aquela área toda para a Leopoldina de comodato. Com cem anos o comodato acaba. E esse empréstimo por comodato foi feito por 100 anos. E, por incrível que pareça, quando estava

---

<sup>280</sup> Op.cit. p. 3.

<sup>281</sup> Depoimento de Manoel da Silva à Alcelino Souza e Silva, Jorge Costa e Wellington Lyra – Projeto Memórias, em 21 de maio de 2013.

completando 100 anos, em 1968, foi quando também acabou. Então, acabou porque completou 100 anos. Aí que veio os herdeiros de Martinez e pegaram a área e lotearam a área.<sup>282</sup>

Neste terceiro argumento, o contrato de comodato feito entre a Leopoldina que, na segunda metade do século XIX era Estrada de Ferro Cantagalo, obrigava a devolução do terreno após 100 anos de uso aos herdeiros da família Martinez.

Dois, dos três argumentos usados pelo ex-prefeito para explicar o fim do ramal não apareciam nos discursos oficiais, nem na imprensa. Um, foi o que apresentou a postura política dos ferroviários e o outro, é o argumento jurídico do comodato.

O discurso oficial era de que o déficit econômico do ramal justificava sua desativação; discurso que era repetido exaustivamente pelas autoridades responsáveis pelos destinos da RFFSA. Em Cachoeiras, este discurso da deficiência econômica também esteve presente na primeira tentativa de extinção do ramal, em 1961. Mesmo os defensores da permanência da ferrovia, como as lideranças ferroviárias em 1961 e os vereadores que lutaram contra a desativação no final dos anos 60 e início dos anos 70, reconheceram os sérios problemas apresentados pela Leopoldina, mas afirmaram que uma boa gestão administrativa e mais investimentos resolveriam, em grande parte, os problemas apresentados pelos diversos ramais da Leopoldina. No entanto, não foi o discurso do déficit, nem da perseguição política que prevaleceu; foi o argumento jurídico do comodato, da devolução compulsória e contratual que se impôs, fixou e permaneceu na lembrança de muitos moradores.

O principal expoente da família Martinez foi o imigrante espanhol Manuel Diz Martinez, proprietário de uma fazenda que ocupava as áreas centrais da cidade. Ele doou vários terrenos à Prefeitura e ao governo do estado para a construção de prédios públicos. A tradição da família de fazer doação de terras para a construção de benfeitorias sociais começou com um antepassado dos Martinez que fez a doação do terreno, por comodato, para a Estrada de Ferro Cantagalo, no ano de 1868, valendo por 100 anos. Logo, em 1968, a Leopoldina, sucessora da Estrada de Ferro Cantagalo, começou a ser desativada para cumprir o contrato e o terreno, ser devolvido aos Martinez. Foi este argumento que justificou o fim do ramal e, ao mesmo tempo, a destruição de todos os prédios da Leopoldina.

Um argumento com inúmeros problemas para ser consistente, mas que, em algum

---

<sup>282</sup> Ibidem.

momento do final dos anos 1960 e no início dos anos 1970, se impôs. Foi a justificativa usada em um momento em que as tensões sociais e políticas ficaram mais evidentes por conta do fim da ferrovia e pelas demolições feitas; provavelmente, fosse o discurso mais adequado ao “imaginário social” para justificar a extinção da Leopoldina. De qualquer forma, foi um discurso em que a devolução do terreno se impôs como inevitável, era a lei. No entanto, em um comício “indireto” realizado em 1976, que será analisado mais adiante, o prefeito Rui Coelho Gomes (ARENA) anunciou a compra do terreno da Leopoldina, da Rede Ferroviária Federal, pela Prefeitura; em nenhum momento foi mencionado a devolução das terras à família Martinez.

Entre os dois discursos, o do déficit econômico e do comodato, esteve o discurso político da punição aos “revoltosos” ferroviários. Uma justificativa que não figurou na memória pública. Na apresentação dos três argumentos que explicaram a desativação da Leopoldina, Manuel da Silva ora foi taxativo, como na obrigação da Leopoldina em devolver o terreno aos Martinez, afinal não se pode “argumentar” com a lei; ora mostrou-se inseguro ao falar do déficit econômico e, principalmente, sobre a possibilidade de punição política aos ferroviários, destacou que era “apenas uma opinião”. Mas, uma opinião “autorizada”, que conheceu os bastidores da política municipal e que representou os interesses da ARENA como vereador, presidente da Câmara e prefeito; além de Rui Coelho Gomes, foi o único prefeito arenista. Mas, hoje, lamenta a destruição dos prédios da Leopoldina, “eram prédios que tinham história”.

A Escola Primária 28 de Fevereiro (também chamada de Liceu dos Operários de Cachoeiras) e o Sindicato dos Ferroviários, “prédios que tinham história”, na expressão de Manuel da Silva, foram os últimos a serem demolidos. Mas, sobre o “lixo” deixado com a demolições mereceu, no início dos anos 70, uma notícia do *Diário de Notícias*:

“O futuro governador Faria Lima receberá nas próximas horas, memorial contendo reivindicações do interesse de Cachoeiras de Macacu. [...] Pedirá, também providências sobre o monturo deixado pela Leopoldina após a demolição das oficinas e da estação no município, prejudicando a estética de Cachoeiras de Macacu, além do aparecimento de cobras e ratos.”<sup>283</sup>

---

<sup>283</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1975, pág.6. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Dessa forma, os prédios foram transformados em “monturo,”<sup>284</sup> mas restou, até 1974, a Escola Primária 28 de Fevereiro. Fundada em 1909, mas inaugurada em 1910 com a presença do presidente da República Nilo Peçanha.<sup>285</sup> A escola foi destinada exclusivamente aos filhos e apadrinhados dos ferroviários. Havia a preocupação da administração inglesa da Leopoldina Railway em escolarizar seus operários e familiares.

Desde o final dos anos 1960, a Prefeitura administrava a escola, embora ela ainda fizesse parte da RFFSA. Era o poder público municipal que nomeava, através de apadrinhamento político, e pagava os novos professores. A mudança na forma de ingresso de novos professores foi acompanhada também por transformações no acesso a escola de alunos de outros segmentos sociais. Se era regra da escola só aceitar a matrícula de alunos que tivessem grau de parentesco ou de apadrinhamento com ferroviários, com o processo de extinção da ferrovia e com a transferência dos ferroviários e familiares para outros municípios do interior fluminenses, foram aceitos alunos oriundos de outras classes sociais, como filhos de fazendeiros, funcionários públicos, comerciantes e do próprio prefeito Rui Coelho Gomes. A classe média, a elite econômica e política matricularam seus filhos na escola pela fama da qualidade do ensino nela ministrado. Uma escola para operários que foi desejada pela elite local e que, em certo período de sua história, além das tradicionais disciplinas obrigatórias, ministrou aula de música, formou músicos que passaram a compor a banda do colégio e da Sociedade Musical 10 de Outubro, banda formada majoritariamente por ferroviários. A Escola Primária 28 de Fevereiro chegou a ter, em suas dependências, um piano; instrumento musical que só era encontrado na residência de poucas famílias tradicionais da cidade.

Verificou-se, assim, com a matrícula de novos alunos de outras origens sociais, mais “um deslocamento” do lugar ferroviário. Mas, em 1974, o *Diário de Notícias* publicou:

“Escola pública cessa atividades em Cachoeiras de Macacu

O Grupo Escolar (sic) 28 de Fevereiro, em Cachoeiras de Macacu, encerrará suas atividades após mais de sessenta anos de funcionamento. O primeiro estabelecimento de ensino do município recebeu, em 1928, a visita do presidente Washington Luís, e serviu a diversas gerações. A Estrada de Ferro Leopoldina, que mantinha o educandário determinou o

<sup>284</sup> “Monte de lixo, esterco ou coisas velhas descartáveis.” BORBA, Francisco S. (Org.) Dicionário UNESP do Português Contemporâneo. São Paulo, Editora Piá, 2012.

<sup>285</sup> Ata de inauguração do Lyceu Instrutivo e Recreativo 28 de Fevereiro, em 30 de junho de 1910. Arquivo: Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu.

cancelamento de novas matrículas [...]. Diversas famílias procuraram o prefeito Rui Coelho Gomes solicitando sua interferência junto à ferrovia a fim de que mais de quinhentas crianças não fiquem sem estudar. Comissão de senhoras pediu audiência a diretoria da Estrada para relatar seu drama.

Sua ampliação se torna difícil para 1975, porque o prédio precisa de obras bem amplas.”<sup>286</sup>

Por determinação da RFFSA, em 1974, todas as escolas mantidas pela Empresa não renovaram a matrícula para o ano letivo de 1975.<sup>287</sup> Naquele ano, mesmo com o apelo dos pais, a escola foi fechada e os alunos transferidos e distribuídos para outros prédios públicos, embora o Estado, através do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Estadual de Educação, em convênio com RFFSA, fosse “dar continuidade as atividades das referidas escolas (de São Gonçalo e de Cachoeiras) da Rede.”<sup>288</sup> E, provavelmente, mantivesse a escola funcionando no mesmo prédio. Em 1976, a escola acabou encampada pela Prefeitura para servir aos propósitos políticos do prefeito Rui Coelho Gomes e transferida para um local improvisado, o “Clube dos Caçadores”, clube social fundado e frequentado por ferroviários, que já havia sido desapropriado pela Prefeitura em 19 de setembro de 1974;<sup>289</sup> configurou-se, dessa forma, mais uma interferência do poder público na identidade e na memória ferroviária.

A escola foi transferida mantendo o mesmo nome de origem, mas, em 1978 passou a ser denominada Centro Educacional Alberto Monteiro Barbosa. Alberto Monteiro Barbosa, já falecido à época da homenagem, era cunhado do prefeito Rui Coelho Gomes. Quanto ao antigo prédio da Escola Primária 28 de Fevereiro, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº 16, teve o mesmo destino dos outros prédios da Leopoldina. Foi demolido.

Mesmo longe do centro, bem distante do conjunto arquitetônico da Leopoldina, a sede do Sindicato dos Ferroviários, de propriedade dos ferroviários, teve o mesmo destino dos demais: a demolição. O terreno e a sede foram compradas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias em 1945,<sup>290</sup> possuía 2.560 m<sup>2</sup>. No Sindicato, eram realizadas as assembleias dos ferroviários e estava instalada a Associação de Lavradores de Cachoeiras de

---

<sup>286</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1974, pág. 10. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>287</sup> *Idem*.

<sup>288</sup> Ofício encaminhado à Escola Primária 28 de Fevereiro, em 27 de fevereiro de 1975, pela Secretaria Estadual de Educação. Arquivo: Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu.

<sup>289</sup> Decreto-lei, de 10 de novembro de 1974. Arquivo: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu.

<sup>290</sup> Certidão de Registro de Imóveis, em 10 de novembro de 1945. Arquivo: Cartório do 1º Ofício – Cachoeiras de Macacu.

Macacu (e depois de 1962, o Sindicato dos Lavradores e Pequenos Produtores Autônomos) onde, aos domingos, os camponeses costumavam-se reunir para discutir suas demandas. O Sindicato, também abrigou uma escola, o Instituto Anacleto de Queirós. No desmonte da memória ferroviária, a escola também teve o nome alterado, passou a ser denominada Colégio Barão de Mauá. Em abril de 1964, a sede do Sindicato foi ocupada pelo 3º. Regimento de Infantaria do Exército. Segundo uma determinada memória que permaneceu<sup>291</sup> sobre o episódio, afirmou que, chegando ao Sindicato, o major Ruy Alves Werneck encontrou uma mesa forrada com a bandeira nacional e, sobre ela, várias garrafas de bebida. Um episódio, real ou inventado, que narrado por um militar naquelas circunstâncias, serviu para desqualificar os ferroviários e os posseiros de São José por banalizarem e vilipendiarem a pátria, assim como faziam com suas ações políticas “subversivas”.

Em 1978, o terreno, com a casa em que funcionou o Sindicato e o Instituto Anacleto de Queirós, o Barão de Mauá, foi vendido, aparentemente pelo próprio Sindicato, e comprado por Mário Assaf, Miguel Haroldo Guida e Nei Souza e Silva.<sup>292</sup> Pouco tempo depois, quando a sede do Sindicato dos Ferroviários e o Instituto Anacleto de Queirós já haviam sido demolidos, 2/3 do terreno foi novamente vendido e, no lugar, construído um supermercado. Mais uma vitória simbólica dos conservadores.

### **3.3. O “Comício de Gabinete:” o silêncio da memória ferroviária e o apogeu conservador**

“A maior festividade já ocorrida na cidade.”<sup>293</sup> Assim se referiu o prefeito Rui Coelho Gomes, da ARENA, para qualificar a cerimônia realizada no início de novembro de 1976 em seu gabinete, no paço municipal. Presentes a ela estiveram os deputados Alberto Torres, líder do governo Raimundo Padilha (1971-1975) na Alerj quando da extinção do ramal ferroviário, e Luís Brás (ARENA). Todos os vereadores arenistas e os candidatos do partido na eleição que se aproximava; além do juiz, do delegado do Trabalho, dos inspetores e professores da Secretaria Estadual de Educação, do padre Agostinho e do pastor Iraci. “O Comício de

---

<sup>291</sup> Depoimento do Dr. Manuel da Silva para o Projeto Memórias também relatou a história.

<sup>292</sup> Certidão de Registro de Imóveis, em 22 de maio de 1978. Arquivo: Cartório do 1º Ofício – Cachoeiras de Macacu

<sup>293</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1976, pág. 14. Arquivo: *O Globo* - Acervo Online.

Gabinete” foi transmitido para a Praça Manuel Diz Martinez, que ficava a poucos metros da prefeitura, através de um serviço de alto falante, instalado para a ocasião pelo Serviço de Turismo e Divulgação. Dele, os que lá se encontravam, ouviram um longo discurso dos deputados, destacando “as benfeitorias realizadas por eles em prol do município nos últimos anos.” Do prefeito, a assinatura de um convênio entre a prefeitura e a Coderte destinado à construção de um terminal rodoviário; para isso, anunciou a compra do terreno de oito mil metros quadrados, onde havia funcionado a Leopoldina, adquirido da Rede Ferroviária Federal por CR\$ 1,4 milhões e que seriam pagos em 12 parcelas mensais. Ouviram, ainda, pedidos de voto para os candidatos da ARENA no dia “15 de maio”. Disse *O Globo*: “lembrando as eleições do próximo dia 15 (durante o seu discurso, o prefeito enganou-se de data, por três vezes, conclamando os eleitores locais a votarem nos candidatos da ARENA no dia “15 de Maio”. E, esquecendo também que não era candidato a prefeito, falou como se pedisse voto para si, continuou: “Todos os candidatos são iguais, mas só aqueles que permanecem longo tempo no cargo, como eu (ele é prefeito há oito anos), têm a experiência necessária para dar o desenvolvimento e os benefícios de que a cidade necessita.”

Rui Coelho Gomes, o prefeito do “Comício de Gabinete”, foi eleito para o cargo majoritário por três vezes, em 1966, 1972, 1982 (só foi eleito enquanto durou a ditadura). Oriundo da Associação dos Bananicultores e membro da Associação Comercial de Cachoeiras, possuía relações familiares como o coronel reformado do Exército Nei Constantino Gitsio, o comandante da intervenção do Exército em Cachoeiras no imediato pós-64.<sup>294</sup> Nos embates políticos anteriores ao golpe, Rui Coelho Gomes não tinha nenhuma visibilidade como oposição aos trabalhistas e aos comunistas; nem exerceu nenhum cargo público até ser eleito para o executivo em 1966. Depois dessa eleição, passou a ser o protagonista do conservadorismo no município, substituindo os tradicionais líderes da direita, como Elpídio de Castro Maia, Sílvio Pereira da Silva, Nilo Torres, Adino Lota e Fernando de Queirós Teixeira. Em 1969, declarou que iria deixar a política por ter tido com ela “uma nefasta experiência,”<sup>295</sup> no entanto, nas eleições de 1972, apresentou-se novamente com candidato a prefeito. Foi eleito. Naquela eleição, a ARENA obteve 91%

---

<sup>294</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1964, p. 9. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>295</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de abril 1969, pág. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

dos 9.953 dos votos contabilizados como válidos.<sup>296</sup> Mas, Coelho Gomes teve a diplomação e a posse adiadas “sinie die” por ter sido acusado pela “Promotoria Pública de estar incurso em crime de responsabilidade, por atos que teria praticado quando exerceu a chefia do Executivo do município de 1967/1971.”<sup>297</sup> O diretório regional da ARENA afirmou ao *Correio da Manhã* que entraria no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) com pedido de habeas corpus preventivo para que Gomes fosse empossado.<sup>298</sup> De fato, de 1973 ao início de 1977, ele exerceu o cargo de prefeito. Anos depois, em 1992, em outra campanha eleitoral em que concorreu novamente ao executivo, Rui Coelho Gomes, sucinto e omitindo os detalhes, afirmou: “Quando começamos a vida pública, conseguimos, graças a Deus, acabar com o radicalismo político em Cachoeiras.”<sup>299</sup>

Mas, retornando ao “Comício de Gabinete”, realizado às vésperas do pleito de 1976, o prefeito, como já foi observado, confundiu a data das eleições de 15 de novembro com a data da fundação do município, o dia 15 de maio. O que não foi um ato fortuito; até porque o “erro” foi cometido por três vezes. Comemorada desde 1954 com feriado,<sup>300</sup> a data de origem do município foi ressignificada após a implantação da ditadura. Durante a administração do prefeito José Miguens, o 15 de Maio passou, como já foi analisado, a marcar uma ruptura com o passado e significar uma nova origem, um recomeço sem dissensões, “sem radicalismo político”, sem oposição.

O feriado, declarado desde os tempos iniciais da comemoração do 15 de Maio, não se estendeu aos anos 1960; provavelmente, porque o “Sete de Setembro” tivesse muito mais importância nas comemorações cívicas. O desejo de transformar novamente a data em feriado foi feito através da Deliberação nº 410, de 13 de maio de 1968, que autorizava o chefe do executivo a decretar feriado municipal no dia 15 de maio daquele ano; no entanto, a deliberação foi considerado inconstitucional de acordo com o Decreto nº 86, Art. 11, de 27 de dezembro de 1966.<sup>301</sup>

---

<sup>296</sup> Ibidem.

<sup>297</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1972. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>298</sup> Idem.

<sup>299</sup> *Cachoeiras Jornal*, Cachoeiras de Macacu, 2 de outubro de 1992. Arquivo pessoal da autora.

<sup>300</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1954, p.9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>301</sup> Justificado pelos “reflexos da paralisação do trabalho sobre a economia e as finanças do país”, o Art.11º. determinava que os feriados civis só poderiam ser determinados por lei federal. [www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-86-27-dezembro-1966-376043-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-86-27-dezembro-1966-376043-publicacaooriginal-1-pe.html).

Durante o governo do prefeito José Miguens, ao tradicional desfile escolar, ele mesmo um “ritual da ordem”, foi associado às comemorações a cerimônia da outorga do “título de cidadão cachoeirense”. No primeiro governo de Rui Coelho Gomes (1967/1971), outras simbologias e rituais foram criados e agregados a data de origem do município. A festividade passou a ser acompanhada pela execução do hino e o hasteamento da bandeira municipal. Emblemas que foram elaborados pelos generais do Exército Mário Barreto França (o hino) e Alberto Lima (o brasão e a bandeira). Sobre o assunto, afirmou o *Correio da Manhã*:

“Cachoeiras já tem seus símbolos

O prefeito de Cachoeiras de Macacu, o Sr. Rui Coelho Gomes, sancionou deliberação da Câmara de Vereadores instituindo os símbolos da municipalidade, representado pelo Brasão das Armas, Bandeira e Hino do Município, sendo que o brasão e a bandeira foram elaborados pelo heraldista general Alberto Lima.”<sup>302</sup>

Para Eric Hobsbawm, “tradição inventada “é um conjunto de práticas [...] de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica [...] continuidade em relação ao passado histórico apropriado.”<sup>303</sup>

As “novas tradições” criadas em torno do 15 de Maio, tanto no governo Miguens quanto no governo de Coelho Gomes, apontavam para valores relacionados a ordem, a hierarquia; e o cidadão que encarnou estes novos valores foi o general Paulo Torres, o primeiro a receber a comenda em 15 de Maio. Por outro lado, o brasão destacou um “passado histórico apropriado”. Nele, foram pontuados a simbologias cristã e a simbologia do estado monárquico português; duas data, acentuadas: 1567 e 1929. 1567, início da colonização portuguesa no Recôncavo da Guanabara e 1929, elevação de Cachoeiras à categoria de cidade.

Neste contexto, foi significativa a aproximação da Prefeitura com os militares.<sup>304</sup> Foram eles que elaboraram a nova simbologia para o município e referenciados com título da cidadania cachoeirense. Castelo Branco também foi homenageado, foi dele o nome escolhido para nomear uma rua no antigo leito ferroviário no Bairro Valério e nomear o novo paço

<sup>302</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1969, pág.7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>303</sup> HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*, p.9. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002, p. 9.

<sup>304</sup> Até a primeira metade dos anos 1970, a presença dos militares do Exército era constante no município prestaram assistência social, prestigiaram a posse de prefeitos, fizeram treinamento militar, além da reprimir os lavradores de Papucaia, Quizanga e do Vechhi.

municipal;<sup>305</sup> nele, um busto do general foi inaugurado no hall de entrada. A data magna da ditadura, 31 de março, foi comemorado com ponto facultativo decretado por José Miguens, em 1965 e por Rui Coelho Gomes, em 1969.

Durante o “Comício de Gabinete”, não foi conveniente lembrar na “maior festividade já ocorrida no município” que, naquele espaço vazio de oito mil metros quadrados, lugar destituído de memória, desgarrado do passado, reuniu, em mais de um século, entre 1860 e 1971, um conjunto arquitetônico - formado pela estação ferroviária, pelas oficinas, pela Escola Primária 28 de Fevereiro (o Liceu), pelo SENAI, pelo escritório da Leopoldina; um ambulatório médico e a Sucata<sup>306</sup> - instalado no coração da cidade, foi o principal espaço de sociabilidade, de construção de identidade – individuais e coletiva. Também o tempo, neste pequeno espaço urbano, era marcado, distribuído e ditado em suas funções pelo apito da Leopoldina. O som de um prolongado e doloroso apito, dizem, anunciou seu próprio fim com o total encerramento das atividades da Rede Ferroviária Federal, em Cachoeiras, em 1971.

O processo que culminou com o apito derradeiro também foi longo e doloroso. O argumento usado pelo governo federal para justificar a desativação dos ramais ferroviários no interior fluminense era de ineficiência econômica, como já foi abordado anteriormente. Mas, se em outros municípios ainda restam lembranças da “época do trem,” mesmo em áreas centrais do espaço urbano, em Cachoeiras de Macacu isso não ocorreu, não há nenhum “lugar de memória” para lembrar da Leopoldina; o que restava, em 1976, era apenas um terreno com 8 mil metros quadrados valendo CR\$ 1, 4 milhões. Um pedaço de terra como outro qualquer; ainda com o lixo deixado pelas demolições. As “razões políticas” determinaram a falta de “vontade de memória”.

A possibilidade de extinção da ferrovia em Cachoeiras de Macacu foi anunciada pela primeira vez em junho de 1961 quando o presidente Jânio Quadros afirmou o interesse do governo federal em erradicar diversos trechos ferroviários no interior do estado do Rio, entre os quais o que ligava Cachoeiras a Porto das Caixas e transferir, também, as oficinas para Caxias ou Itaboraí. A notícia causou forte impacto não só entre os ferroviários, mas a outros

---

<sup>305</sup> Projeto de Deliberação nº. 165/70- visou criar denominação de Paço Municipal Presidente Castelo Branco, o novo edifício sede da Prefeitura. Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 3 de julho de 1970. O Projeto foi aprovado por unanimidade. Ata da Câmara de Vereadores, em 13 de julho de 1970. Arquivo: Câmara de Vereadores de Cachoeira de Macacu (RJ).

<sup>306</sup> local em que residiram, em moradias improvisadas, os ferroviários que recebiam os salários mais baixos e exerciam os serviços mais precários da Leopoldina.

segmentos sociais. Essa angústia coletiva chegou a ser exposta no *Diário Carioca*<sup>307</sup> que, no final de página, na secção “*Diário Carioca* no Estado,” afirmou: “Extinção da ferrovia destruirá uma cidade.” A reportagem, dividida em vários subtítulos: “Problema social”, “Colapso do comércio”, “Retrocesso de 100 anos” e “Leopoldina é culpada,” destacava os problemas sociais que iriam ocorrer, como desemprego e até a “qualidade de Cachoeiras como município” porque a cidade dependia dos impostos provenientes do comércio. Os impostos arrecadados através da agricultura eram insignificantes, embora o município fosse o 2º. maior produtor de bananas do Brasil e tivesse produção destacada em outros produtos agrícolas. Desta forma, o comércio dependia dos ferroviários, que gastavam nele cerca de CR\$ 9 milhões; o município, por sua vez, dependia dos impostos oriundos do comércio. O líder petebista Ubirajara Muniz, ouvido pelo *Diário*, apontava “um retrocesso de 100 anos” caso ocorresse a extinção do ramal. Por sua vez, os líderes ferroviários Enedir Gonçalves e Antonio Maria Porto acusaram a Leopoldina como única responsável pela precariedade do transporte de passageiros e de cargas, pelas condições de insalubridade em que funcionavam as oficinas, com máquinas antigas e obsoletas. Todos os líderes, dos ferroviários, dos comerciantes, dos partidos políticos, da lavoura e da indústria, eram unânimes em condenar o fim do ramal e em responsabilizar a própria Leopoldina pelo déficit apresentado.

Entre 1961 e 1971, o consenso entre as diferentes classes sociais e os diferentes matizes políticos e ideológicos em torno da importância da Leopoldina para a economia do município foi perdendo força. No intervalo de dez anos, rupturas, transformações e algumas continuidades marcaram a política local, também ela uma reflexo das condições apresentadas pela conjuntura nacional.

No primeiro momento, no início dos anos 1960, foi marcante a participação dos ferroviários e dos lavradores no campo da política, antes exclusividade da classe média e dos proprietários de terra. Os trabalhadores lutaram por uma pauta de direitos, com reivindicações que ia deste a melhoria na oferta de energia elétrica a posse das terras das Fazendas São José da Boa Morte e Agro -Brasil. No segundo momento - intermediado por 1964, ano de ruptura com a experiência democrática - os acirramentos políticos e os problemas sociais relacionados ao fim da ferrovia e a disputa pela terra permaneceram e estenderam-se para

---

<sup>307</sup> Ver *Diário Carioca*, 10 de agosto de 1961, p.5. A mesma notícia já havia sido publicada na Última Hora com o título: “Lavoura de seis municípios será sufocada com extinção de ramais”. Última Hora, 27 de junho de 196, p. 2. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

além de São José e Agro-Brasil, áreas já interditadas pelo Exército, apesar de toda repressão aos movimentos sociais e as tentativas de construir uma nova identidade para o município. Em 1966, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), com o objetivo de “formar conjuntos rurais,” desapropriou três fazendas nas localidades do Vechhi e da Quizanga. Segundo denúncia publicada no *Diário Carioca*<sup>308</sup>, os antigos moradores das fazendas desapropriadas, no total de 2.500 lavradores, foram expulsos das terras após mandato de reintegração de posse, por um general e 200 soldados da PM. Neste despejo, como era tradicional na região, as casas dos lavradores foram incendiadas. Ainda segundo a imprensa carioca: “O IBRA está despejando com requintes de violência e desumanidade. Mulheres dão a luz na rua, velhos enlouquecem, crianças passam fome. Um sacerdote que tomou a defesa dos infelizes foi preso. Para o IBRA isso se chama reforma agrária.”<sup>309</sup> Desfecho diferente teve outro conflito, que envolveu posseiros e o proprietário da Fazenda Lagoinha. Ao serem comunicados de que deveriam deixar a propriedade, reagiram de forma violenta: armaram uma emboscada e assassinaram o engenheiro Edmundo Janot e o empregado Leôncio Martins Ribeiro.<sup>310</sup> Presos, os posseiros de Lagoinhas foram considerados guerrilheiros,<sup>311</sup> transferidos para DOPS e para a Polícia Militar, em Niterói. Na época do julgamento, em 1971, a acusação de que o assassinato de Janot foi motivado por questões políticas não era mais destacado e os 24 indiciados passaram a ser denominados, pelo menos no *Diário de Notícias*, de “linchadores”.<sup>312</sup> Paralelamente, no final dos anos 1960, um outro conflito também chamou a atenção da polícia política e das Forças Armadas. O padre Gérson da Conceição e alguns lavradores foram acusados de terem ligação com o grupo guerrilheiro VAR-Palmare. Também foram presos e torturados.<sup>313</sup> Naquele período, o camponês Sebastião Gomes foi chacinado por um comando paramilitar em Papucaia. Nas eleições municipais realizadas em 1970, uma surpresa para muitos. A votação expressiva no candidato do MDB Ary Coelho de

<sup>308</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1966. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>309</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1966, pág.15. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>310</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1969, pág. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>311</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1969, pág. 16. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>312</sup> “Linchadores da Lagoinha no banco dos réus” era uma das manchetes de capa; a matéria foi aprofundada em “Linchadores julgados em Macacu” na parte interna do periódico. *Diário Carioca*, 1º de maio de 1971, pág. 12. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>313</sup> SANTA CRUZ, Rosalina de. Rosalina de Santa Cruz (depoimento, 2002). Rio de Janeiro, CPDOC/Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002.

Freitas.<sup>314</sup> Oriundo do PSD, Ary Coelho foi por várias eleições, desde 1950, candidato a prefeito, nunca, porém, conseguiu ser eleito. Dessa forma, a votação expressiva no MDB mostrou a insatisfação dos eleitores com a extinção (gradual) do ramal ferroviário da Leopoldina, com a profunda **crise** que se avizinhava e que já era vivida na área rural.

Dessa forma, o consenso nos discursos feitos em 1961 na defesa da permanência da Leopoldina como peça fundamental para a própria existência econômica do município foi perdendo força entre os políticos conservadores e as classes proprietárias. Mesmo no campo conservador, na Câmara de Vereadores, a notícia da desativação do ramal produziu duas posições antagônicas. Adino Lota (ex-UDN), presidente do legislativo e “professor ferroviário,” enviou telegrama ao presidente Castelo Branco e ao ministro da Viação, Juarez Távora, solicitando que reexaminassem a determinação pelo fim do ramal entre Porto das Caixas e Cachoeiras; por sua vez, o vereador Judismar Antunes de Castro (ex-UDN) parabenizou o presidente Castelo Branco e Juarez Távora, e outras autoridades, pela desativação do ramal.<sup>315</sup>

Para muitos, como Judismar Antunes de Castro, não havia dúvida: para firmar um projeto conservador, era necessário a extinção da Leopoldina no município. Logo nas eleições de 1972, com o fim da classe ferroviária e a “mão de ferro” sobre os trabalhadores rurais, ocorreu o revés conservador: a ARENA retornou ao executivo com Rui Coelho Gomes e, na Câmara de Vereadores, elegeu 10 dos 9 vereadores. De forma emblemática, o único vereador do MDB, Oswaldo Busquet,<sup>316</sup> foi também o último vereador ferroviário.

Na metade dos anos 1970, Cachoeiras de Macacu vivenciou um profundo esvaziamento econômico, onde só 10% da mão-de-obra trabalhava no município.<sup>317</sup> Outros problemas sociais - como crianças abandonadas e o deslocamento de várias famílias, de origem ferroviária ou não, que deixaram o município em busca de melhores condições de vida – também marcaram presença. Este “caos social” previsto em 1961 foi repetido em 1971 pelo vereador Hugo Pinto Garcia (MDB). Mas, não só por ele, em discurso na ALERJ, o deputado

---

<sup>314</sup> Ary Coelho de Freitas, eleito pela sublegenda MDB 2 com 3.485 votos contra Nilo Ferreira Torres, pela Arena 1 que obteve 1.568 votos. Arquivo: SEARQ/TSE.

<sup>315</sup> Ata de reunião da Câmara de Vereadores, em 15 de dezembro de 1966. Arquivo: Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu.

<sup>316</sup> Na eleição de 1972, Rui Coelho Gomes da Arena 2, obteve 5.53 votos contra Elpídio Pereira Braga com 294 votos. Arquivo: SEARQ/TSE.

<sup>317</sup> Ver “Uma cidade à procura do progresso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1976. p. 16. Arquivo: Acervo *O Globo Online*.

Ayrton Rachid observou: “Com a retirada das oficinas da Rede Ferroviária Federal de Cachoeiras de Macacu haverá evasão de pessoal e de renda, o que trará o caos para o município”.<sup>318</sup> Em aparte, complementou o deputado Luís Linhares:

“O caso de Cachoeiras de Macacu é mais grave do que os aqui referidos. É que lá há entroncamento ferroviário, com escolas para ferroviários e uma oficina modelo. O desemprego será maior do que em outros municípios onde o fenômeno se verificou. A economia de Cachoeiras repousa, principalmente, na RFF.”<sup>319</sup>

### **3.4. Vinte anos depois do golpe**

O verão de 1980 foi especial para a sociedade brasileira e, particularmente, para Cachoeiras de Macacu. A transição democrática, com a aprovação da Lei da Anistia e o fim do bipartidarismo, garantiu o retorno ao município de pessoas, problemas sociais e memórias que foram postas na clandestinidade durante o período autoritário.

Retornos e reencontros dos que foram banidos marcaram aquele verão e os primeiros tempos da democracia. No entanto, apesar dos eventos a favor do estado de direito, os resquícios da ditadura permaneceram bem atuantes. Os ex-presos políticos e os movimentos sociais continuaram sendo “monitorados” pelos agentes da polícia política. Em 1980, um deles acompanhou a volta do ex-prefeito e de um ex-vereador à Cachoeiras: “UBIRAJARA MUNIZ acompanhado do ex-vereador JOSÉ CUSTÓDIO DE SOUZA, envolvidos em atos de subversão por ocasião da Revolução de 1964, voltaram a frequentar aquele município”<sup>320</sup>. Além dos ex-presos políticos, a luta pela reforma agrária também voltou a “frequentar” o noticiário com a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte e a prisão de 89 trabalhadores rurais e um padre em fins de janeiro de 1980.

Naquele momento, o retorno dos exilados e a ocupação de São José despertaram intensa curiosidade sobre o passado recente do município, especialmente entre os mais jovens;

---

<sup>318</sup> Diário Oficial, sessão da Alerj, 28 de maio de 1971. Arquivo: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>319</sup> Idem.

<sup>320</sup> Secretaria de Estado de Segurança Pública-Departamento Geral de Investigações especiais, Informação n°. 112/80, 8 de outubro de 1980. Arquivo: APERJ.

mas havia, ainda, os que sentiram-se incomodados com a memória relacionada a “pessoas e acontecimentos”<sup>321</sup> do pré-golpe.

Palco principal dos conflitos que mobilizaram posseiros, grileiros, a justiça, a polícia e a política e a imprensa no início dos anos de 1960, a Fazenda São José foi, outra vez, protagonista das novas mobilizações<sup>322</sup> pela reforma agrária após o arrefecimento da Ditadura. A Fazenda São José chegou a ser desapropriada pelo presidente João Goulart, em 13 de janeiro de 1964; mas, logo após o golpe, foi “interditada” pelo Exército e por um grupo de “voluntários”, conforme já analisado.

João Luís Azeredo, empregado da Agro-Brasil Empreendimentos Rurais S.A, afirmou em depoimento prestado ao Delegado Adjunto do DPS Aloysio Seabra Fagundes, em agosto de 1964, que “após o movimento revolucionário, os invasores abandonaram as terras de São José (AGROBRASIL), não mais a elas retornando“. Pela presença de forças militares em São José, é difícil acreditar que tenha ocorrido um “abandono” espontâneo das terras, até porque eles já haviam conquistado o título de proprietários; o invasor, naquele momento, era o Exército. Alguns lavradores tentaram, posteriormente, reaver as terras através do poder judiciário. Porém, nada conseguiram.

Em 1975, a Fazenda São José acabou sendo devolvida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) à Agro-Brasil Empreendimentos Rurais S.A que pretendia fazer a divisão das terras e transformá-las em chácaras para recreio, como se dizia. No entanto, o projeto não foi levado adiante. Abandonada e improdutiva, São José foi ocupada em 1979 por centenas de trabalhadores sem terra que se juntou a outras 16 famílias

---

<sup>321</sup> De acordo com Michel Pollack, acontecimentos, pessoas e lugares são os elementos que constituem a memória. Memória que pode fazer parte da experiência de vida de uma pessoa ou ter sido apropriado por ela de forma indireta; memórias quase que herdadas pelo convívio social. A memória, ainda, pode ser fundamentada em fatos concretos ou em projeções Op.cit.,p.2-3.

<sup>322</sup> Após a abertura política, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a reforma agrária foi novamente colocada na ordem dos grandes problemas nacionais a partir das “novas mobilizações dos trabalhadores do campo”, trazendo “a tona memórias das lutas anteriores ao golpe”. O ponto de referência entre as “velhas” e as “novas mobilizações” foi o filme “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho, que teve sua filmagem interrompida pela ditadura; o filme retornou, em 1984, com a história de Elizabete Teixeira, perseguida durante o período autoritário e viúva de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas da Paraíba e assassinado em 1962; João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas de Sapé, Paraíba, eram as temáticas iniciais do filme. Nas “velhas” mobilizações, são discutidas a aproximação inédita das esquerdas com o campesinato brasileiro a partir dos anos 1940 e estendendo-se aos anos iniciais da década de 1960; a aproximação da Igreja Católica com o campesinato brasileiro no mesmo contexto também é analisado. Op.cit.,p.211-212.

que já haviam se instalado na propriedade em 1978.<sup>323</sup> Ao mesmo tempo em que esses trabalhadores continuaram realizando suas atividades nas fazendas da região e recebendo Cr\$ 80,00 por dia, começaram a plantar "sua própria cultura" e construir moradias em Boa Morte. Denunciada pelo capataz João Goiano a ocupação, foi expedido mandato de reintegração de posse pelo juiz Wellington Jonas Paiva. Localizados nas fazendas da região, foram presos e obrigados a desmanchar tudo o que haviam construído utilizando somente as mãos, sem o auxílio de nenhum dos instrumentos usados no serviço de roça. Naquele momento, outros fazendeiros, além da Empresa Agro-Brasil, como Edson Lemos e Danton Santos, passaram a reivindicar a propriedade da fazenda. O *Jornal do Brasil* publicou as prisões dessa forma:

“PM prende padre e posseiros no RJ

Oitenta e nove lavradores, entre eles nove menores, foram presos ontem pela manhã, por soldados do 7º. Batalhão da Polícia Militar, sob a acusação de invasão de terra na localidade de Japuiba (sic), 2º. Distrito de Cachoeiras de Macacu. O padre Joaquim Van Leuwen, coordenador da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Nova Iguaçu, também foi preso quando ocorreu ao local depois de informado que o Tenente Lindolfo, que efetuara as prisões, usava de violência.”<sup>324</sup>

"De forma espontânea",<sup>325</sup> conforme afirmou Miguel Presburger, assessor e advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocorreu a (re) apropriação das terras de São José. Nenhuma organização, como a própria CPT ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu orientaram ou lideraram as ocupações. Mas, no decorrer da pressão para que o Governo Federal realizasse uma nova desapropriação da Fazenda São José (o que acabou ocorrendo em 22 de janeiro de 1981, através do Decreto nº. 85.661), tanto a CPT quanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estiveram à frente do movimento, não sem alguma tensão entre eles; não deixando de prevalecer, no entanto, “as vontades” dos trabalhadores já que eles é que votavam nas assembleias realizadas para encaminhar a luta.

Mas, visto de outra maneira, a "forma espontânea" de (re) apropriação da Fazenda São José realizada pelos trabalhadores, desde 1978, era orientada por uma certa memória da

<sup>323</sup> Ver O'DWYER, Eliane Cantarino. Expropriação e Luta dos Camponeses Fluminenses. Reforma Agrária. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Campinas, v.12,nº. 02, mar/abril de 1982.

<sup>324</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1980, p. 19. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>325</sup> Idem.

desapropriação já conquistada no início da década de 1960. Memória enquadrada que, uma vez submersas, aproveita-se das conjunturas favoráveis para emergir.<sup>326</sup> A emersão dessas memórias à luz do presente e a consideração por elas pode ser avaliado pela presença de pessoas relacionadas à luta pela reforma agrária nos anos iniciais de 1960, como Bráulio Rodrigues da Silva, José Pureza, padre Antonio Carvalho e Ubirajara Muniz, nas reuniões realizadas pela Comissão Pastoral da Terra. Circulava naquele meio, uma memória da luta empreendida pela reforma agrária; essa memória, no entanto, acabou ficando restrita a essas assembleias e a esse momento. O que se recordou não chegou a ser registrado, publicado, debatido; acabou sendo novamente memória subterrânea. Evitar lembranças consideradas inadequadas, traumáticas e inoportunas, também foi desejado por muitos. Segundo relato policial:

“O padre (Joaquim Maria Van Leuwen), que usa o local para promover reuniões com os lavradores para abordar problemas de terras, segundo consta, pretende convidar o líder do Partido Democrático Trabalhista local Ubirajara Muniz, ex-prefeito cassado e preso à época da Revolução de 64, para inauguração, o que está causando descontentamento na comunidade, falando-se inclusive, num abaixo-assinado a ser encaminhado pelos comerciantes e residentes no centro da vila, ao Bispo, pedindo a saída do sacerdote.”<sup>327</sup>

A dar crédito ao agente policial, parte da vila de Papucaia não aprovou que o centro comunitário da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima fosse inaugurada por Ubirajara Muniz. O informante situou a identidade de Ubirajara Muniz na memória da comunidade, “ex-prefeito cassado e preso pela Revolução” e a sua relação com “os problemas de terra”; recordações que causavam desconforto entre os moradores, especialmente, entre os comerciantes. Havia uma grande animosidade contra os que foram cassados pela ditadura, especialmente contra Ubirajara Muniz, responsabilizado como mentor das ocupações de terra e pela desestabilização da sociedade de Cachoeiras de Macacu no pré-golpe.

Ao mesmo tempo em que retomou sua movimentação política, “em campanha permanente,” visando às eleições de 1982, Ubirajara Muniz procurou divulgar, através do pequeno jornal “*O Trabalhador*”, em outros jornais de circulação local e nos livros que publicou, uma *memória de si* e do governo realizado por ele na Prefeitura de Cachoeiras de

---

<sup>326</sup> Op.cit, p.9.

<sup>327</sup> Secretaria de Estado de Segurança Pública. Departamento Geral de Investigações Especiais, Informação nº.72/81-21 de maio de 1981. Arquivo: APERJ.

Macacu, entre 1963 e 1964, bem como explicar e justificar a sua cassação. Tanto o jornal quanto os livros eram distribuídos gratuitamente, o que fazia com que várias pessoas tivessem acesso às informações consideradas adequadas por Muniz para entender a ele e a sua administração frente à Prefeitura. Publicado no início e ao longo dos anos 1980, o texto sofreu pouquíssima variação durante esse tempo. Eis o que Ubirajara Muniz considerava importante, o fio-condutor e o leitmotiv <sup>328</sup> de sua vida:

“Ubirajara Muniz e sua história

Ubirajara Muniz, embora nascido em Pederneiras, Estado de São Paulo, passou toda a juventude no Estado do Rio de Janeiro por isso considera-se fluminense. Embora de família pretensamente tida como nobre, jamais adotou aquelas atitudes tão tolas que se praticam nas chamadas nobrezas decadentes, especialmente as paulistas. Descendente, pelo lado paterno, da tradicional família Muniz, do estado do Rio de Janeiro. Descendente, pelo lado materno, dos Carvalhos - sobrinho de Castelo de Carvalho, muito conhecido na carreira diplomática; de Délio Carvalho, jornalista de renome e grande boêmio; e de Jarbas de Carvalho, um dos fundadores de "O Jornal" e "A Noite". Assim que teve noção e condições de trabalho sem precisar de ajuda, fugiu de casa e foi para capital de São Paulo, onde sofreu fome e frio por não achar emprego, pois naquela época (1937), como hoje, em São Paulo havia milhares de desempregados. Clandestinamente tomou um trem de carga da Central do Brasil e foi para o Rio de Janeiro. Lá chegando arranhou emprego como servente nos estaleiros da Ilha das Cobras, mais tarde conseguiu novo trabalho no recém criado órgão de Estrada de Rodagem (DNER) como limpador de sanitário, mais tarde, neste órgão Federal, foi promovido a ascensorista. Como seus poucos recursos não dava para estudar e alimentar-se, lavava pratos em um restaurante para defender o jantar, e aos sábados e domingos, engraxava sapatos nas saídas da igreja, para pagar um minúsculo e miserável quarto de dormir na Ladeira João Homem, atrás do edifício de "A Noite".

Um belo dia ao remeter o elevador aos andares superiores, um homem interpelou-o: menino, você quer ser engenheiro? No dia seguinte já estava segurando a mira para o Dr. Régis Bittencourt, que mais tarde viria a ser por diversas vezes diretor do DNER. Daí em diante, de mira, passou a nivelador e posteriormente a topógrafo.

Mais tarde, é chefe de turmas de estudos e traçados rodoviários. De 1940 e 1941, foi convocado pelo Exército Brasileiro, onde serviu inicialmente na Vila Militar, depois Recife, Natal e Fernando de Noronha, vindo a ser desmobilizado por volta dos anos de 1945<sup>329</sup>.”

---

<sup>328</sup> .Op.cit, p.13.

<sup>329</sup> MUNIZ, Ubirajara. Perto da Eternidade. Sem referências.

Pierre Bourdieu, em "A ilusão da biografia,"<sup>330</sup> chamou a atenção para a linearidade e intencionalidade presentes nas histórias de vida. Na história de Ubirajara Muniz, descrita acima, as opções ideológicas e políticas que fez durante a vida adulta já haviam sido definidas desde que "teve noção e condições de trabalho", quando não aceitou que as imposições de classes interditassem as relações entre as pessoas. Além das rupturas com as tradições relacionadas à classe, o valor dado ao trabalho como forma de ascensão social e o enfrentamento das adversidades da vida, também marcaram a trajetória do político Ubirajara Muniz.

No decorrer do texto biográfico, afirmou que entrou para a política através do trabalho; e, pelo trabalhismo exposto na Carta-Testamento, ingressou no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), em 1954. Em depoimento prestado ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), em sua segunda prisão após o golpe, em 26 de junho de 1964, quando teve que expor um relato de sua trajetória de vida, apareceu outro aspecto da iniciação política do ex-prefeito, que não foi lembrada na biografia dos anos de 1980.

“ingressou na política no ano de mil novecentos e cinquenta, pelo Partido Social Progressista, no município de Cachoeiras de Macacu, por intermédio do senhor Símaco Ramos de Almeida [...] ; que o depoente exerceu de cinquenta em diante, os seguintes cargos políticos: presidente do PSP, Delegado de Polícia de Cachoeiras de Macacu, candidato a prefeito, tendo sido derrotado nas eleições de 1958 e eleito prefeito, pelo Município de Cachoeiras de Macacu, pelo PTB, tendo sido eleito em 1962.”<sup>331</sup>

Antes de pertencer ao PTB, Ubirajara Muniz já havia sido filiado e presidido o PSP (Partido Social Progressista). Durante o depoimento ao DOPS também não citou o motivo e nem o momento em que teria ingressado no PTB. Talvez essa "certeza", apresentada na biografia, de ter começado a vida partidária e se filiado ao PTB motivado pela Carta-Testamento, tenha começado a ganhar consistência no momento em que foi candidato a prefeito em 1958. Em 26 de agosto daquele ano, um comício, com a presença do candidato a governador Roberto Silveira (PTB), inaugurou a Praça Getúlio Vargas e um busto do ex-

---

<sup>330</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, 2ª, edição, FGV, 1998, p. 183-191.

<sup>331</sup> Departamento Geral de Investigações Especiais - Secretaria de estado de Segurança Pública. Informação nº. 40/81, 09 de abril de 1981. Arquivo: APERJ.

presidente, acompanhando no pedestal uma placa de bronze com um pequeno trecho da Carta-Testamento. De acordo com Maria Celina D'Araujo, "a Carta-Testamento foi um novo elemento agregador para o PTB e tornou-se importante recurso de mobilização popular e eleitoral". Além do ganho eleitoral, a relação entre a Carta-Testamento e a filiação se solidificou ao longo do tempo, pela identificação e fidelidade que Ubirajara Muniz manteve com o PTB.

No entanto, no jornal *Diário Carioca*, de 2 de fevereiro de 1956<sup>332</sup>, uma pequena nota dava conta de que o Partido Trabalhista Brasileiro, de Cachoeiras de Macacu, havia indicado, por unanimidade, Ubirajara Muniz para ocupar o cargo de delegado logo após ele ter ingressado no Partido. Assim, a filiação de Ubirajara no PTB foi explicada de duas formas: uma foi a versão de que o ingresso veio a partir da Carta-Testamento, no contexto do suicídio de Vargas; outra, foi uma troca de favores, um acordo, em que ele se filiou ao PTB para obter o cargo de delegado do município.

O papel do pragmatismo e do reformismo doutrinário na história do PTB são analisados de forma diferente entre estudiosos do Partido: de acordo com Lucília de A. Neves Delgado,<sup>333</sup> há um recorte temporal entre os pragmáticos e os reformistas do PTB; os pragmáticos, diretamente relacionados e vinculados aos cargos públicos, ingressando na legenda nos anos iniciais de sua formação; os reformistas, por sua vez, preocupados em formalizar uma linha programática, teriam ingressado no Partido após a morte de Vargas, sem vínculos com a burocracia do Estado. No entanto, para Angela de Castro Gomes<sup>334</sup> não houve uma ruptura na história do PTB entre os pragmáticos e os reformistas doutrinários, convivendo na trajetória da legenda os diferentes posicionamentos. No caso de Ubirajara Muniz, mesmo tendo ingressado no PTB através de uma troca de favores, acabou incorporando em sua administração o lado mais doutrinário do PTB.

Assim, a narrativa linear e intencional da história de vida, especialmente a história de vida de um político, foi, dessa forma, selecionando situações e acontecimentos, ou criando

---

<sup>332</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, de 2 de fevereiro de 1956, p.7. Arquivo Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

<sup>333</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB - Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 52-53.

<sup>334</sup> GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Coleção As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p.75.

outros, que justificavam a “razão de ser” de uma existência; deixando de lado, os fatos que a contradizem.

Em um segundo momento da biografia, há um balanço da administração de Muniz frente ao executivo municipal entre 1963 e 1964. Na memória social que se fixou daquele período, ele era responsabilizado pelo “caos” instalado em Cachoeiras, especialmente implicado com as ocupações de terra. Essa memória criada a respeito dele foi alimentada por algumas reportagens da imprensa carioca, pelos argumentos usados pela Câmara de Vereadores para afastá-lo do cargo de prefeito, pelos processos que respondeu. Em um deles, da 2ª. Auditoria do Exército, processo nº 7.477, foi o único, dos 49 réus indiciados, a ser condenado a pena de três anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça. Prisão, ao que tudo indica, não chegou a cumprir.

Mas, em uma sociedade marcada muito mais pela oralidade, os boatos lançados à época do golpe, também foram implacáveis. Assim, através da opinião, foi se constituindo uma determinada memória sobre o ex-prefeito.

“Muniz se apresenta

acusado de atividades comunistas, de ter incitado levante no campo, aprisionado fazendeiros e difundido a prática de guerrilha entre os lavradores de Cachoeiras de Macacu.”<sup>335</sup>

A construção de uma opinião, no caso específico dessa notícia, trouxe acontecimentos que foram condensados, amolgados, postos em sequência e fora de contexto. Em Papucaia, 1981, como já foi observado, os moradores ou parte deles, não aceitaram a possibilidade de Ubirajara Muniz inaugurar o Centro Comunitário da Paróquia. Temos, nesse caso, uma opinião construída no início dos anos de 1960 que alimentou uma determinada memória que prevaleceu nos primeiros anos de 1980. Para Pierre Laborie, “há muito que aprender com a observação das interferências de fato, das interações e das influências recíprocas entre os dois fenômenos [memória e opinião].”<sup>336</sup>

Por outro lado, as lembranças que Muniz emprestou aos acontecimentos relacionados

<sup>335</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1964, p.4. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

<sup>336</sup> LABORIE, Pierre. Memória e opinião, p. 81. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

à forma como administrou o município foram orientadas pelo desejo de se ausentar de qualquer responsabilidade nas ocupações de terra e marcar de forma positiva o seu governo.

<sup>337</sup> Agora, a lógica parece invertida: foi a partir da memória que Ubirajara Muniz buscou criar uma nova opinião sobre ele e o governo que fez. E, daí, empreender uma reaproximação e reconciliação com a sociedade da qual foi banido. Lembrou que:

“Em 1962 elegeu-se prefeito de Cachoeiras de Macacu, com esmagadora maioria de votos, em campanha das mais memoráveis, pois até então o PTB não conseguia fazer mais de dois vereadores. Pois quem sempre dominou foi a UDN e assim foi quebrado o tabu. Iniciou uma experiência agrária na zona rural, onde veio dar resultados dos mais satisfatórios e positivos, desapropriou terras e fez pessoalmente os levantamentos das terras devolutas, expulsando os tenebrosos grileiros de terras e fazendeiros que dominavam o que lhes não pertencia. Determinou as marcações de glebas. Forneceu sementes, arados, caminhões para o transportes dos produtos, para ser vendido direto ao consumidor. O resultado foi tão surpreendente, favorável sobremodo os lavradores, que nasceu a Associação de Lavradores da região, baseando-se na filosofia das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Foi aí que começaram as chamadas invasões de terras-orientadas pelas forças direitistas, através da CIA-ORIT e outros veículos direitistas, comandados pelos senhores Mariano Beser, Samuel Power Nascimento, que recebiam orientações e verbas do exterior para tumultuar e fazer parecer que Ubirajara Muniz era o orientador das chamadas "invasões", criando um clima de caos. Grifos da autora.”<sup>338</sup>

No afã de destacar um passado "limpo", Ubirajara Muniz confundiu o tempo dos acontecimentos, eliminou os movimentos sociais, omitiu a importância de outros políticos petebistas e de outras correntes políticas, esqueceu os adversários “internos”; viu a si mesmo num protagonismo político onisciente. Em relação à propriedade privada, destacou que, quando a posse da fazenda era duvidosa, tomava medidas para garantir a justiça e a paz social, por isso, "iniciou, desapropriou, expulsou, determinou, forneceu". Por outro lado, explicou as chamadas invasões de propriedades como orientadas e patrocinadas por pessoas e organizações da direita nacional e estrangeira que queriam desestabilizar o seu governo e desqualificar a forma como ele conduzia a questão agrária e parecer que ele é quem orientava as invasões, criando um clima de caos. Acreditou que sua decisão em relação à reforma

---

<sup>337</sup> Op. cit, p.2-3.

<sup>338</sup> Op.cit.

agrária incentivou o surgimento da "Associação dos Lavradores da região, baseando-se nas Ligas Camponesas”.

No fechamento da biografia, justificou a cassação que sofreu por pertencer ao PTB, "de João Goulart e de Brizola e por trabalhar pela comunidade"; destacou, ainda, outras medidas que tomou em sua administração: em relação as contas públicas, através da criação do Departamento de Fazenda, conseguiu sanear as contas municipais, colocou em dia 4 meses de salários atrasados, deu, ainda, um aumento de 100% ao funcionalismo municipal e pagou o 13º. Criou a Companhia Telefônica do Município, auxiliou o governo do Estado, na gestão Badger da Silveira, a encampar a Empresa de Força e Luz de Cachoeiras, melhorou o atendimento no hospital e ofereceu assistência médica móvel, em convênio com o Sindicato dos Empregados Rurais, aos trabalhadores do campo. Desapropriou as áreas 200-A, Marubaí-Vechi -São José, construiu pontes, praças, ruas e “40 escolas”.

Para além da biografia, outra relação que Ubirajara Muniz procurou estabelecer com o passado foi a criação de um “lugar de memória” para reverenciar Amaro Barbudo e marcar um tempo em que um líder camponês foi torturado; tortura de que ele também foi vítima, mas que não foi, em nenhum momento, mencionado nessa biografia.

A "impressão do passado" em um “lugar” foi a inauguração de uma ponte pênsil sobre o Rio Macacu, ligando a Ribeira ao Coletivo, localidades que, no início da década de 1960, faziam parte do Núcleo Colonial de Papucaia. A ponte pênsil, construída por Ubirajara Muniz com a “ajuda de amigos”, recebeu o nome de Amaro Correa de Andrade, o Amaro Barbudo. Pertencente aos quadros do PCB e uma das lideranças das Ligas Camponesas de Cachoeiras de Macacu, Amaro Barbudo morreu no ano de 1974 e segundo relato da filha, Delfina Correa de Andrade, após profunda depressão causada pelas constantes prisões e por torturas severas que sofreu por um período de 10 anos.

No entanto, um clima festivo, com queima de fogos, marcou a inauguração da ponte, que contou com presença de Leonel Brizola, vindo diretamente do México para inaugurá-la. Outras antigas lideranças trabalhistas também marcaram presença, como Bocaiúva Cunha, J.G de Araujo Jorge, Cibilis Viana e Neiva Moreira. Novos aliados e um velho adversário das esquerdas de Cachoeiras, o ex-prefeito Rui Coelho Gomes, estiveram na inauguração. Durante seu pronunciamento, Ubirajara fez um retificação de uma informação sobre Amaro Barbudo publicada no jornal "*O Trabalhador*", afirmou que "Amaro Barbudo" não morreu assassinado, mas sim por doença contraída em virtude de prisões, perseguições e maus tratos

por ser um líder camponês.<sup>339</sup>A caravana seguiu para a localidade de Japuíba e, posteriormente, para o centro da cidade para outra inauguração: da sede do Diretório Municipal do PDT (Partido Democrático Trabalhista). Nos discursos realizados, as torturas, o banimento foram pouco associados a ditadura neste início de abertura política; quando abordados, apareceram como algo fortuito e pontual. Mas, em outra biografia, de 1985, apesar de repetir grande parte das informações já apresentadas acima, Ubirajara Muniz, acrescentou outras - como a tortura - que, naquele momento, considerou relevantes.:

“Na tomada de poder pelas forças revolucionárias tentou, através de companheiros, resistir. Sabedor de que o Presidente João Goulart e todos os demais haviam se exilado mandou que todos fossem para suas casas e aguardou na prefeitura local a sua prisão, que foi efetuada pelo batalhão do 3º. RI, que o algemou e humilhou em praça pública.

Esteve preso no 3ºRI, na Fortaleza de Santa Cruz, Forte Imbuí, e prisão de Neves, Distrito de São Gonçalo – Estado do Rio.

Esteve exilado na Embaixada do Uruguai e como não quiseram fornecer salvo-conduto, saiu de lá para internar-se Brasil afora.

“Tentou com amigos formar a Frente Revolucionária Brasileira (FRB), mas liquidaram-na no nascedouro, onde sofreu horrores nas celas do DOPS do Rio de Janeiro. Foi condenado a três anos de reclusão pelo Superior Tribunal Militar, por ser autêntico nacionalista e não ter cometido nenhum ato delituoso ou qualquer resquício corrupção.”<sup>340</sup>

Nas duas biografias, Muniz não envolveu e nem responsabilizou a elite conservadora do município por ele ter sido cassado e nem pela repressão que atingiu o município e outras lideranças dos ferroviários e dos camponeses; talvez, interessado em mostrar espírito de conciliação, muito presente nos momentos iniciais da redemocratização.

<sup>339</sup> Serviço de Informações da Polícia Federal - Informações nº. 327/81-SI/SR/DPF/RJ. Arquivo: APERJ.

<sup>340</sup>. Ver MUNIZ, Ubirajara. “Os Guerrilheiros. Rio de Janeiro, Livraria Romanceiro, 1985, p.90.

## Considerações finais

A face conservadora da política tem predominado em Cachoeiras de Macacu nas últimas décadas. Um conservadorismo constituído, contraditoriamente, pelo constante processo de renovação pela abertura dada à adesão de novos personagens. A consistência e a configuração deste conservadorismo está relacionada a duas questões específicas da história política recente do município.

Nos anos 1950 e o anos iniciais 1960, ferroviários e camponeses estiveram mobilizados para ampliar direitos específicos a cada categoria, ao mesmo tempo, em que lutavam por interesses comuns. As respostas que deram a aos problemas enfrentados por eles no período, possibilitou a construção de uma cultura política específica pelos trabalhadores. Um desses interesses comuns, foi a eleição do primeiro, e único, prefeito do PTB, em 1962. Ubirajara Muniz governou dando prioridade a reforma agrária que, a nível municipal significou a penalização fiscal aos grandes proprietários e o apoio aos posseiros do 3º. Distrito, em São José da Boa Morte; além de implementar inovações na administração pública e reconhecer e respeitar os direitos dos funcionários públicos. O protagonismo dos trabalhadores na política e o governo trabalhista mobilizaram a reação dos conservadores na conjuntura do golpe de 64. Derrotados os trabalhadores e Ubirajara Muniz naquele momento, as elites locais trataram de apagar todos os “lugares de memória” relacionados aos ferroviários, localizados no centro do município e, ao mesmo tempo, construir novas referências para identificar Cachoeiras de Macacu.

A participação dos ferroviários na política institucionalizada foi notada logo em 1947, na primeira eleição municipal depois do final do Estado Novo; o acesso a ela estava relacionada a escolarização fundamental garantida pela Leopoldina Railway desde o início do século XX. No decorrer dos anos 1950, essa presença ficou mais significativa, embora fossem vítimas de muitos preconceitos; como, em 1954, no episódio em que o presidente da Câmara de Vereadores, o ferroviário Moacyr da Conceição (PTB), foi impedido de assumir interinamente o cargo de prefeito. Deste episódio, duas certezas ficaram expostas. Para a maior parte da elite

do município, definitivamente, o “campo político” não era lugar para ser ocupado por trabalhadores, por usuários de tamancos. Para os operários, além da humilhação pública, mostrou que para assegurar e ampliar a participação na política e o alargamento de direitos, era necessário a unidade e organização dos ferroviários, dos trabalhistas e comunistas a outras categorias de trabalhadores, especialmente com os lavradores. Além da inserção na Câmara de Vereadores, os ferroviários mobilizavam e alteravam o cotidiano da cidade através de diversas greves, seja por motivação salarial, por solidariedades a outras categorias profissionais ou por razões políticas. O símbolo das paralisações era um longo apito acionado pelo delegado sindical para marcar o início de uma greve ou o final dela. Foi significativa, ainda, a liderança dos ferroviários na luta contra o precário fornecimento da energia elétrica pela Empresa Força e Luz.

A importância política dos camponeses no município cresceu após a inauguração do Núcleo Colonial de Papucaia no início dos anos 1950. Destinado inicialmente à imigrantes, o Núcleo acabou sendo um atrativo para lavradores expropriados de vários municípios do estado do Rio e do Brasil, especialmente do nordeste e sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo). A corrupção, que envolveu a aquisição de lotes no Núcleo Colonial, impossibilitou que os trabalhadores mais empobrecidos tivessem acesso a eles. Os lavradores, sem terra, passaram a ocupar terras próximas ao Núcleo, foram transformados em posseiros. A possibilidade de especulação com as terras, também atraiu vários grileiros, que passaram a promover o despejo dos posseiros. Em 1958, foi criada a primeira entidade que representou os interesses dos camponeses, a Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu, presidida pelo comunista Anézio Dias de Freitas. O PTB também estendeu seus interesses ao campo. Mas, tanto a Associação como o PTB, e líder Ubirajara Muniz, perderam espaço para as Ligas Camponesas do Estado do Rio, representadas por Mariano Beser. Ao invés de práticas conciliatórias e jurídicas apoiadas pela Associação, em novembro de 1961, a Liga Camponesa de São José passou ter práticas mais contundentes para resistir aos despejos: o uso de armas, o sequestro e o julgamento simulado dos grileiros. Neste contexto, as disputas entre as duas entidades que representavam os camponeses foram acirradas; a imprensa carioca também tomou partido. Várias denúncias foram publicadas contra Beser: ou ele era acusado de ser agente do Ponto IV ou era acusado de ser comunista; e acabou destituído da liderança dos camponeses de São José, não pelas acusações descritas acima, mas por ter sido acusado de ser atravessador na venda dos produtos plantados por posseiros e usufruir lucro com essa

atividade. Afastado Beser, a Associação de Lavradores (comunistas) e Ubirajara Muniz foram reafirmados como as novas lideranças dos lavradores. Entre o final de novembro e o início de 1963, o Sindicato dos Lavradores e Pequenos Produtores Autônomos e Ubirajara Muniz, o prefeito eleito com amplo apoio dos camponeses, apoiaram a resistência aos novos despejos realizados em São José e as ocupações da Fazendinha e Agro-Brasil.

Na constituição de uma cultura política, os posseiros, os “pés descalços” deram “sentido” a luta que travaram pela terra: reapropriaram -se do símbolo nacional, a bandeira, utilizaram uma memória da luta que elaboraram, slogans e variados “repertórios de ação”, como passeatas, reuniões, visitas a redações de jornais, sequestros, confinamento, utilização de armas, filiação a partidos políticos e o voto. Desmentiram, assim, os que os acusaram de falta de “racionalidade política”.

“As profundas solidariedades” dos ferroviários aos camponeses, “sob quaisquer circunstâncias”, a vivência de “uma experiência comum” e as “mesmas opções políticas” que fizeram, levaram a vitória eleitoral do candidato a prefeito Ubirajara Muniz (PTB). “As profundas solidariedades” também estiveram no ritual de posse do prefeito Muniz em 31 de janeiro de 1963, em que ferroviários e camponeses emprestaram emblemas ao poder máximo do município. Os ferroviários doaram a roupa da posse e uma caneta; as camponesas de São José da Boa Morte ofereceram flores à Marina Muniz, esposa do prefeito. Um ano depois, foi a vez do prefeito retribuir; em 31 de março de 1964, na tentativa de resistir ao golpe, ele dividiu e delegou o poder executivo aos ferroviários e camponeses. Neste pequeno intervalo, Ubirajara Muniz ajudou a transformar o “imaginário” local a respeito da propriedade privada, reconheceu os direitos trabalhistas dos funcionários públicos, apoiou a luta dos posseiros de São José e Agro-Brasil, inovou na administração municipal.

Entre 1954 e 1964, ferroviários e camponeses “agitaram” a política de Cachoeiras de Macacu. Apesar dos estudiosos do assunto destacarem que uma cultura política é construída em, pelo menos, duas gerações; no caso específico estudado, as demandas urgentes por mais direitos, por melhores condições de existência, apressaram um reconhecimento de interesses comuns entre ferroviários e camponeses; favorecidos pelo clima de liberdade oferecida pela democracia constituída após o fim do Estado Novo, entre 1945 e 1964. Essa situação política, não muito comum na história republicana brasileira, estimulou também, a construção, em menor tempo, de uma cultura reivindicatória, uma cultura política.

Contra o golpe civil-militar de 1964, Muniz tentou resistir com os ferroviários e

lavradores. Em vão. Foram perseguidos, humilhados, cassados, presos e torturados. Logo no pós-64, os conservadores, vitoriosos com a derrota da democracia, retornaram ao poder municipal e passaram a elaborar novas referências para identificar a “antiga Cidade dos Ferroviários”. Datas, hino, símbolos e personagens foram criados ou ressignificados, com o apoio dos militares. Paralelamente, ocorreu um processo de “desmobilização” da memória pública dos ferroviários e camponeses; ancoradas, “materializadas nos prédios da Leopoldina e no prédio do Sindicato dos Ferroviários e dos Lavradores e Pequenos Produtores Autônomos. Após a desativação do ramal ferroviário, em 1971, e ao longo da década, foram todos demolidos. A memória do protagonismo político exercido pelos ferroviários e camponeses não expressou-se mais na memória pública, material, da cidade. Com a redemocratização brasileira, a memória política de Cachoeiras, subterrânea, de âmbito privado emergiu, especialmente, através da memória privada de Ubirajara Muniz.

## Bibliografia

ABREU, Martha, SOIHET, Raquel e GONTIJO, Rebeca. Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história, RJ, Editora Civilização Brasileira / FAPERJ, 2007.

AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise, KNAUSS, Paulo, BICALHO, Maria Fernando Baptista e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: LEACH, Edmund et ali. Antropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BARROS, José D’Assunção – História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de Uma Interface. In: Saeculum Revista de História(12): João Pessoa, 2005.

BOBIO, Norberto e MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco ( orgs.) – Dicionário de Política, Brasília, Editora UNB, 13ª. Edição, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, 2ª, edição, FGV, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB - Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo, Marco Zero, 1989.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e Cultura Política- Definições usos e genealogias. Varia História, Belo Horizonte, UFMG, 2001.

FERREIRA, Jorge – O imaginário trabalhista – PTB e cultura política popular -1945-1964. RJ, Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_ e REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). RJ, Editora Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_ (org.). O populismo e sua história – debate e crítica. Rio de Janeiro, Editora

Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. Revista Brasileira de História, vol. 33, nº 66, São Paulo, jul/dez., 2013.

\_\_\_\_\_ e GOMES, Angela de Castro. 1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº. 10, 1992.

FIGUEREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas ? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1993.

GOUVEA, Maria de Fátima - A História Política no Campo da História Cultural. In: Revista de História Regional 3(1):25-36,1998.

HIPPÓLITO, Lúcia. De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). 2ª. edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, p.60.

KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº. 24, 1999.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Dossiê Métodos e Explicações Políticas, vol.22, nº04.

\_\_\_\_\_. O Cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel. Corações Vermelhos – Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_ Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_ Culturas políticas na História - Novos Estudos. Belo Horizonte, Fino Traço Editorial, 2009.

MUNIZ, Ubirajara. Perto da Eternidade. Sem referências.

\_\_\_\_\_ Os Guerrilheiros. Rio de Janeiro, Livraria Romanceiro, 1985, p.90.

NICOLAU, Jairo. Eleições no Brasil – Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2012 .

NORA, Pierre. “Entre memória e história – a problemática dos lugares”.  
[www.pucsp.br/projeto-historia/downloads/revista/Historia](http://www.pucsp.br/projeto-historia/downloads/revista/Historia)

O'DWYER, Eliane Cantarino. Expropriação e Luta dos Camponeses Fluminenses. Reforma Agrária. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Campinas, v.12, nº. 02, mar/abril de 1982.

POLLACK, Michael. Memória e identidade Social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

\_\_\_\_\_ Memória, esquecimentos, silêncio . Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 315.

PUREZA, José. Memória Camponesa. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) – O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, Editora EDUSC, 2004.

ROLEMBERG, Denise e QUADRAT, Sabrina Viz – Construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

REMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/ Ed. FGV. RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. Homens Partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo. Universidade do Rio de Janeiro / Boitempo Editorial, 2001.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira. Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960-1964). Dissertação de Mestrado, UNESP, Assis, 1994.

\_\_\_\_\_ As representações travestidas de militante. [www.ifch.unicamp](http://www.ifch.unicamp).